

R E L A T Ó R I O   D E   P E S Q U I S A

**Rádios Comunitárias da Região Sisaleira da Bahia**  
**MEMÓRIA, CONJUNTURA E**  
**PERSPECTIVAS**

Salvador  
2005

**Rádios Comunitárias da Região Sisaleira da Bahia**  
**MEMÓRIA, CONJUNTURA E**  
**PERSPECTIVAS**

**Pesquisador coordenador**

Antônio Dias Nascimento

**Pesquisadores participantes**

Anaéli Bastos

Dilvan Azevedo

Jean Joubert F. Mendes

Salvador  
2005

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Movimento de Organização Comunitária – MOC, em especial à equipe de Comunicação, por seu incondicional apoio de fundamental importância para a concretização desse estudo.

À Unicef pelo apoio recebido para o desenvolvimento deste trabalho.

À Associação de Rádio e TV Comunitárias do Território Sisaleiro (Abraço-Sisal) pela disponibilização de informações relevantes para a realização da pesquisa..

Aos entrevistados das rádios comunitárias Arcos FM, Água Fria FM, Barreiros FM, Coité FM, Cruzeiro FM, Cultura FM, Nordestina FM, Queimadas FM, Santa Luz FM e Valente FM, pela cordial recepção e pela confiança em nos revelar importantes aspectos de sua realidade.

Aos Jovens Comunicadores da região pela colaboração e esforços investidos na fase preliminar da pesquisa.

Aos familiares e amigos, pela compreensão nos momentos de ausência e pelo estímulo ao processo de investigação.

*Pelo que eu entendo [o papel da rádio comunitária] é formar a consciência crítica das pessoas... e que as pessoas tá aí pra ocupar os seus direitos, seus deveres, pra fazer história. Acho que a rádio comunitária tá aí pra dar essa contribuição. Pra ajudar na consciência política, pra ajudar na cultura, no lazer, no entretenimento, mas tá também pra tá engajada nessas coisas que é a notícia que é muito importante. A rádio comunitária tem que Ter essa visão, além da música, tem que Ter a notícia, enfim, tá a serviço da comunidade.*

Entrevistado da Rádio Valente FM.

## **RESUMO**

---

A partir de um trabalho que abarcou aspectos relativos ao movimento de radiodifusão comunitária na região sisaleira da Bahia, esta pesquisa investigou no ano de 2004 um total de dez rádios assistidas pelo programa de comunicação do Movimento de Organização Comunitária – MOC, organização não governamental que busca contribuir para o desenvolvimento integral, participativo e ecologicamente sustentável do semi-árido baiano. Esse estudo tem como objetivo subsidiar as rádios comunitárias da região, a partir do levantamento de sua memória e da análise de sua conjuntura, com elementos para a elaboração de um plano estratégico de ações (perspectivas) que contribuam tanto para o seu desenvolvimento, como para o aprofundamento de suas relações com os demais movimentos populares. Os dados encontrados revelaram a profunda participação das rádios no desenvolvimento das regiões onde atuam e a crescente participação da população na utilização desse mecanismo de comunicação. Foi possível perceber que a convivência com o rádio e o reconhecimento de sua importância como meio de comunicação social têm levado os setores populares a buscá-lo como instrumento de ampliação da cidadania. Uma vez desprovidos dos recursos materiais necessários para ampliar o seu potencial organizativo e agregador, esses setores populares têm encontrado nas emissoras comunitárias um meio eficaz, e ao alcance de suas possibilidades, de fazer valer os seus anseios por justiça e melhores condições de vida e de trabalho. As análises demonstraram, no entanto, que vem sendo praticada contra essas rádios uma sistemática repressão por parte das autoridades federais, incentivada, sobretudo, pelo poder político dos veículos comerciais de comunicação. Demonstraram também, que elas têm enfrentado graves problemas estruturais e organizacionais devido às dificuldades de captação de recursos e aos entraves dos processos burocráticos de legalização. A legislação vigente para as rádios comunitárias carece de reformas e não contempla as realidades encontradas na região estudada. Por fim, este estudo buscou pontuar alguns dos principais desafios encontrados pelas rádios e sugeriu perspectivas para a estruturação e melhoria de suas organizações.

# SUMÁRIO

---

INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO 1- MEMÓRIA. ....	11
O rádio no Brasil: vencendo distâncias. ....	11
O rádio, um traço cultural: história, unidade e cultura nacional.....	13
O rádio e o desenvolvimento social: o caso da Região Sisaleira da Bahia, um estado de necessidade.....	17
Cultura de dominação: aspectos políticos e econômicos. ....	19
A radio comunitária: uma arma contra a miséria e a exploração do trabalho infantil. ....	22
As primeiras articulações. ....	25
Repressão ou Democracia de Papel?.....	29
CAPÍTULO 2 – CONJUNTURA. ....	33
O processo de legalização. ....	33
Aspectos questionáveis da legislação sobre Rádios Comunitárias. ....	34
Componentes políticos no processo de legalização. ....	39
Programação ..... 43	
Programação Musical.....	44
Participação de entidades ..... 45	
Participação popular.....	49
Programação Jornalística.....	50
Relações com o poder público ..... 53	
Utilidade Pública ..... 56	
Valorização da cultura local ..... 56	
Relação com a comunicação de massa.....	57
Pluralidade ..... 60	
CAPÍTULO 3 – DESAFIOS E PERSPECTIVAS.....	62
Desafios.....	62
Fortalecimento da diretoria.....	62
Captação de recursos ..... 66	
Estratégias de sobrevivência.....	68
Processo de legalização ..... 70	

Estruturação da programação .....	72
Participação popular.....	74
A mediação dos conflitos .....	76
Capacitação .....	78
Articulação.....	79
Perspectivas .....	80
A relação entre associação e rádio comunitária .....	81
A composição da diretoria e do conselho comunitário .....	82
Captção de fundos: algumas estratégias possíveis. ....	84
Apoios Culturais .....	86
Contribuições Sociais.....	86
Parcerias .....	86
Atividades Lúdicas .....	86
Pedidos às empresas estatais .....	86
Projetos de Apoio .....	87
Processo de legalização.....	87
Em parceria com parlamentares representantes da região em Brasília. ....	88
Em parceria com a CONTAG, em Brasília. ....	88
Em parceria com a Pastoral da Comunicação em Brasília. ....	88
Com a contratação de uma empresa especializada em rádios comunitárias. ....	88
Programação .....	90
Participação popular .....	94
Assessoria e capacitação.....	96
Articulação .....	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS. ....	107
APÊNDICE. ....	110
Apêndice A – O panorama organizacional das rádios comunitárias. ....	110

---

## INTRODUÇÃO

---

O presente estudo tem como objeto o movimento de radiodifusão comunitária na região sisaleira da Bahia, situada na Região Nordeste do Estado e que apresenta os mais altos índices de pobreza e de miséria do Brasil, determinadas tanto por fatores climáticos, como por fatores de ordem cultural, social, política e econômica. O objetivo desta pesquisa é subsidiar as rádios comunitárias da região, a partir do levantamento de sua memória e da análise de sua conjuntura, com elementos para a elaboração de um plano estratégico de ações (perspectivas) que contribuam tanto para o seu desenvolvimento, como para o aprofundamento de suas relações com os demais movimentos populares.

As rádios comunitárias da região sisaleira vêm sendo implantadas a partir do apagar das luzes do Século XX. Mais especificamente no final dos anos 90, elas surgem como expressão dos movimentos populares da região. A trajetória de conquistas que esses movimentos têm realizado, ao longo dos últimos quarenta anos, tem resultado no fortalecimento da solidariedade dentro das comunidades de trabalhadores rurais, de outros setores populares e de jovens urbanos e rurais. Assim, as rádios comunitárias da região vão-se constituindo como um instrumento necessário dentro do processo de desenvolvimento que vem sendo implementado pelos movimentos sociais.

O serviço de radiodifusão comunitária é definido como “a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a



fundações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação de serviço<sup>1</sup>. No entanto, dentro do contexto dos movimentos sociais, parece existir uma concepção menos rígida sobre o assunto: rádios comunitárias são entendidas, de modo geral, como um meio de comunicação e transmissão de informações, realizado pela comunidade para a comunidade. São frutos da necessidade dos movimentos comunitários em expressar suas opiniões, tendo como objetivos a valorização da cultura local, a educação e informação da comunidade, o controle de políticas públicas, a articulação dos movimentos sociais – enfim, “dar voz ao povo”.

No estágio atual de desenvolvimento das rádios comunitárias, onde as perseguições são acintosas, os processos de regularização andam a passos lentos ou simplesmente não andam. Além disso, não se tem ainda um bom estágio de funcionamento decorrente das frágeis estruturas de suporte, tais como, a associação comunitária, laços mais formais com os setores das comunidades onde elas já foram criadas, um ágil acompanhamento dos processos junto ao Ministério das Comunicações e a ausência de um planejamento estratégico. A partir dessa realidade, fez-se necessário um estudo que pudesse, através do resgate da memória dessas rádios e da análise da sua atual conjuntura, oferecer informações para a eleição de prioridades.

Mais especificamente, essa pesquisa investiga dez rádios comunitárias, entre as quinze que são apoiadas pelo Movimento de Organização Comunitária (MOC), a saber: a Arcos FM, Água Fria FM, Barreiros FM, Coité FM, Cruzeiro FM, Cultura FM, Nordestina FM, Queimadas FM, Santa Luz FM e Valente FM. Para tanto, foram realizadas entrevistas com representantes de cada uma dessas rádios (que estão em anexo) e, a partir dos dados coletados, de uma ampla revisão bibliográfica e de consultas às bases legais, foram desenvolvidas as análises que nortearam a elaboração do presente relatório.

No capítulo 1 *Memória*, buscou-se resgatar a história do movimento de radiodifusão, de modo geral, no Brasil e, especificamente, na Região do Sisal. A intenção aqui é demonstrar como o rádio incorpora-se como um elemento importante da cultura brasileira, devido ao seu potencial de alcance a lugares praticamente inacessíveis de outro modo, além de retomar o processo de formação das rádios comunitárias da Região Sisaleira. Já no capítulo 2 *Conjuntura*, é construído um panorama da atual situação do movimento de radiodifusão comunitária na região sisaleira, a fim de servir como um diagnóstico para identificação das principais dificuldades enfrentadas pelo movimento. São essas dificuldades que embasaram a construção do capítulo 3 *Perspectivas*, que oferece uma discussão

---

<sup>1</sup> Artigo 1º da Lei 9.612 de 19 de fevereiro de 1998, que define a radiodifusão comunitária.

acurada sobre uma série de caminhos possíveis (ações) que poderão ser seguidos a fim de fortalecer e articular o movimento na região.

Por fim, este trabalho contou com a coordenação do pesquisador Prof. Antônio Dias Nascimento, PhD em Sociologia, Professor Adjunto do Departamento de Ciências Humanas, lotado no curso de Comunicação Social e Professor do Mestrado em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia (Uneb); do Prof. Jean Joubert Freitas Mendes, Doutorando em Música com ênfase em Etnomusicologia, pela Universidade Federal da Bahia (Ufba); além da participação dos pesquisadores de Iniciação Científica Anaéli Silva Bastos (PICIN) e Dilvan Passos de Azevedo (PIBIC), ambos estudantes de graduação do curso de Comunicação Social da Uneb. Também ressaltamos o apoio inestimável oferecido pelo Movimento de Organização Comunitária (MOC) e pelo Unicef, aos quais somos profundamente gratos, pois de outra forma este trabalho dificilmente seria realizado.

# CAPÍTULO 1

---

## MEMÓRIA

---

### O RÁDIO NO BRASIL: vencendo distâncias

A dimensão territorial do Brasil, uma das maiores do mundo, o qualifica, por essa extensão, como um país continental. Entre as muitas conseqüências importantes desse fato, isso implica dizer que a população do Brasil encontra-se dispersa por uma imensa vastidão espacial e, conseqüentemente, tendo que enfrentar grandes distâncias entre o litoral e o interior, entre o Norte e o Sul e mesmo dentro de cada região, de uma cidade para outra e de cada cidade com o interior do seu município. Assim, o rádio, diferentemente de outras instituições modernas, assume papel preponderante de ligação.

O rádio, na realidade brasileira, torna-se o caminho que vence a distância intransponível na selva amazônica, o mensageiro que chega à casa do flagelado da seca do Nordeste avisando-lhe a oportunidade de emprego nas frentes de trabalho, abertas em socorro aos que padecem de fome e de sede. Em outros casos, tem sido salva-vidas em catástrofes nas grandes metrópoles, como incêndios em edifícios<sup>2</sup>, e alagamentos, quando,

---

<sup>2</sup> Nos anos 70, incêndios de grandes proporções nos Edifícios Andraus e Joelma, no centro da Cidade de São Paulo estarreceram o país com as imagens de pessoas em chamas que se atiravam do topo das duas torres para livrarem-se do fogo. Naquela ocasião a Rádio Jovem Pan, através de suas transmissões móveis, conseguiu alertar a população em trânsito para alterar seu roteiro a fim de não ser atingida pelo fogo, ou mesmo ficar presa nos grandes engarrafamentos que bloquearam as ruas e avenidas que davam acesso à região do sinistro.

através das transmissões radiofônicas, consegue-se evitar que pessoas em trânsito sejam tragadas pelo fogo, pela água, ou pelos imensos engarrafamentos.

A despeito do excessivo uso comercial e desserviço à preservação e fortalecimento da cultura nacional, que setores econômicos e políticos dominantes fazem do rádio, muitas experiências de ações afirmativas pontuam a memória do rádio no Brasil. Dentre essas ações, destacam-se as campanhas de educação de base e mobilização popular do final dos anos 50 e início dos anos 60, com a criação do Movimento de Educação de Base, MEB. Muitas emissoras ligadas à Igreja Católica, sobretudo no Nordeste, associaram-se ao programa de alfabetização e educação de base pelo rádio.

As transmissões radiofônicas do MEB apoiavam-se numa rede de monitores situados pelos mais recônditos rincões que, munidos de singelos rádio-receptores, todas as noites, reuniam-se com a vizinhança para mais uma aula. Cada um ia como podia, de pés descalços, a pé, a cavalo, para participar da audiência diária em que se alfabetizava, na mesma medida em que aprendia a se reconhecer como sujeito não apenas de deveres, desde o início de suas vidas, mas também de direitos. Também outros movimentos, em vários lugares, utilizavam-se da radiodifusão para interagir com suas bases.

A partir dos anos 60, sobretudo entre os anos 61 e os três primeiros meses de 1964, abriu-se bastante espaço para a difusão do sindicalismo dos trabalhadores rurais e para outros movimentos sociais que preconizavam a autonomia nacional e o fortalecimento da sociedade civil. Mesmo depois, nos tormentosos tempos da ditadura militar, no que pese as intenções subjacentes de controle político e ideológico que inspiravam esses programas, o rádio foi também largamente utilizado em campanhas de alfabetização e até mesmo de acesso ao ensino do segundo grau, como no caso do Projeto Minerva.

Assim, ao longo de sua história no Brasil, a audição do rádio passou de privilégio dos setores dominantes até os anos 50, a direito de todos, inclusive dos setores populares, depois dos anos 60. Nos dias atuais, não obstante ainda persistirem emissoras com programações totalmente voltadas para as classes A e B, a maioria absoluta das emissoras tem suas programações voltadas para os setores médios e populares. Além disso, merece destaque um razoável contingente de emissoras que não se medra pelos filões comerciais, ou pela simples cultura de massa a exemplo das rádios educadoras e das confessionais que se caracterizam inclusive por lutarem por justiça social.

## **O RÁDIO, UM TRAÇO CULTURAL: história, unidade e cultura nacional**

As primeiras experiências com transmissões radiofônicas no Brasil deram-se a partir de 1920. No entanto, a primeira transmissão oficial somente acontece em 1922, por ocasião das comemorações do I Centenário de Independência do Brasil. Naquele momento, existiam apenas 80 receptores no País e, provavelmente, não pertenciam aos setores populares. Assim, a instalação da primeira estação de rádio brasileira, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, fundada por Roquete Pinto e Henry Morize, em 20 de abril de 1923, só ocorre um pouco mais de seis meses após a primeira transmissão (JAMBEIRO, 2004).

Desse modo, a presença do rádio no Brasil ultrapassa já os 80 anos de existência. Evidentemente que a sua instalação não se deu simultaneamente em todas as regiões do País, mas, na região Nordeste, o rádio se consolida ainda nos anos 30, a partir do Período Vargas. Os registros históricos, por sua vez, destacam o empenho do “pai do rádio brasileiro”, como é considerado Edgard Roquete Pinto, em transformar o rádio em um instrumento de educação e de formação da população brasileira, sobretudo junto às camadas populares, apesar de poucas pessoas disporem de receptores.

O papel educativo do rádio, no entanto, almejado por Roquete Pinto, é mantido tanto por ele quanto pelas emissoras oficiais, como a Rádio Nacional, até meados da década de 30, quando a ditadura Vargas vai-se instalando. Embora a publicidade e a propaganda já exercessem um papel importante na auto-sustentação das rádios, que possuíam mais um caráter de sociedades e de clubes nessa fase, é a partir de 1935 que o sistema radiofônico vai trocando acentuadamente seu caráter educativo e assumindo as características comerciais entremeadas com entretenimento e informação.

Com o passar dos anos, foram retomados os ideais de Roquete Pinto, mas de forma pontual e episódica, através das emissoras estatais como a Rádio Nacional, a Rádio MEC e o Sistema de Radiodifusão Educativa e mesmo pelas rádios mantidas por dioceses e ordens religiosas católicas. Nesse aspecto, algumas experiências marcaram a história da educação popular no Brasil, como foi o caso do Movimento de Educação de Base – MEB, da Igreja Católica, em parceria com o Governo Federal, ainda nos primeiros anos da década de 60, sendo depois entregue à sua própria sorte a partir de 1964.

Com a chegada da televisão nos anos 50 e 60, houve um certo declínio do rádio. A TV passou a concorrer com os programas de auditório, atraiu para ela os melhores astros da radiofonia, além de tornar-se, ela própria, mais atraente que o rádio pelo fato de transmitir também a imagem, além da voz. Ao lado disso, na medida em que os anos

passavam, crescia o número de novas estações de TV e o acesso ao desenvolvimento tecnológico trouxe para o Brasil, ainda nos anos 70, a TV a cores e possibilitou também a retransmissão de imagens por microondas e finalmente por satélites.

Ainda como consequência do aparecimento da TV, abriu-se inicialmente o mercado para a importação de televisores tornando-a refém dos setores dominantes. Posteriormente, com a fabricação dos televisores no Brasil, do mesmo modo como aconteceu com o rádio, a TV tornou-se cada vez mais popular e acessível a todas as camadas sociais. Estudos sobre o impacto dos meios de comunicação no Brasil apontam a TV como aquele que mais produziu efeitos sociais e culturais, tendo modificado hábitos e costumes, além de induzir desejos de consumo.

Diante do vertiginoso desenvolvimento da TV no Brasil, o rádio foi obrigado a encontrar novos caminhos. Inicialmente, acentuou-se o seu caráter mercantil e de entretenimento. Ainda nos anos 70, foram introduzidas as transmissões em Freqüência Modulada-FM que passaram a oferecer uma sonorização muito mais refinada, em seu raio de alcance, que as realizadas tradicionalmente pelas ondas médias. As transmissões em FM, a princípio, limitavam-se ao meio urbano das grandes cidades, e ainda assim aos setores mais aquinhoados devido ao custo mais elevado dos receptores estereofônicos.

Evidentemente que isso não significou a extinção das transmissões em ondas médias, uma vez que se foram também formando grandes cadeias de telerrádiodifusão e foram simultaneamente mantidas as transmissões de longo alcance, tanto para os setores populares das grandes cidades, como para as cidades de menor porte e para as zonas rurais. Atualmente, as transmissões em FM espalharam-se por todo o País. Inclusive as rádios comunitárias, via de regra, operam também nessa freqüência. Com isso reduziram-se os custos dos receptores para FM, tornando-os também de acesso popular.

É de se destacar ainda a relação de parte da hierarquia da Igreja Católica com a radiodifusão que data ainda dos anos 50. Muitas Dioceses, pelo Brasil afora, instalaram a sua própria emissora, comumente implantada com a ajuda externa, ou, pelo menos, tinham seus programas em horários contratados, ou cedidos, em emissoras comerciais sediadas nas cidades onde havia uma Cúria Diocesana. Além disso, algumas ordens religiosas também tinham sua emissora, tornando-se a Rádio Aparecida uma das mais conhecidas dentre elas.

Na Amazônia, muitas distâncias entre os fiéis e seus curas eram vencidas pelas ondas do rádio. No Nordeste, ainda algumas das Dioceses mais antigas têm as suas próprias emissoras, tais como a Rádio Olinda em Recife, a Rádio Excelsior em Salvador, a Rádio Cultura em Aracaju, dentre outras. Normalmente essas emissoras não se dedicavam

apenas a programações religiosas, mas estavam voltadas também para o serviço às comunidades, sobretudo àquelas mais longínquas. Distinguem-se claramente das rádios meramente comerciais e de outras de mero proselitismo religioso.

O fato é que multiplicaram-se as emissoras por todo o território nacional e, na sua maioria, buscando atingir faixas diferentes do mercado. Tornaram-se também, muitas delas, veículos de propósitos eleitoreiros e de afirmação de setores conservadores. Diante disso, não tardou o momento em que os setores populares passaram a buscar o acesso ao rádio como meio de difusão de suas bandeiras, de suas articulações e de suas reivindicações, uma vez que as rádios comerciais, presas que ficaram dos setores dominantes, tornaram-se inacessíveis aos movimentos populares.

Além do controle político, econômico e ideológico, exercido pelos setores dominantes da sociedade brasileira, sobre o sistema de rádio e televisão no Brasil, também o controle do Estado jamais perdera o caráter autoritário implantado ainda nos anos 30 sob o domínio de Getúlio Vargas. Conforme diz Jambeiro:

regulada no Brasil dentro do espírito autoritário da Revolução de 30, a radiodifusão atravessou todo o Século XX operada sob licença do Poder Executivo Federal. E ingressou no Século XXI sem qualquer indicação de que poderá, em algum momento, ter participação da sociedade civil na regulação de suas atividades (JAMBEIRO et al, 2004, p. 52).

Diante dessa realidade, reconhecendo-se preteridos e cerceados em seu direito de expressão, os movimentos sociais intensificaram, por volta dos anos 90, suas lutas pelo acesso ao rádio comunitário, como o caso aqui estudado. Via de regra, essas rádios são instaladas em áreas caracterizadas pela forte exclusão social, a partir do momento em que as populações começam a superar o seu estado de massa. Então, vão ganhando organicidade, buscando fortalecer os seus laços de solidariedade, ampliar sua consciência de cidadãos e abrir espaços de participação social, econômica, política e cultural.

Entre muitos aspectos que merecem destaque, três deles emergem como de fundamental importância para o entendimento do porquê os movimentos populares e sociais buscam o acesso ao rádio, através da criação das rádios comunitárias. O primeiro deles é o fato de o rádio já ter sido incorporado culturalmente como forma de expressão pelo povo brasileiro, sobretudo pelos setores populares. O segundo aspecto diz respeito ao fato de o sistema radiofônico comercial haver-se tornado impenetrável aos movimentos sociais e aos interesses dos trabalhadores e dos setores sociais oprimidos. Por fim, o seu baixo custo.

Poder-se-ia dizer que o rádio, no Brasil, tornou-se um dos fatores de unidade nacional. Praticamente, todos os lares brasileiros têm pelo menos um receptor, qualquer que seja a sua condição social e econômica, sejam eles urbanos ou rurais. E, ao contrário do que pensam setores de classe média, um dos programas radiofônicos mais ouvidos pelos

setores populares é a Voz do Brasil<sup>3</sup>. É através desse programa que muitos deles acompanham o desempenho dos políticos de sua preferência e tomam conhecimento das questões que lhes dizem respeito no âmbito do governo federal.

A relação dominante da população brasileira com o rádio é de intimidade. O rádio passa a ser companhia para os solitários, seja na moradia, no trabalho urbano ou rural, na caminhada, ou na viagem. Tornou-se um veículo de ligação entre o ouvinte e as dimensões ausentes do mundo no qual ele vive, incluindo-se aí as ligações entre os indivíduos e a sua comunidade. Como se costuma falar entre os “radiófilos”, o rádio é o livro do analfabeto. Assim, ao longo desses oitenta anos, tornou-se mestre, companheiro, salva-vidas, vendedor, correio, cupido, animador, servidor público e outros.

Antes das pessoas terem acesso em massa ao rádio, apareceram, em muitas comunidades, os serviços de alto-falante com programações regulares e que conseguiram estabelecer laços consistentes com os ouvintes, passando recados, anunciando o horário, fazendo convites para celebrações, funerais, oferecendo-lhes as músicas preferidas e, não raro, passando informações sobre acontecimentos da própria comunidade, ou mesmo organizando programas de transmissão de conhecimento, além dos serviços de anúncios comerciais através dos quais asseguravam a sua sustentabilidade.

Comumente, esses serviços denominavam-se de difusoras, ou simplesmente de serviços de alto-falante e recebiam um nome próprio pelo qual tornavam-se reconhecidos e populares junto aos membros da comunidade. Eram de manejo relativamente simples e o seu registro era feito apenas junto às autoridades municipais. A sua operação, na maioria dos casos, era feita pelo seu proprietário, ou por pessoas da sua confiança. Claro que a sua programação era feita de modo a agradar aos ouvintes. Os serviços de alto-falante sempre cumpriram um papel de integrar a comunidade. Tinham alcance espacial limitado.

Com o aparecimento das rádios comunitárias por onda, muitos desses serviços passaram também a denominar-se de rádios comunitárias, no sentido de que servem à comunidade prestando serviços de utilidade pública, participando de campanhas de saúde pública, conectando a comunidade aos serviços, comunicando alterações no serviço de água, fornecimento de energia, modificações no trânsito e outros. Embora essas rádios não

---

<sup>3</sup> “Sintonizado com a propaganda política que vinha sendo feita nos Estados Unidos e na Europa através do rádio, Vargas, já naquela época, vislumbrava a utilização do novo veículo no Brasil. Nesse sentido, foi instituída também a obrigatoriedade de retransmissão simultânea de um programa radiofônico nacional, a ser emitido pelo Serviço de Publicidade de Imprensa Nacional” (FREDERICO, 1982, p. 50). “Este dispositivo foi mais tarde incorporado ao Código Nacional de Telecomunicações, que, até hoje, obriga todas as emissoras de rádio do país a retransmitirem o programa *Voz do Brasil*, inaugurado em 1934, com o nome de *Hora do Brasil*” (JAMBEIRO, 2004, p. 49).



tenham o alcance territorial e a discricção que podem ter as rádios por onda, elas são ainda muito utilizadas e, na sua maioria, são de propriedade privada.

No interior do movimento de rádios comunitárias, no entanto, persiste uma certa tensão entre as rádios comunitárias por onda e as rádios de corneta-alto-falantes, devido ao fato de que, enquanto as primeiras são de controle total das comunidades, as segundas, são predominantemente de caráter privado e a participação da comunidade se dá por concessão dos proprietários, sendo a sua gestão também de domínio privado. Muito embora, elas reivindiquem a condição de comunitárias pelo fato de terem como público as comunidades e nelas buscarem o sentido de seu trabalho.

Em conclusão, percebe-se que o rádio, ao longo desses seus mais de oitenta anos de presença no Brasil, tem participado ativamente da história nacional, tornando-se fator de democratização e de participação social e política e isso é sobremaneira evidenciado pelo excessivo controle que sobre ele mantiveram os governos autoritários e, como sempre, buscaram manter os setores dominantes e conservadores da sociedade. Além disso, tornou-se também, além de fator de unidade nacional, um traço cultural característico do Brasil contemporâneo.

### **O RÁDIO E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL: o caso da Região Sisaleira da Bahia, um estado de necessidade**

O Estado da Bahia, em termos de coordenadas geográficas, situa-se entre os meridianos 38 a 42 a Oeste do Meridiano de Greenwich e entre as latitudes 8 e 18 ao Sul do Equador. Seu território cobre toda parte sul do Nordeste do Brasil, sendo o maior dos dez Estados que integram a Região. Além de banhado pelo Oceano Atlântico ao Leste, limita-se com outros nove Estados, sendo ao Norte com Pernambuco, ao Nordeste com Alagoas e Sergipe, ao Sudeste com o Espírito Santo, ao Sul com Minas Gerais, ao Oeste com os Estados de Goiás e Tocantins e ao Noroeste com o Estado do Piauí.

A sua área chega a 561.026 Km<sup>2</sup>. Apesar de tamanha extensão, ela representa apenas 6,59% do território brasileiro e 36,23% da Região Nordeste. Atualmente o seu território está politicamente dividido em 417 municípios. Esses, por sua vez, estão organizados em 15 regiões de planejamento. Apesar da Bahia possuir uma considerável região costeira, constituída por uma faixa de terra que se estende por 932 quilômetros, com uma largura que varia entre 100 a 200 quilômetros, onde as terras são férteis, cerca de 65% do seu território são castigados por severas estiagens.

A Região Sisaleira da Bahia, por sua vez, situa-se na Região Nordeste do Estado e apresenta os mais altos índices de pobreza e de miséria do Brasil, determinadas tanto por fatores climáticos, como por fatores de ordem cultural, social, política e econômica. Sua população de cerca de um milhão de habitantes distribui-se em 35 mil km<sup>2</sup>. A base econômica da região é a exploração do sisal e das pedreiras, consorciadas com outras de menor expressão como a ovino-caprinocultura, a pecuária extensiva de porte reduzido, o extrativismo do ouricuri e do umbu, além dos cultivos de feijão, milho, mandioca e mamona.

Ao menor sinal de estiagem, no entanto, rapidamente todas essas atividades agravam o seu estado de precariedade, repercutindo severamente sobre as já reduzidas condições de vida da população, sobretudo a rural. Além das chuvas não caírem com a regularidade desejável, ou mesmo esperada, os pequenos reservatórios de água escavados, muitos deles, por frentes de trabalho em épocas de secas mais prolongadas, secam em pouco tempo, tanto pelo consumo humano e animal, como pelo fenômeno da evapotranspiração.

A população das zonas rurais vive dispersa pelo interior, localizando-se em áreas onde aparentemente a natureza se torna menos causticante e oferece algumas condições mínimas de habitabilidade. São justamente esses contingentes humanos que integram as multidões dos que marcaram a história com seus sofrimentos e têm deixado nas páginas da literatura e da imprensa regionais, nacionais e até mesmo internacionais, o horror do flagelo das secas e da miséria que caracterizam a Região Sisaleira e o semi-árido baiano. É nesse contexto que as rádios comunitárias tornam-se agentes ativos de mobilização popular.

Na atualidade, no que pese a persistência da pobreza rural do Nordeste, com todos os episódios característicos do flagelo das secas, já historicamente conhecidos, vem-se assumindo uma nova mentalidade no sentido de criar condições de convivência com as secas, em vez de fugir delas à procura de trabalho em outras regiões, em especial, o Sul do País. Essa utopia vem sendo construída através da mobilização e organização das populações rurais e urbanas, animadas pelos movimentos sociais, organizações comunitárias, sindicatos de trabalhadores rurais e das comunidades de base.

A história social da região registra que esses movimentos nasceram do enfrentamento dos setores populares com as situações de opressão às quais sempre estiveram submetidos. Dentre as experiências de organização popular aí vivenciadas, podem ser lembradas a organização das comunidades de pequenos agricultores, as lutas pela criação dos armazéns populares, contra o clientelismo nas frentes de trabalho durante os períodos de seca, dos mutilados do sisal pela previdência social e pela segurança do trabalho, a luta pela erradicação do trabalho infantil e a luta pela terra, entre outras.

Os momentos iniciais dos diversos movimentos que foram surgindo pareciam indicar lutas inglórias diante da solidez com que se apresentavam as situações de opressão e de submissão a serem superadas. No entanto, a persistência na luta foi assegurando o crescimento da consciência popular em busca da libertação e, aos poucos, foram surgindo os sinais de vitória que retroalimentam a esperança, a determinação de continuar na luta e de ampliá-la. Como em outras partes do País, a pressão coletiva exercida pelos movimentos sociais, frente ao Estado e aos remanescentes do coronelismo, tanto o tem feito abrir espaços a certas reivindicações populares, como tem feito aliados em outros setores da Sociedade Civil.

Embora persistam ainda as condições contra as quais se luta, há uma visível perspectiva de mudança com a conquista de implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Peti, com a multiplicação das experiências de convivência com a seca, com as desapropriações de áreas para a implantação de Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, com a solidificação do trabalho por uma educação adequada às condições ambientais e culturais da região junto às redes escolares municipais e pelo surgimento de atuantes organizações comunitárias e de outras de caráter mais específico, tudo isso reforçado com avaliações periódicas e replanejamentos.

Esse processo de mobilização e de organização popular tem sido estimulado pelas conquistas que vão sendo obtidas em diferentes setores, mas cujos efeitos tendem a convergir para o objetivo comum de tornar possível a convivência com a seca através da melhoria e da ampliação da infra-estrutura de armazenamento de água, com a implantação de políticas públicas que impliquem efetivamente em alteração das atuais condições de vida e de trabalho, como apoio à agricultura familiar, criação de alternativas de ocupação dos jovens, incentivo à frequência escolar como a bolsa-escola e erradicação do trabalho infantil.

É nesse contexto que deve ser entendido o papel das rádios comunitárias na região. Elas, evidentemente, não resolvem tudo, mas se constituem em poderosos agentes de mudança social na medida em que tanto facilitam a integração entre as pessoas, como potencializam, através de programações especiais, a nova consciência que se tenta implantar na região. A experiência histórica tem mostrado que não basta destinar recursos públicos para o Nordeste. Por abundantes que venham a ser, de nada valerão se os próprios nordestinos não se tornarem sujeitos do seu próprio desenvolvimento.

### **Cultura de dominação: aspectos políticos e econômicos**

A idéia de uma conscientização da população nordestina torna-se tanto mais um anseio, quando se tem em mente que a população sertaneja de hoje teve sua cultura formada historicamente na resistência aos rigores da natureza, como reconhece Euclides da

Cunha, em sua memorável obra *Os Sertões*, onde diz que “o sertanejo é antes de tudo um forte”. Mas junto à obra de Euclides deve ser colocada também a de Victor Nunes Leal, *Coronelismo, Enxada e Voto*, que dá conta do clima de opressão e violência à condição humana em que os “fortes sertanejos” tiveram que negociar as suas condições de existência.

A esse respeito, vale registrar que, embora sejam as secas apontadas como explicação para a situação de pobreza que ali se verifica, na verdade, como elas fragilizam ainda mais as já precárias condições de existência, a sua superexposição na mídia funciona como uma nuvem de fumaça sobre as causas mais profundas da miséria como a má distribuição da terra e apropriação do poder local por grupos oligárquicos. Como se não bastasse a concentração em poucas mãos dos recursos naturais como a terra e a água, essas oligarquias se apropriam dos mecanismos de socorro público que chegam à região.

Esses expedientes escusos de apropriação dos recursos especiais que chegam à região, sob a justificativa de fortalecer as condições de vida dos flagelados, acabam por fortalecer ainda mais as estruturas de mando historicamente aí constituídas, mediante relações de troca de favores por bases eleitorais às esferas de poder regional e nacional. Esse fato é sobejamente conhecido através de vários autores como Antônio Callado (1966) em *Os Industriais da Seca e os Galileus de Pernambuco* e Marcel Bursztyn (1985) em *O Poder dos Donos: planejamento e clientelismo no Nordeste*, entre outros.

O poder dessas oligarquias locais estende-se a tudo que chega à região, daí que nem mesmos os meios de comunicação social como o jornal, o rádio e a televisão escapam desse determinismo histórico. Dentre esses meios, o rádio torna-se o principal veículo de comunicação, tanto por alcançar a população semi-alfabetizada das cidades e do meio rural, como por alcançar as comunidades de acesso mais difícil. Embora, apesar de dispor de todo um aparato de comunicação instalado, essa mídia local é utilizada como instrumento de manipulação das massas e manutenção do poder oligárquico.

Para que se perceba ainda mais a importância que o rádio assume na Região Sisaleira, basta lembrar que, em meados dos anos 80, um grupo de pesquisadores da Universidade Federal da Bahia-Ufba, iniciou uma pesquisa participante no Município de Cansanção, visando estudar o flagelo social da seca a partir dos flagelados reais e potenciais. O estudo intitulou-se *Projeto Cansanção* e prolongou-se por cerca de 10 anos. Diante das dificuldades de contato entre pesquisadores e as comunidades do interior, realizou-se uma pesquisa sobre os meios de comunicação utilizados por elas.

Os resultados da pesquisa revelaram que o rádio era ouvido pela maioria dos entrevistados através de receptores a pilha. Contudo, as emissoras mais ouvidas eram a

Rádio Sisal de Conceição do Coité, a Rádio Aparecida do Norte e a Rádio Globo, ambas do Sul do País. Em seguida apareceu a Rádio Sociedade da Bahia, sediada em Salvador. Naquele momento não havia uma rádio local e sequer um serviço de alto-falante. Os meios de comunicação locais, portanto, entre eles e a cidade, eram os motoristas dos caminhões que faziam o transporte nos dias de feira, uma vez por semana, ao lado de comerciantes locais que se dispunham a passar os recados deixados com eles.

Como não havia rede elétrica na maioria das localidades do interior, não havia o acesso à televisão. Quando os pesquisadores da Ufba queriam informar a programação a ser cumprida, a cada missão mensal, os recados chegavam às comunidades através da Rádio Sisal, ou mesmo através do dono do Hotel onde se hospedavam os pesquisadores que, com o passar do tempo, fazia de boa vontade a intermediação entre eles e as comunidades. A menos quando se deixava antecipadamente combinado um dia para conversarem ao telefone. Mesmo assim, as notícias praticamente eram de mão única.

Essa dificuldade de comunicação com as comunidades do interior, praticamente não foi alterada na região desde o início do Projeto Cansanção em 1984, até 1996, quando intensificaram-se as medidas para implantação do Peti nos municípios de Retirolândia, Valente, Santa Luz, Conceição do Coité e Riachão do Jacuípe. Do mesmo modo que no Município de Cansanção, há muito tempo, padecia-se da falta de uma comunicação mais veloz entre as organizações comunitárias sediadas nas cidades e suas bases no interior, sobretudo, nos períodos de seca.

A partir dos últimos meses de 1996 e, daí pelos anos seguintes, essa necessidade de comunicação intensificou-se dramaticamente. Era necessário, a todo momento, convocar os chefes de família ou mesmo as mães para se habilitarem ao recebimento tanto da bolsa escola, como para serem incluídos em outros programas de apoio à produção da agricultura familiar que foram sendo criados, no sentido de erradicar também as condições de pobreza que obrigavam as crianças ao trabalho precoce e ao abandono da escola, além de danos irreparáveis à sua saúde física e psíquica.

A implantação do Peti na região não se limitou à simples distribuição da bolsa-escola. Paralelamente, foram criados também outros mecanismos que assegurassem a permanência das crianças nas escolas e tornassem possível uma outra visão sobre a infância tanto entre os pais, como entre as comunidades. Tornou-se imperioso, portanto, um contato direto e permanente com as famílias para que elas mesmas se tornassem as principais guardiãs, fazendo com que a alimentação escolar, o reforço escolar e o funcionamento das Unidades de Jornada Ampliada fossem garantidos.

Assim, como a mobilização da Região Sisaleira em torno do Peti coincidiu com a mobilização nacional pela implantação de rádios comunitárias, não tardaram, portanto, a serem implantadas as primeiras rádios comunitárias, algumas delas antes mesmo da criação de uma lei específica, diante do estado de necessidade que se estava vivendo em relação à comunicação em toda a Região Sisaleira. Baseadas no **estado de necessidade** e nas garantias constitucionais à liberdade de expressão, uma a uma, as rádios foram sendo implantadas nos diversos municípios.

Um outro fato que agrava mais ainda essa dificuldade de comunicação, sobretudo com as comunidades do interior, é que, devido ao estado de carência das organizações comunitárias, elas não dispõem de transporte próprio e muito menos de recursos para fretá-los. Desse modo, ficam impedidas de se deslocarem até as suas bases a fim de levarem mensagens, ou mesmo de estabelecerem o necessário diálogo visando reforçar a adesão das comunidades a certos requisitos das políticas públicas, muitas vezes de difícil compreensão aos trabalhadores rurais.

### **A RADIO COMUNITÁRIA: uma arma contra a miséria e a exploração do trabalho infantil**

---

Embora as rádios comunitárias sejam já bastante freqüentes no Estado da Bahia e quase todas com histórias semelhantes, o presente estudo tem como objeto as rádios comunitárias da Região Sisaleira e de algumas das adjacências. Os dados recolhidos junto às lideranças comunitárias, responsáveis pelas rádios, revelam que elas apareceram na região a partir de meados dos anos 90. Há evidências de que a idéia inicial que inspirava essas lideranças era a de que as rádios, dado o seu alcance comunitário, guardariam estreita semelhança com o jeito de operar dos já familiares serviços de alto-falantes.

São, portanto, de história recente, mas desde o início expressam os anseios de comunicação social sonegados aos trabalhadores pelo sistema de radiodifusão comercial. Superam em muito os tradicionais serviços de alto-falante, tanto pela gestão comunitária, como pelo seu alcance espacial. Não parece claro que se tivesse a idéia do que viria a ser mais tarde caracterizado, pela lei, como rádio comunitária. Pelos depoimentos recolhidos, tinha-se uma idéia de rádio diferente da comunicação dominante, com liberdade mais ampla, e com o apoio e o respeito do Estado, dado o seu alcance social.

Como visto acima, baseados na liberdade de expressão assegurada na Constituição Federal, de maneira categórica nos seus Artigos 5º e 215º, as Rádios Comunitárias vão sendo instaladas e ampliando, com suas programações, o acesso de suas

respectivas comunidades aos programas criados pelo Governo, à cultura nacional e local, diversamente do que comumente fazem as rádios comerciais de âmbitos regional e nacional. Além do mais, servem de reforço ao sentimento de pertença dos seus ouvintes, na medida em que lhes ajudam a superar as barreiras de comunicação, tornando-os cada vez mais próximos entre si.

Como se pode ver, a Constituição Federal, no seu Artigo 5º, inciso IX, prescreve: “É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”. Já no seu artigo 215º a mesma Constituição Federal estabelece que “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes de cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e difusão das manifestações culturais”. Desse modo, a Lei Maior tanto estabelece a liberdade de expressão, como o acesso de todos às manifestações culturais.

Uma vez instaladas, rapidamente, essas rádios conquistaram a preferência popular de seus respectivos municípios, tanto no meio urbano como no rural. Criadas sem fins lucrativos e mantidas por consórcios de instituições ligadas aos interesses populares, como sindicatos de trabalhadores rurais, paróquias e associações diversas, logo trataram de montar programações voltadas aos interesses comunitários, como será visto adiante. Além do mais, em muitos casos, também as autoridades locais, prefeitos, juizes, delegados e outros, passaram a utilizar as rádios para falarem à comunidade.

Num primeiro momento, imaginava-se que as rádios comunitárias da Região Sisaleira da Bahia teriam surgido por influência de um movimento social específico, visando o fomento da atividade. No entanto, os depoimentos recolhidos<sup>4</sup> mostraram que a idéia de se implementar rádios comunitárias parece ter surgido a partir do desejo e da necessidade dos movimentos sociais locais em comunicarem-se com suas respectivas bases sociais. De fato, parecem existir dois contextos gerais que circunscrevem o surgimento das rádios comunitárias na região. Um deles foi a partir de movimentos sociais já organizados e o outro foi a partir de iniciativas particulares que, posteriormente, vinculam-se também aos movimentos sociais.

No primeiro contexto, desde o início, as discussões sobre o tema das rádios comunitárias envolveram a participação de diversas entidades da comunidade. Geralmente, o primeiro passo era estabelecer um amplo debate onde eram discutidas a necessidade de uma rádio, seus objetivos e a sua viabilidade, com a participação das Igrejas Católica e Evangélicas, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Associações e outras organizações sociais locais. Depois vinham campanhas para arrecadar fundos para a instalação da rádio

---

<sup>4</sup> Entrevistas realizadas entre os dias 28 e 29 de outubro de 2004 com 10 rádios comunitárias da região sisaleira.

e produção das programações.

O principal objetivo nesta investida era o de “dar voz ao povo”, ou seja, de construir um espaço onde a comunidade pudesse ouvir a si mesma e onde as entidades pudessem conversar e discutir com ela, além de informá-la. Como destaca um membro da direção da Associação Retirolandense de Comunicação Social-ARCOS:

a idéia de criar uma rádio comunitária foi porque a sociedade não tinha vez e nem voz nas rádios comerciais e aí juntos com a comunidade enfrentamos as dificuldades dos meios de comunicação. Foi preciso que criássemos uma rádio comunitária para que todos pudessem ter voz e vez. Nós queríamos que as notícias chegassem até os trabalhadores porque as rádios comerciais não divulgavam tudo que era necessário além de ser importante falar a verdade e isso poucas rádios divulgam, mas o nosso papel e nosso objetivo é esse (ENTREVISTADO RETIROLÂNDIA, 2004).

Por isso tornou-se necessário manter as rádios no ar com programação definida e com horário certo para que as comunidades se acostumassem com elas, aprendessem a confiar nelas e pudessem encurtar as distâncias entre si, ou mesmo entre elas e as suas representações situadas nas sedes municipais. Não se podia pensar em uma rádio que fosse ao ar apenas para dar recados e sem horários definidos.

No outro contexto, o das iniciativas particulares, ao contrário, claro está que não existiram discussões que envolvessem a participação de entidades da comunidade. As rádios, nesse caso, parecem ter sido frutos de motivos como a admiração pela comunicação, o desejo de ter a própria rádio, uma experiência acumulada numa rádio comercial ou numa formação em telecomunicações e, até mesmo, como um entretenimento. O objetivo inicial, então, foi igualmente variável, podendo ter sido a satisfação pessoal, a busca de renda ou simplesmente o lazer e a diversão, também diverso do que predispõe a lei.

Entretanto, principalmente a partir de 98, com a aprovação da Lei 9.612, que estabeleceu a radiodifusão comunitária no Brasil, tais rádios tinham que estar vinculadas a uma entidade comunitária, caso quisessem trilhar o caminho da legalização. Isso garantiu que as portas das rádios estivessem sempre abertas à participação da própria comunidade e de outras entidades, além daquelas que lhes deram origem. Assim, foram constituídas as “associações mantenedoras” – para atender esta exigência da lei, ocorrendo o mesmo com os conselhos comunitários.

Independentemente do contexto do qual tenha sido originada a rádio, tanto as associações mantenedoras, como os conselhos comunitários, não têm conseguido atingir o necessário dinamismo. São poucas as referências a experiências bem sucedidas. As

---



explicações mais freqüentes oferecidas para essa dificuldade prendem-se ao fato de que os integrantes dessas organizações, via de regra, já se encontram muito atarefados com as obrigações de suas entidades às quais já pertenciam anteriormente.

### **As primeiras articulações**

Obviamente que o aparecimento inicial das rádios comunitárias, em algumas cidades, serviu de inspiração para a sua proliferação em outras localidades, mas ainda não foi possível identificar com clareza essa trajetória. As primeiras mobilizações comunitárias em busca da implantação das rádios datam, segundo os depoimentos coletados, de 1996, através de duas iniciativas aparentemente distintas: uma em Tucano, onde um grupo de pessoas vinculadas à cooperativa Copertucano buscou em Recife as condições necessárias para a constituição da rádio:

Agora, a rádio mesmo foi a partir de 96. A gente iniciou em outra associação, que foi a primeira rádio comunitária alternativa, Rádio Comunitária Alternativa Tucano FM... Essa experiência foi de Recife, um grupo lá fazia rádio, né, comunitária. E aí a gente teve interesse. Nesse tempo eu fazia parte de uma cooperativa chamada Copertucano, e lá a gente discutiu, juntou um grupo e a gente conseguiu inclusive até o dinheiro pra montar uma rádio comunitária (ENTREVISTADO CRUZEIRO FM, 2004).

A outra iniciativa ocorreu em Valente, onde um processo pedindo a concessão de uma rádio educadora estaria tramitando já nessa época com o apoio da Apaeb-Valente e, provavelmente, por causa das dificuldades em consegui-la teriam optado pela rádio comunitária. A partir dessas duas iniciativas, em especial a de Valente, a idéia parece ter percorrido a região estimulando as comunidades a se organizarem em busca de suas próprias rádios, ganhando muita força em 1997 e 1998 – período em que houve praticamente um “boom” no surgimento de rádios comunitárias na região.

Confrontando depoimentos recolhidos entre as lideranças mais antigas, evidencia-se que as rádios comunitárias da região, talvez pela proximidade e pela semelhança de realidades sociais, estabeleceram uma articulação tanto entre elas, como também com outras organizações sociais. Portanto, é razoável supor que o movimento ganhou força e expandiu-se muito nesse período por conta dessa articulação, grande parte dela efetivada pelo Movimento de Organização Comunitária-MOC.

Tudo leva a crer que entre 96 e 97, os movimentos sociais e associações da região encontravam-se articulados, sobretudo os de Valente e Retirolândia, buscando a implantação de uma rádio comercial em que todos pudessem atuar, mas, diante das dificuldades encontradas, optaram pela rádio comunitária.

Nós pensamos, no começo, em criar uma rádio comercial em Valente com apoio de todos os sindicatos de trabalhadores rurais da região, mas como

ficou muito difícil, tudo caro, quando apareceu a idéia da Rádio Comunitária nós aderimos, por ser mais do nosso alcance e não podíamos esperar mais pois não tínhamos outra forma de nos comunicarmos com as nossas comunidades, sobretudo depois que o Peti chegou... (ENTREVISTADO ARCOS FM, 2004).

É justamente nesse momento de implantação do Peti que se sentiu mais de perto a necessidade de criação de meios de comunicação que rapidamente pudessem chegar às comunidades do interior. Assim, o movimento pela implantação de rádios comunitárias ganha prioridade junto às outras linhas de atuação do MOC. Daí que, ainda naquele ano, a sua assessoria passou a estimular as discussões sobre as rádios junto às organizações da região com as quais já trabalhava e mesmo dentro das articulações e fóruns que foram surgindo em consequência do desenvolvimento do Peti. Desse modo, as discussões voltavam-se muito mais para a importância política no sentido de fortalecer o poder de influência dos movimentos e organizações populares sobre todas as políticas em vigência na Região Sisaleira.

Duas intervenções do MOC contribuíram substancialmente para o fortalecimento das rádios comunitárias na região. A primeira diz respeito ao apoio dado à articulação entre elas, através de uma série de atividades, inclusive a promoção de encontros entre os interessados das diversas cidades e o incentivo às discussões sobre o tema. Os encontros eram momentos reservados para troca de experiências onde dificuldades e soluções eram compartilhadas e para alguns foram pontos de referência para iniciativas futuras – os interessados em montar uma rádio comunitária em sua cidade passavam a frequentar as reuniões. Nesse período, também foi uma preocupação do MOC que, em parceria com o Unicef, promoveu a capacitação dos radialistas comunitários que estavam surgindo.

Os encontros tiveram uma importância fundamental na disseminação da idéia de união do movimento das rádios na região. Sempre que novos interessados por rádios comunitárias surgiam e iam buscar apoio e informações em cidades vizinhas, eles eram convidados a participar dos encontros com o MOC – este foi o caso, por exemplo, do grupo de Santa Luz que foi buscar apoio em Valente e do grupo de Barreiros que foi buscar apoio em Retirolândia. E esse movimento não estagnou. Cada vez que iam surgindo focos de iniciativas de rádios comunitárias, estes eram incorporados ao movimento da Região Sisaleira. O depoimento de um dos entrevistados expressa muito bem a idéia de articulação e união que vem sendo intensificado entre elas:

justamente, nesses anos [97/98], que começou esse movimento... Porque foi Retirolândia, depois veio Valente, aí veio Santa Luz, veio Queimadas, praticamente dentro de um período... Conceição do Coité, também, nessa época, implantou lá rádios comunitárias, que depois foram fechadas mas, que o pessoal, até hoje, ainda tem essa idéia... Mas nessa época foi um movimento não só daqui, mas um movimento que circulou na Região Sisaleira (ENTREVISTADO BARREIROS FM, 2004).

A segunda intervenção está relacionada com o apoio financeiro que permitiu a montagem da infra-estrutura necessária ao funcionamento das rádios. Tais recursos foram conseguidos através da aprovação de um projeto apresentado pelo MOC à Comunidade Económica Europeia em 1996. Inicialmente, o projeto visava buscar apoio financeiro para a compra de equipamentos para duas rádios da região, contudo tão logo foi aprovado e os recursos liberados, o MOC propôs uma redistribuição dos recursos – isso porque, em uns intervalos pequenos de tempo, muitas iniciativas de rádios comunitárias haviam surgido e dividindo adequadamente os recursos seria possível apoiar mais duas rádios, além das que constavam no projeto inicial. A proposta foi aceita por todos os envolvidos e dessa forma ampliou-se o número de associações que conseguiram comprar seus equipamentos.

Provavelmente, com base na história que os movimentos populares já escreveram na região, com suas lutas, conquistas e desafios, logo o movimento das rádios deu-se conta da necessidade da atuação de forma articulada. Desse modo, da mesma forma como as entidades e os movimentos sociais já vinham se articulando historicamente em torno da luta pela previdência social, pela erradicação do trabalho infantil, pela reforma agrária, pelo desenvolvimento de condições de convivência com a seca e outras, passaram a realizar encontros de estudos e de articulação política.

Ainda em relação ao aspecto da articulação, por volta de 1998 as rádios da Região Sisaleira já vinham se articulando em torno da Federação Brasileira de Rádios Comunitárias-Febracom. Mais tarde, com a criação da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias-Abraço-BA, já em 2000, as rádios preferiram aderir a ela. A partir do ano de 2002, a nova direção da Abraço-BA passou a estimular a criação de sub-regionais, como mecanismo para fortalecer o movimento de rádios comunitárias no Estado. Foi aí que em 2004 criou-se a - Associação de Rádio e TV Comunitárias do Território Sisaleiro-Abraço-Sisal.

A criação da Abraço-Sisal foi precedida de mobilizações tanto populares, como de lideranças comunitárias em defesa das rádios. Os momentos mais expressivos dessas mobilizações, além dos momentos de criação das associações comunitárias e da instalação das rádios, foram aqueles nos quais a população se manifestou diante da repressão policial. No município de Água Fria, por exemplo, após o fechamento da emissora pela Polícia Federal e pela Anatel, a população saiu em marcha de protesto pelas ruas da pequena cidade, portando faixas e gritando palavras de ordem.

Já no município de Retirolândia, no momento em que a Polícia Federal ocupou a pequena sede da emissora, ela estava no ar e o radialista deixou o microfone aberto, o que fez com que a população fosse imediatamente informada e se deslocasse em

massa para lá. Percebendo-se cercados por um número considerável de populares, policiais federais e fiscais da Anatel partiram em retirada e nada fizeram contra a emissora naquele momento. Tempos depois, retornando à cidade, lacraram os transmissores. Em outros municípios, a cada apreensão dos equipamentos a população arrecadou fundos para adquirir novos.

Em outra ocasião, sob a liderança da Abraço estadual, as rádios comunitárias da Região Sisaleira tomaram parte da ocupação da sede da Anatel em Salvador em protesto pela sucessão de repressões e truculências praticadas pelos seus agentes acobertados pela Polícia Federal. Em julho de 2004, já sob a liderança da Abraço Sisal, foi encaminhada uma contundente denúncia ao Ministro da Casa Civil reiterando denúncias já encaminhadas ao Presidente da Anatel, na tentativa de fazer ver ao Coordenador Político do Governo Lula, que a democratização ainda não havia chegado aos movimentos populares.

Além dessas manifestações populares e de organizações comunitárias e de classe, também têm-se juntado as vozes de alguns parlamentares na Câmara Federal mais comprometidos com os interesses populares, tanto da bancada do Estado da Bahia, como das bancadas de outros Estados. Além desses, as entidades de articulação e defesa das rádios comunitárias em âmbito nacional e internacional, diante das arbitrariedades com que suas afiliadas vêm sendo tratadas, já cogitam promover a denúncia do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos-OEA e a outros organismos internacionais ligados aos direitos humanos.

Embora os avanços tecnológicos no campo da comunicação sejam vertiginosos, as rádios comunitárias da Região Sisaleira se revestem da mesma simplicidade e estado de pobreza material característicos dos seus ouvintes. Segundo levantamento realizado pelo Programa de Comunicação do MOC, com apoio do Unicef/Cordaid/Codes-Sisal, realizado no segundo semestre de 2004, simultaneamente à realização dessa pesquisa:

As emissoras estão sobrevivendo com equipamentos insuficientes e muito longe das novas tecnologias. Há emissoras com transmissor de 2 *watts* com alcance de 01 a 02 km. Nenhuma emissora dispõe de reproduzidor ou gravador de MD. Algumas utilizam *micro-sistem* para reproduzir as músicas. Apenas seis rádios dispõem de computador, sendo que três delas os utilizam somente para a programação, duas pra gravação e programação e uma somente para gravação.

Ainda existem rádios sem chave híbrida, sem telefone, sem gravador portátil e sem microfone sem fio. [Apesar das altas temperaturas experimentadas na região] Apenas cinco têm ar condicionado e a maioria não dispõe de bebedouro. Apenas uma tem fax. Sede própria é um sonho e a maioria está em local improvisado, outras em casas alugadas e, apenas uma, tem a sua sede própria. Todas as emissoras reclamam da falta de recursos para adquirir e manter equipamentos (PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO DO MOC, 2004).

## Repressão ou democracia de papel?

Entre todas as dificuldades enfrentadas pelas rádios comunitárias a repressão do governo, através da Anatel e da Polícia Federal, ignorando todo o contexto social, político, econômico e cultural em que elas surgiram, tem sido a mais abrangente e a mais antiga. Abrangente porque praticamente todas as rádios já receberam (e ainda recebem) algumas visitas da Anatel e da Polícia Federal e, conseqüentemente, tiveram os ambientes lacrados e os equipamentos apreendidos. Antiga, pois, por volta de 1996, já estava sendo fechada sob a acusação de uso de equipamento clandestino a rádio Tucano FM, uma das primeiras a funcionar de fato na região.

Esse episódio ocorreu quase dois anos antes de entrar em vigor a Lei 9.612<sup>5</sup>, que visa regularizar a situação das rádios comunitárias perante o Estado e torna ilegal o funcionamento daquelas que ainda não foram autorizadas. Com a chegada da Lei e diante das dificuldades em cumpri-la, a repressão se tornou mais comum e ainda mais temida, levando inclusive algumas rádios a saírem completamente do ar, como foi o caso de Santa Luz segundo consta no depoimento:

Nesse ano de 2004 a rádio saiu do ar no dia 17 de julho... a gente tirou do ar.. foi uma decisão da diretoria... porque a Anatel estava... fazendo vistoria na região, estava lacrando as rádios comunitárias e... também a Polícia Federal estava... apreendendo os equipamentos. Aí a diretoria entendeu que seria melhor tirar do ar para... evitar prejuízos. A gente tem equipamentos aí que se avaliar chega a mais de sete mil reais...ai é melhor a gente ficar fora do ar do que perder esses equipamentos e depois não poder recuperá-los (ENTREVISTADO SANTA LUZ FM, 2004).

A repressão é também a dificuldade mais prejudicial. Frequentemente, as visitas dos agentes fiscalizadores acabam resultando na apreensão dos equipamentos das rádios comunitárias, principalmente do transmissor, que quase nunca são devolvidos. No entanto, a vontade e a persistência de manter as rádios funcionando têm levado as comunidades a se mobilizarem de diversas formas diante dos prejuízos financeiros para conseguir recursos para investir em novos equipamentos, como revela um dos líderes comunitários de Retirolândia:

a nossa rádio foi lacrada cinco vezes e ainda há ameaças de fechamento. Por duas vezes, os policiais federais levaram todos os equipamentos e, por mais três vezes, lacraram os transmissores além de terem ameaçado de levar mesas de som e gritarem com os diretores. E isso fazia com que ficássemos irritados. Depois, através de amigos, fizemos bingos, rifas, festas promocionais e doações dos políticos do município e de toda sociedade que nos ajudou bastante além do próprio comércio local e foi assim que conseguimos comprar e recuperar os equipamentos apreendidos (ENTREVISTADO ARCOS FM, 2004).

---

<sup>5</sup> A Lei 9.612 só entra em vigor em 1998 no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Fatos como esse mostram como a liberdade de expressão no País, sobretudo dos setores populares, ainda continua sendo um “caso de polícia”, do mesmo modo como o último Presidente da República Velha, Washington Luis, referia-se aos movimentos operários que, com suas destemidas mobilizações, conseguiram fazer surgir no Brasil todo arcabouço de amparo legal à classe operária. Do mesmo modo, as autoridades do Ministério das Comunicações, preservando firmemente o ranço militarista e “policialesco” que sempre caracterizou a relação do Estado com os movimentos populares, têm investido contra as rádios que o povo cria visando a melhoria de sua precárias condições de vida.

Durante esses poucos anos de existência, a repressão tem sido a maior ameaça contra as rádios comunitárias. Diversas rádios fecharam e reabriram, perderam equipamentos e conseguiram outros ao longo de sua história. Contudo, apesar de enfrentarem o mesmo problema, elas passaram por situações singulares. Segundo os relatos, não existe uma abordagem padrão, mas de um modo geral poderiam ser identificados dois tipos de abordagens: a violenta e a não-violenta.

A estratégia é que parece ser uma só: quando a Anatel e a Polícia Federal decidem fiscalizar as rádios, comumente, percorrem toda a região (ou pelo menos boa parte dela) num só dia, caçando todas rádios comunitárias existentes – e não somente uma. Algumas vezes, a Polícia Federal e a Anatel abordam as rádios de forma pacífica, identificando-se primeiro, apresentando os documentos e mandatos, pedindo para vistoriar o local e procurando cumprir a ordem judicial. Outras vezes, a polícia tem utilizado a força para impor a autoridade, agredindo locutores, destruindo equipamentos e abrindo processos contra alguns dos membros da diretoria – relembrando os recentes tempos da ditadura. Dois trechos retirados das entrevistas ilustram melhor esses comentários:

Eu quero até deixar bem claro o seguinte: eu acho que não necessitaria daquele aparato todo, o carro da Anatel, o carro da Polícia Federal, todo mundo armado, colete... eu acho que não. Eram dois delegados, um homem e uma senhora. Dois delegados federais e três agentes, e dois agentes da Anatel. O carro da Anatel com a logomarca na porta, mas eu não fui maltratado. Eles, por sinal, doutor João Batista foi o delegado que lavrou o termo da apreensão – delegado da Polícia Federal –, mas me trataram com muita delicadeza e não houve nenhum tipo de violência não. Pediram licença para adentrar a emissora, mas me mostraram a intimação e eu tive que obedecer a lei. Mas devo dizer que a rádio não estava mais no ar (ENTREVISTADO CULTURA FM, 2004).

Depois vieram com a presença da polícia, não se identificaram que era a polícia, o prédio não funcionava aqui na época, mas tinha inclusive uma testemunha, coincidentemente tinha um ouvinte no momento que eles arrombaram, presenciou o fato... E eram vários policiais acompanhados de fiscais da Anatel que, como falei, não se identificaram, foram muito ousados, mandava abrir: ‘abra logo, que é que você quer ainda aqui perguntando nada, abra logo, largue de conversa, viemos buscar isso aqui’... Foi o que eu entendi, perguntei, explorei, mas quem é e quem são, não se identificaram. E aí, fechei, depois eles pularam o portão do muro, depois

quebraram a porta que dá acesso ao interior da rádio e aí já chegaram mesmo me batendo mesmo, me agredindo, entendeu, no meu pescoço, me empurraram sobre paredes, me algemaram... E enfim, queriam que eu desse depoimentos, entregasse pessoas lá mesmo, na maior pressão (ENTREVISTADO VALENTE FM, 2004).

Apesar de toda a repressão, nem a comunidade, nem os membros das rádios comunitárias permaneceram inertes frente a tal situação. Em Retirolândia, por exemplo, depois de ter ouvido através da própria rádio que ela estava sendo fechada pela polícia, a população se mobilizou em frente à rádio comunitária, pressionou a polícia a voltar atrás e conseguiu. Situações como esta ainda não são freqüentes, mas demonstram a existência de iniciativas de resistirem a opressão. Existem pessoas das comunidades, por exemplo, que se recusam a dar qualquer tipo de informação sobre as rádios comunitárias a estranhos. Já entre as rádios comunitárias, foi desenvolvida uma espécie de sistema de alerta: quando alguma das rádios desconfia que a Anatel, ou a Polícia Federal estão na região, então ela liga para as outras rádios, passando a informação. Imediatamente todas saem do ar, escondem os aparelhos e fecham suas portas. Algumas vezes esse sistema tem funcionado bem, mas a polícia também possui truques para burlá-lo, como conta um dos entrevistados:

Não... sempre é.... a gente é pego de surpresa. Eles chegam de surpresa... até disfarçados... chega um momento que a rádio recebeu a visita de pessoas né?! Bem vestidas... não tinham nenhuma identificação, só se identificaram quando entraram na rádio, né?! Colocaram o distintivo da polícia federal, colete, aí disseram que era da polícia federal. Foi uma surpresa enorme nesse dia, foi o primeiro transmissor nosso que foi levado. Que até hoje nunca apareceu... nunca voltou, nunca retornou pra cá (ENTREVISTADO SANTA LUZ FM, 2004).

No início de 2004, o MOC realizou treze Seminários Municipais sobre Rádio Comunitária em onze municípios da região com o objetivo de sensibilizar as associações comunitárias a elaborarem um planejamento estratégico para as respectivas rádios. A partir do resultado desses seminários, foi elaborado um relatório – o “Marco Zero” - contendo dados e informações sobre cada rádio acerca de uma série de categorias, entre elas a questão da repressão. O quadro a seguir, retirado desse relatório e adaptado para esse estudo, ilustra de forma sistematizada as informações coletadas sobre a repressão até aquele momento:

<b>Rádios</b>	<b>Nº de vezes lacradas</b>	<b>Nº de apreensões / equipamentos</b>	<b>Situação de recuperação</b>
Queimadas	3	2 / 2 transmissores.	Não recuperou
Cultura	1		
Cruzeiro	1	1 / transmissor e gerador de estéreo.	Recuperou os equipamentos
Água Fria	2	1 / mesa de som, CD player,	Não recuperou

		microfone e transmissor.	
Santa Luz	5	2 / transmissor e gerador de estéreo.	Não recuperou
Serrinha		1 / transmissor, mesa e microfone.	Não recuperou
Nordestina	1*	1 / transmissor	Não recuperou
Liberdade		1 / transmissor	Não recuperou
Coité	1		
Barreiros	1		
Arcos	2	1 / mesa de 16 canais, transmissor, gerador de estéreo, reverb, 2 cds prayer	Não recuperou

Fonte: Marco Zero: Rádios comunitárias, MOC, 2004.

\* Entrevistado Nordeste FM, 2004.



# CAPÍTULO 2

---

## CONJUNTURA

---

### O PROCESSO DE LEGALIZAÇÃO

A adequação à legislação vigente constitui um ponto crucial para o movimento de rádios comunitárias, não apenas da região sisaleira, mas de todo o país, merecendo ser examinada com atenção.

O primeiro passo para a regulamentação específica foi a aprovação da Lei 9.612, no ano de 1998, após um processo desgastante e intensa pressão por parte dos movimentos de rádios comunitárias. Após a sanção da lei, foram editados alguns decretos e normas complementares. No momento presente, vigoram o decreto nº 2.615/98, que aprova o regulamento de Radiodifusão Comunitária e a Norma Operacional nº 1/2004, que complementa as disposições da Lei 9.612 e fornece as demais referências que condicionam legalmente o funcionamento das rádios comunitárias.

O estabelecimento de uma legislação específica representou uma conquista, na medida em que conferiu existência legal às emissoras comunitárias, além de atribuir a estas uma série de princípios e finalidades coerentes com os objetivos de um meio de comunicação de caráter comunitário, expressos especialmente nos artigos 3º e 4º da lei 9.612:

**Art. 3º** O Serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a:

- I - dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- II - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- III - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- IV - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- V - permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível (BRASIL, 1998).

**Art. 4º** As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária atenderão, em sua programação, aos seguintes princípios:

- I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- II - promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- III - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- IV - não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.

**§ 1º** É vedado o proselitismo de qualquer natureza na programação das emissoras de radiodifusão comunitária.

**§ 2º** As programações opinativa e informativa observarão os princípios da pluralidade de opinião e de versão simultâneas em matérias polêmicas, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.

**§ 3º** Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à Direção responsável pela Rádio Comunitária (BRASIL, 1998).

Entretanto, ainda há muito que se avançar no que concerne às diretrizes normativas estabelecidas para as rádios comunitárias. Apesar de alguns pontos positivos, a legislação representou a imposição de uma série de obstáculos à constituição e a existência destas rádios. A análise crítica das leis, decretos e normas e as dificuldades reportadas nas entrevistas realizadas confirmam essa situação.

### **Aspectos questionáveis da legislação sobre Rádios Comunitárias**

Em uma rápida apreciação da legislação, imediatamente destaca-se o sem-número de procedimentos burocráticos e requisitos técnicos exigidos para a constituição e a subsequente autorização do funcionamento de uma emissora popular. Prescrições das mais diversas ordens, que geram a necessidade de assessoria técnica e jurídica para a montagem de uma rádio comunitária, acarretando assim uma série de despesas.

O projeto técnico da rádio, por exemplo, constitui uma exigência para a obtenção da

autorização de funcionamento, devendo ser elaborado e conter declarações e pareceres de um profissional habilitado. No caso das rádios da região sisaleira, estes projetos têm sido freqüentemente produzidos por engenheiros de Salvador, com o custo médio de 650 reais, segundo os relatos dos entrevistados, tendo em alguns casos ultrapassado o valor de mil reais.

Quer dizer, são dificuldades, prioridades nossa mesmo. A maior dificuldade é exatamente isso aí. Como o projeto técnico. O projeto técnico, nós tivemos que pagar aí, na época, foi seiscentos reais. Nós pagamos ao engenheiro, ao engenheiro de Minas [Gerais]. Nós tivemos aqui uma pessoa que nos ajudou em algumas coisas, nós pagamos por fora essa pessoa, para nos orientar, mil e quinhentos reais (ENTREVISTADO ÁGUA FRIA FM, 2004).

Tal fator parece não ter sido considerado quando da elaboração da legislação direcionada às rádios comunitárias, entidades que surgem em meio a comunidades carentes, pela iniciativa de pessoas engajadas, mas, falando de forma genérica, desprovidas de recursos e do conhecimento técnico necessário. Nesta realidade, a solicitação de documentos registrados, projetos técnicos e taxas diversas praticamente impossibilita o fortalecimento de rádios verdadeiramente comunitárias.

Aliás, as exigências burocráticas sequer garantem a fidelidade ao cumprimento da lei. Associações e conselhos comunitários comumente são criados apenas para constar nos documentos correlatos. As associações mantenedoras das rádios comunitárias estudadas na região sisaleira, salvo raras exceções, foram criadas somente para atender às determinações normativas. Seus diretores, provenientes de movimentos sociais, encontram muitas dificuldades para se reunir, principal razão pela qual as associações muitas vezes só existem juridicamente, não atuando ou participando ativamente das questões da rádio - tais como planejamento, captação de recursos ou construção da programação. Não raro, a gestão e planejamento das rádios ficam a cargo de um indivíduo ou de um pequeno grupo que acumula diversas funções e tenta levar a rádio à frente. Talvez daí se originem as dificuldades relativas à gestão que boa parte das rádios enfrenta.

Com relação aos Conselhos Comunitários, a situação não é muito diferente. De acordo com as previsões legais, o Conselho é um órgão formado por membros da comunidade – em número mínimo de cinco – que possuem por atribuição opinar sobre a programação, além de fiscalizar a atividade da rádio e garantir a manutenção de seu caráter comunitário. Apesar de seu papel fundamental, tal organismo inexistente na maioria das emissoras pesquisadas, apenas configurando mais um tópico no estatuto das associações.

Exigências burocráticas, podendo ser manipuladas ou forjadas, não garantem por si só que a rádio seja de fato comunitária. Pelo contrário, ao exigir uma série de documentações e aparatos técnicos que exigem recursos financeiros para a sua

viabilização, pode-se inclusive favorecer àqueles agentes detentores de maior poder financeiro e capital simbólico, às vezes até facilitando a “apropriação” das entidades por aqueles que possuem melhores condições.

O evidente favorecimento das rádios comerciais em detrimento das rádios comunitárias é um outro ponto problemático na legislação:

A legislação da rádio comunitária, eu acho que ela é antidemocrática. Ela dá um certo tolhimento, ela protege as emissoras comerciais e prejudica as nossas rádios comunitárias. Porque a gente não pode ganhar dinheiro aqui, a gente não pode fazer comercial como as outras fazem... A gente tem problemas terríveis aqui, como eu disse anteriormente, financeiros. Então as rádios comerciais podem interferir nas rádios comunitárias que não acontece nada. Mas a gente não pode interferir. Porque não existe, muita gente denuncia a rádio comunitária que prejudica a aviação, o vôo do avião, que traz perigo, isso é conversa. A rádio comunitária trabalha, pelo menos a nossa aqui, 104.9 MHz, não tem nada que interfere na comunicação na frequência de comunicação de avião. Pô, isso não existe, isso é conversa fiada. Se fosse assim o mundo era todo maluco (ENTREVISTADO CULTURA FM, 2004).

É notória a imunidade concedida às emissoras de cunho comercial. Já em seu artigo 5º, a lei 9.612 destina apenas um canal - um *dial* único - ao serviço de Radiodifusão Comunitária: “O Poder Concedente designará, em nível nacional, para utilização do Serviço de Radiodifusão Comunitária, um único e específico canal na faixa de frequência do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada” (BRASIL, 1998). Exigência que impossibilita a existência de um maior número de emissoras comunitárias com forte atuação nos diversos municípios da região sisaleira.

Nossos municípios são pequenos, perto um do outro, dizer que todas as rádios têm que funcionar em 104... Então isso aí vai congestionar uma em cima da outra. Tamo lutando pra isso e temos certeza que talvez vamos conseguir mudar alguma coisa, inclusive, tenho até uma viagem marcada pra Brasília a respeito disso, discutir essa questão (ENTREVISTADO ARCOS FM, 2004).

As emissoras comerciais são inegavelmente protegidas, enquanto as comunitárias, mesmo operando regularmente e dentro do canal estabelecido, são privadas de qualquer tipo de proteção contra possíveis interferências de outras emissoras de televisão ou de rádio, conforme fica expressamente declarado nos artigos 22º e 23º da lei 9.612:

**Art. 22.** As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária operarão sem direito a proteção contra eventuais interferências causadas por emissoras de quaisquer Serviços de Telecomunicações e Radiodifusão regularmente instaladas, condições estas que constarão do seu certificado de licença de funcionamento.

**Art. 23.** Estando em funcionamento a emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária, em conformidade com as prescrições desta Lei, e constatando-se interferências indesejáveis nos demais Serviços regulares de Telecomunicações e Radiodifusão, o Poder Concedente determinará a correção da operação e, se a interferência não for eliminada, no prazo

estipulado, determinará a interrupção do serviço (BRASIL, 1998).

Emissoras comunitárias, mesmo possuindo natureza jurídica de associação civil sem fins lucrativos e, malgrado todas as dificuldades financeiras que encontram, quando legalizadas, pagam direitos autorais tal qual uma emissora comercial. Salienta-se que estas emissoras, em geral, promovem a divulgação do trabalho de artistas da comunidade que não estão inseridos no circuito comercial. Tal fato gerou protesto por parte de um dos entrevistados.

[...] todo mês vem um boleto pra pagar no Bradesco, R\$180,40 (cento e oitenta reais e quarenta centavos), para o direito autoral dos artistas, eu acho que isso não é justo porque a rádio comunitária é uma associação sem fins lucrativos. Eu já escrevi para o Ecad, para o departamento jurídico, expliquei a situação. [...] Então eu acho que isso é uma falta de respeito que se tem com a rádio comunitária, mesmo porque a legislação que rege a rádio comunitária esqueceu desse detalhe (ENTREVISTADO CULTURA FM, 2004).

Ainda segundo os depoentes, o não esclarecimento do que constitui o chamado "apoio cultural" – única forma de sobrevivência das rádios comunitárias prevista pela lei – dificulta a captação de recursos e permite a livre interpretação dos agentes da Anatel, por ocasião do lacramento das rádios. Segundo o site do Ministério das Comunicações – Mincom:

As prestadoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária podem transmitir patrocínio sob a forma de apoio cultural, desde que restritos aos estabelecimentos situados na área da comunidade atendida. Entende-se por apoio cultural o pagamento dos custos relativos à transmissão da programação ou de um programa específico, sendo permitida, por parte da emissora que recebe o apoio, apenas veicular mensagens institucionais da entidade apoiadora, sem qualquer menção aos seus produtos ou serviços (RADCOM, 2004).

Sem dúvida, uma das questões mais referidas como ponto negativo da legislação diz respeito à possível área de abrangência de uma rádio comunitária. A legislação destina às emissoras comunitárias o alcance equivalente a um quilômetro de raio. Logo se vê que este critério traduz uma concepção equivocada do termo "comunidade", ao ignorar os aspectos sócio-culturais e de compartilhamento de códigos e costumes que extrapolam o ambiente circunscrito em um círculo de dois quilômetros de diâmetro, minimizando o espaço físico de influência de uma rádio comunitária.

Além disso, devido às carências enfrentadas pelas comunidades sisaleiras, freqüentemente existe apenas uma rádio comunitária em um espaço de muitos quilômetros, e a sede desta localiza-se no miolo urbano. Deste modo, a obediência ao princípio de abrangência estabelecido pela lei significaria desprover a população rural do Sertão do acesso aos debates e da informação fornecida pelas rádios comunitárias.

Não bastassem os controversos pontos já listados, a mais recente norma que complementa a lei 9.612 (Norma Complementar nº 1/2004) elege como uma de suas referências básicas a Lei nº 4.117/62. Tal lei, no entendimento de muitos defensores das rádios comunitárias e especialistas em comunicação popular, dá margem a arbitrariedades, uma vez que prevê, em seu artigo 70º, prisão de até dois anos para aqueles que utilizam sistema de telecomunicações clandestinamente, o que inclui a operação de emissoras de rádio sem licença.

Em entrevista concedida à Agência Brasil, o especialista em mídia Dioclécio Luz, autor do livro "A Arte de Pensar e Fazer Rádios Comunitárias" e membro do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, revela-se favorável à revogação do artigo 70 da Lei nº. 4.117/62: "Essa lei pune com cadeia quem operar emissora clandestina. Incriminar essas pessoas dessa forma tão grosseira, violenta, como se fazia no regime militar, é um retrocesso político" (DUTRA; ANDRADE, 2004).

Na prática, as questões problemáticas da legislação acabam gerando inúmeros transtornos para a adequação das emissoras comunitárias, o que contribui para o fato de que, dentre as rádios pesquisadas até o final de 2004, apenas duas tenham conseguido a outorga, a saber: a Cultura FM, de Araci e a Valente FM, do município de Valente. Vale ressaltar a peculiaridade destas duas emissoras.

No primeiro caso, à frente da iniciativa estava (e ainda está) um militar aposentado, que possui recursos financeiros, tempo disponível e, devido à formação específica, conhecimento técnico que foram investidos na rádio, além de boas relações políticas, o que facilitou o processo de obtenção da autorização. No caso de Valente, os investimentos realizados pela Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia – APAEB-Valente, entidade detentora de capital simbólico e recursos na região sisaleira, impulsionou o desenvolvimento da rádio, cujo nível de profissionalização e organização a aproxima mais das emissoras comerciais do que das comunitárias.

A insatisfação com a legislação vigente vem gerando diversas tentativas no sentido de modificá-la. Segundo matéria especial publicada no site Agência Brasil, "desde a criação da lei da radiodifusão comunitária, em 1998, foram apresentados 40 Projetos de Lei na Câmara Federal com o intuito de promover alterações na legislação" (FALCÃO, 2005). Foram arquivados 4 deles, sendo que os 36 restantes continuam tramitando, a maioria na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aguardando seu destino. Ainda segundo as informações do site, tramitam ainda na Câmara uma Proposta de Emenda Constitucional e um Projeto de Decreto Legislativo.

Grande parte dos projetos versa sobre apoio cultural e direito à publicidade. Alguns propõem anistia para os que foram incriminados com base no artigo 183 da Lei Geral das Telecomunicações e na lei 4.117/62. Outros, indo mais além, solicitam a revogação do artigo 70 da lei 4.117. Há, em contrapartida, "projetos que agravam ainda mais as penalidades, como o PL 3.225/00, do deputado Wigberto Tartuce (PPB-DF), que torna inafiançável o crime de instalação ou utilização de telecomunicações em desacordo com o previsto na Lei nº. 4.117/62" (FALCÃO, 2005). Existe também, entre os projetos de lei em trâmite, uma proposta, ainda não votada, que municipaliza a competência sobre rádios comunitárias, o que hoje é atribuição da União.

Em que pesem estas iniciativas, a legislação acerca da Radiodifusão Comunitária permanece restritiva e hostil às pequenas emissoras que operam em meio à extrema carência de recursos, tentando oferecer às suas respectivas comunidades, igualmente carentes, um canal de informação, utilidade pública e valorização local.

### **Componentes políticos no processo de legalização**

A despeito dos diversos entraves, os homens e mulheres que participam do Movimento de Rádios Comunitárias na Região Sisaleira reconhecem a importância de se adequar à legislação, a fim de obter a tão sonhada outorga. Quando questionados acerca da não desistência do processo de legalização, os depoentes apresentavam como um dos fortes motivos a diminuição da constante tensão durante o trabalho na rádio.

A importância que a gente viu de legalizar é porque, no momento que a gente não tá legalizado, tá com um olho dentro de casa e outro na rua (risos). Entendeu? Porque a perseguição, esse negócio do poder – não é a política, é o politiquêiro – que nesses municípios é como um reduto, um curral, né? Tudo que se fala, tudo que se diz, que atinge, o pessoal quer frear, quer massacrar... (ENTREVISTADO CRUZEIRO FM, 2004).

Quando dizer assim: "tá autorizada a rádio", a gente vai ter portões abertos pra que as pessoas, a comunidade possa ir chegando e entrando... Porque aí nós temos umas portas com uns cadeados grandes na frente, né? Todo mundo assombrado, quando chega uma pessoa tem que ver quem é, pra ver se pode deixar entrar ou não... Então tudo isso aí é uma barreira que a gente pretende fazer com que a gente possa acabar com isso, né? É um sonho nosso (ENTREVISTADO ARCOS FM, 2004).

Além disso, uma emissora popular legalizada possui maior credibilidade e legitimidade junto às pessoas e instituições da comunidade. Há que se considerar ainda os fatores motivacionais. O recorrente processo de "abre-e-lacra", com todas as perdas e constrangimentos que ocasiona, acaba por provocar desânimo entre os que apóiam a rádio, entre aqueles que levam o projeto à frente, e até mesmo entre os próprios ouvintes.

Portanto, apesar das limitações estruturais e financeiras, os integrantes e diretores

de rádios comunitárias tentam levar adiante seu processo no Ministério das Comunicações, visando à obtenção da outorga. Nessas tentativas, não obstante as barreiras já relatadas na adequação da documentação e equipamentos ao estabelecido pela norma, o maior empecilho encontrado ainda é a oposição das forças políticas dominantes.

Contrariando algumas hipóteses iniciais, constatou-se que, apesar das inúmeras carências, as dificuldades financeiras, as limitações técnicas e a engrenagem burocrática podem ser contornadas com o apoio das pessoas e entidades da comunidade. O grande entrave ao fortalecimento das rádios é a oposição de sujeitos detentores de poder político e econômico, a despeito da suposta objetividade que o instrumento legal oferece.

O exame das características culturais da região sisaleira<sup>6</sup> fornece elementos para a compreensão deste quadro. O sertão baiano sempre foi marcado pela apropriação política do fenômeno da Seca. Medidas paliativas e ações emergenciais, que combatem momentaneamente os efeitos do problema, são empreendidas pelos políticos e tratadas como favores concedidos à população sertaneja, reproduzindo o clientelismo e a “cultura da dádiva”. Apesar de não mais existirem coronéis, o tipo de prática política por eles instituída, o *compadrio* e o *mandonismo*, ainda permanecem como traços tradicionalmente inscritos na cultura política sertaneja.

Nem mesmo as lideranças que surgem dos movimentos independentes, embasados numa consciência crítica, numa busca de participação e de cidadania escapam à tradição coronelista. Se essas lideranças se afirmam, são comuns as práticas de desmoralização, de prisão – em alguns casos até mesmo de morte – e, se chegam a superar essas reações, seguem-se as tentativas de cooptação e suborno. [...] E os grupos que tentam organizar a sociedade civil acabam frustrados pela força do sentimento de gratidão ou medo predominantes na população, tendo em vista o fato de que todos sempre crêem dever algo a alguém ou estar sob a ameaça de alguém (RAMOS; NASCIMENTO, 2004, p. 18).

Nesse cenário, movimentos sociais e rádios comunitárias que trazem em seu bojo o questionamento no que diz respeito às autoridades tradicionais, às políticas públicas, visando à conscientização e à mobilização popular não são vistas com bons olhos. Políticos representantes de um ambiente imaturo democraticamente se sentem incomodados com a presença de um instrumento de mobilização e expressão das demandas populares.

Alie-se a isso o incômodo dos empresários das emissoras comerciais, que perdem uma boa fatia de sua audiência para as rádios comunitárias, números que, na lógica da comunicação massiva, representam cifras. Além do mais, não raro os detentores dos meios de comunicação comerciais são também sujeitos do cenário político tradicional.

---

<sup>6</sup> A esse respeito, consultar: RAMOS, Alba Regina Neves. NASCIMENTO, Antônio Dias. *Resgatando a infância: a trajetória do PETI na Bahia*. Salvador: MOC/OIT/UNICEF, 2001 (em específico o capítulo 2: Características Culturais).



Originam-se daí inúmeras denúncias que geram, por sua vez, a ação repressiva da ANATEL. Mas não é apenas neste aspecto que as interferências políticas se manifestam. Entrevistados mencionam de forma recorrente em seus depoimentos o *lobby* das rádios comerciais e a intercessão dos políticos da região sisaleira em Brasília, visando atrapalhar ou até mesmo inviabilizar a legalização das rádios.

Há alusões a sumiços misteriosos de documentos e atrasos inexplicáveis no andamento de processos de rádios comunitárias. Situação que obriga os integrantes do movimento a recorrerem igualmente a autoridades políticas, a exemplo dos deputados – especialmente do PT – que apóiam a causa das rádios comunitárias (como Walter Pinheiro e Zezéu, bastante citados nos depoimentos), para agilizar o andamento de processos.

[...] agora mesmo, o processo da gente, o próprio Ministério das Comunicações não sabe dizer onde é que está o documento, [...] diz que não encontra, que não sabe. Imagine aí em que situação a gente vai ficar, vai acompanhar como? Aí os deputados que [...] a gente entrou em contato, como por exemplo, Walter... Pinheiro, Zezéu também, eles já pediram o número do processo, e várias vezes já retornaram e-mail dizendo que esse processo não consegue localizar (ENTREVISTADO COITÉ FM, 2004).

[...] eu não acredito que com a ajuda de um político... Não deva... Não dá certo, porque ele vai acabar querendo é... ser beneficiado com isso né? Pode chegar um ano eleitoral e ele vai querer que divulgue alguma coisa relacionada a ele entendeu? Vai querer se promover pela emissora... (ENTREVISTADO SANTA LUZ FM, 2004).

Infelizmente, ainda persiste em nosso país uma cultura de manipulação da lei, que é apropriada e utilizada a favor daqueles que levam vantagem nos jogos de poder. Na região sisaleira não é diferente.

A eleição de um sindicalista, líder de um partido de esquerda, para a presidência do país, se configurou como uma vitória dos movimentos populares apoiadores do PT, dado o largo histórico de envolvimento em questões sociais do atual presidente Luís Inácio Lula da Silva. Nesse cenário, homens e mulheres que batalham pelas rádios comunitárias criaram expectativas de que a situação se tornaria mais justa e favorável à regularização de tais emissoras. A não concretização destas expectativas, até o momento presente, gerou frustração e decepção entre os integrantes do movimento de rádios comunitárias.

Ao contrário do que se esperava, durante o primeiro ano do governo Lula, a repressão às rádios comunitárias parece ter aumentado. Dados coletados no site Agência Brasil apontam um crescimento de 37% no número de fechamentos de emissoras comunitárias:

O número de rádios auto-intituladas comunitárias, mas consideradas ilegais pelo Ministério das Comunicações, que foram fechadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) cresceu cerca de 37% entre 2002 e 2003. No ano passado [2003], 4.412 rádios tiveram de sair do ar, contra

3,2 mil no ano anterior. A quantidade de denúncias também aumentou no mesmo período. Em 2003, foram 28.756 denúncias, o que representa 82% a mais que em 2002, quando a ANATEL recebeu 15,8 mil. (ANDRADE, 2004).

Por seu lado, os representantes do Ministério da Comunicação afirmam estar priorizando a agilização dos processos de outorga. Segundo o Balanço de Atividades do Mincom, em 2004 “cuidou-se de dar maior celeridade aos processos de outorga em todas as suas modalidades” (BALANÇO..., 2004, p. 02), através do aumento de número de funcionários e da instalação de uma força-tarefa em parceria com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT e a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, para avaliação de todos os processos em estoque.

No mesmo texto, dentre as perspectivas estabelecidas para 2005 pelo Mincom, constantes do Balanço de Atividades 2004, figura a meta de “intensificar a concessão de outorgas para radiodifusão comunitária e retransmissão de TV, serviços cuja simplicidade e baixo custo os tornam vitais no processo de universalização e democratização das comunicações no Brasil” (BALANÇO..., 2004, p. 09). Neste mesmo documento o ministério relata avanços no que diz respeito a concessões de outorgas a emissoras comunitárias:

Todo esse esforço, iniciado em 2003 e intensificado em 2004, permitiu que o Ministério aumentasse o número de concessões de outorgas nestes dois primeiros anos de governo, comparativamente à média dos anos anteriores. Até novembro de 2004, haviam sido assinadas 835 licenças de radiodifusão comunitária (BALANÇO..., 2004, p.02).

Entretanto, os progressos referidos pelo Mincom não são perceptíveis na realidade da região sisaleira. Analisando o panorama das emissoras comunitárias no território do Sisal e examinando os depoimentos coletados, evidencia-se que há muito que avançar. O atual governo ainda mantém uma postura indefinida diante da questão das Comunicações. Não há uma política clara e precisa estabelecida para esta importante área.

Além disso, muitos dos deputados que outrora apoiaram e incentivaram o fortalecimento do movimento de rádios comunitárias, com a criação de cartilhas, reuniões e pressões no âmbito das instâncias governamentais, tornaram-se, no atual momento, inacessíveis aos integrantes de rádios comunitárias. As dificuldades impostas pela legislação e a repressão arbitrária às emissoras comunitárias prosseguem impedindo o livre desenvolvimento do movimento:

Eu senti muito, o nosso governo, tanto que a gente lutou, quando chegaram lá no governo, esse Ministério totalmente diferente, e a gente tá vendo a comunicação ainda amarrada, atrelada a um sistema que bota lá pra mentir muito pra virar verdade, e eu penso que a coisa mais importante numa comunidade é uma rádio comunitária (ENTREVISTADO CRUZEIRO FM, 2004).

## **PROGRAMAÇÃO**

---

Os modos pelos quais a programação é estruturada e avaliada nas rádios comunitárias da região sisaleira variam de emissora para emissora, embora se encontrem pontos comuns a várias delas. Em algumas rádios, o improvisado prevalece na construção da programação. Apesar de todas as emissoras possuírem propostas de programas, as dificuldades práticas e condições materiais para realização destes dificultam, em alguns casos, uma maior fidelidade às propostas. É o que acontece na Barreiros FM, onde a programação é predominantemente musical, havendo inserções de avisos e notícias.

Já que é um povoado pequeno, pouco acontece, mas o que acontece estamos sempre colocando e enfocando na programação... De forma que eu não tenho programação feita naquele estilo de grade de programação, a coisa é mais montada instantaneamente (ENTREVISTADO BARREIROS FM, 2004).

Na Queimadas FM, conforme revelado na entrevista, a grade funciona como uma espécie de roteiro orientador, mas nem sempre é seguida à risca. Na Rádio Nordestina, o improvisado se faz presente especialmente com relação aos fatos jornalísticos, sendo que as notícias são divulgadas espontaneamente, muitas vezes de forma desarticulada. A falta de planejamento da programação também era uma realidade da Cruzeiro FM, de Tucano, quando esta estava no ar:

Os programas não tinham assim uma coordenação, um planejamento. Era coisa assim de momento. [...] quando tinha algumas entrevistas, alguma reunião nos Conselhos, alguma coisa assim que acontecia, divulgava. Mas não tinha assim uma grade específica. Variava, né, porque era trabalho de amador (ENTREVISTADO CRUZEIRO FM, 2004).

A elaboração da programação ficava por conta de um diretor e de alguns locutores que atuavam de forma mais intensa na Rádio Cruzeiro. Estes, por sua vez, acolhiam, de forma não-sistemática, sugestões e críticas de alguns membros da comunidade que espontaneamente opinavam sobre a programação.

Introduz-se aí um outro aspecto merecedor de atenção: os agentes que participam da construção e da concepção da programação. Na rádio Cultura FM, de Araci, há participação de entidades diversas na programação, mas as decisões relativas a esta se encontram sob a coordenação do diretor-presidente, responsável pela organização da grade.

Os depoimentos colhidos na Coité FM revelaram uma fraca atuação da diretoria, sendo que os pontos relativos à elaboração e ao perfil da programação são discutidos e estruturados pelo grupo de comunicadores da emissora, em reuniões realizadas

especificamente para este fim. Foram referidas carências no que diz respeito a uma maior participação da diretoria nos processos administrativos e na coordenação da programação da rádio, além da demanda por uma maior interação entre comunicadores e diretores.

Nas rádios em que a diretoria é mais atuante, geralmente há um maior número de agentes envolvidos na discussão das questões da programação. Em Santa Luz, a diretoria da rádio, recentemente reorganizada, está promovendo reuniões e seminários juntamente com as entidades que compõem a associação, ocasiões em que são debatidas as diversas problemáticas da emissora, inclusive aquelas relativas à programação. Em palestra ministrada na III Jornada Avaliativa de Projetos Econômicos, Educativos e Sociais, promovida pelo MOC, em dezembro de 2004, Edisvânio Nascimento, locutor e membro da direção, informou que o planejamento da programação da Santa Luz FM estava sendo discutido naquele período, com previsão de implementação para o início de 2005.

Na Rádio Água Fria, a diretoria se reúne regularmente e a programação constitui, dentre outros, um importante ponto de pauta. A coordenação do conjunto de programas é atribuição de um cargo específico, o Diretor de Programação, ocupado no momento por Augustinho Moisés. O acompanhamento dos conteúdos veiculados é feito pelos comunicadores mais diretamente envolvidos com a rádio, que sempre carregam um pequeno rádio e avaliam constantemente a programação.

Passando a uma descrição do perfil da programação das rádios comunitárias ora em estudo, pode-se dizer, genericamente, que esta contempla programas musicais, informativo-jornalísticos (incluindo aí os esportivos), e programas de entidades. Há significativas diferenças (e também semelhanças) de rádio para rádio no que concerne ao grau de organização da programação, à divisão de tempo entre os diversos tipos de programas e ao modo de operacionalização destes, especialmente os jornalísticos e os de entidades.

Destacam-se também alguns princípios que parecem ser perseguidos pelos integrantes do movimento de rádios comunitárias, refletindo-se na programação destas, tais como a valorização da cultura local, a preocupação com o controle das políticas públicas, dentre outros. Tais aspectos serão melhor examinados nos tópicos a seguir.

### **Programação musical**

À programação musical é destinado um espaço significativo nas grades das rádios comunitárias, sendo o tipo de programa que prevalece na maioria das rádios, senão em todas. Tais programas não exigem muitos recursos para a sua realização - ao contrário dos jornalísticos, por exemplo - e estão entre os preferidos do público, especialmente do

segmento jovem. Talvez por isso estejam presentes de forma expressiva em todas as emissoras, desde as mais carentes em recursos, até naquelas possuidoras de uma melhor estrutura.

Em algumas FMs a programação musical impera em detrimento de outros tipos de programas. Na Rádio Barreiros, a grade é constituída basicamente por musicais, nos quais se intercala a divulgação de notícias e eventos da região. O ouvinte interage com a rádio, pedindo músicas e mandando recados. “Como até hoje funciona ainda, a programação, ela não é montada por nós, o ouvinte é que faz a programação (ENTREVISTADO BARREIROS FM, 2004).” Essa situação parece se repetir em Nordestina:

Os primeiros programas começaram normal, música, né? Só de música, como até hoje não mudou tanto ainda viu... A gente vai pro MOC e toma uns “puxão de orelha” lá, mas ainda não mudou tanto... Porque a programação a gente entra no ar 8 da manhã, né? Começamos entrando no ar 8 da manhã, tocamos só música, música mesmo e aí informações, né... (ENTREVISTADO NORDESTINA FM, 2004).

Mas, na maioria das rádios comunitárias, os programas musicais, embora predominantes, coexistem com espaços jornalísticos, informativos, esportivos, de entidades, etc. Importante salientar que mesmo os programas musicais são também permeados por notas, avisos de utilidade pública, notícias, e outros informes. Igualmente, alguns programas que contemplam temáticas específicas, como aqueles voltados para a infância e juventude, para o debate de políticas públicas, dentre outros temas de notável relevância, são também intercalados por canções e conteúdos de entretenimento.

### **Participação de entidades**

Nas rádios comunitárias pesquisadas existem espaços definidos na programação para a participação de entidades. Configura-se como exceção a Barreiros FM, emissora em que nenhuma entidade participa da programação, conforme depoimento coletado. Uma das razões para isso, apontada pelos entrevistados, seria a inexistência de entidades com forte atuação no povoado de Barreiros.

A participação de instituições diversas na programação das rádios comunitárias se dá de duas formas: através da divulgação das atividades das entidades pela equipe da rádio ou, de forma mais direta, por meio da elaboração e apresentação de programas. Usualmente, estas duas formas coexistem na dinâmica das emissoras estudadas.

As rádios apresentam diversidades especialmente no que se refere às entidades que participam, e também no que reporta à maneira como o envolvimento destas é organizado na programação da rádio. À parte tais diferenças, pode-se notar que as Igrejas – tanto a Católica como as Evangélicas – e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais - STRs

possuem programas na maior parte das rádios, o que confirma a força dessas instituições na Região Sisaleira.

Cabe aqui uma breve explicação. A presença dos STRs nas FMs comunitárias tem raízes em um antigo desejo destas entidades de expressar suas questões em um canal de comunicação específico. Diante desta demanda, o MOC, durante aproximadamente seis anos, financiou um programa para os STRs do território na Rádio Sisal, emissora de natureza comercial. No entanto, a emissora passou a intervir nos conteúdos veiculados, exigindo, por exemplo, que não se criticasse a atuação da Anatel. A censura desagradou ao MOC, que após discussões no âmbito institucional, decidiu não mais financiar o programa nestas condições.

Mesmo após suspensão dos recursos oferecidos pelo MOC, alguns sindicatos permaneceram na Rádio Sisal. Outros, impossibilitados de arcar com os custos decorrentes da veiculação do programa, optaram por ter programas pagos apenas em rádios comunitárias. No entanto, permaneceu entre os STRs, de maneira geral, o desejo de ter um meio para difundir suas mensagens em todo o Território Sisaleiro, através de uma rádio regional.

Em Retiro, a participação de entidades na Arcos FM reflete as situações anteriormente descritas. Algumas instituições, como o STR e as igrejas, possuem um espaço demarcado na programação da rádio para apresentar e veicular suas idéias. As demais entidades, a exemplo das associações, participam através da divulgação de suas atividades em programas apresentados pelo Sindicato ou pela equipe da Rádio.

Ainda tem alguma igreja evangélica, né, que tá fazendo o programa... As associações, todos os domingos, têm o horário das associações, elas juntam todas as notícias e tem um locutor que faz o programa divulgando as notícias, as ações delas, as reuniões que vai ter, as mobilizações. Sempre teve espaço. [...] nós temos um locutor na rádio, e que junta todas as notícias de todas as associações, e aí forma o programa.

.....

Dentro da programação vai surgir aqui uma notícia do movimento de mulher, e aí, a gente divulga. Dentro da programação do Sindicato apareceu um evento aqui, sobre trabalho infantil, então a pessoa vem aí, é divulgado dentro [...] (ENTREVISTADO ARCOS FM, 2004).

Do mesmo modo, em Água Fria, o STR e as Igrejas são as entidades que possuem um programa na rádio comunitária. A Embrapa também possui um espaço semanal. As demais entidades, como associações, informam suas atividades e eventos em reunião, para divulgação pela equipe da rádio.

Nós temos um convênio assinado com a Embrapa, que é o programa *Prosa Rural*. Eles mandam pra gente um CD – é um programa que vai ao ar uma

vez na semana – toda semana eles mandam um CD falando sobre o caju, sobre a mandioca, sobre a criação de ovino, caprino, ensinando o trabalhador rural como proceder. (ENTREVISTADO ÁGUA FRIA FM, 2004).

Da Coité FM participam com programas: os Alcoólicos Anônimos, o STR e, especialmente, a Igreja Católica. A grade desta rádio é formada basicamente por musicais e programas católicos. Há obstáculos para a participação de outras religiões que, por motivações ideológicas, repelem qualquer possibilidade de envolvimento. Tal fato se deve à influência decisiva que a Igreja Católica teve para o surgimento e desenvolvimento da Rádio Coité, que acaba por se refletir em sua programação.

Apesar disso, os comunicadores entrevistados garantiram que há espaços para as outras religiões na rádio, e que estas se “fecham” à participação. Algumas igrejas, inclusive, já constituíram suas próprias rádios, existindo hoje em Coité três rádios evangélicas que acabaram estabelecendo um regime de concorrência com a rádio comunitária aqui estudada. Configura-se aí um conflito que acaba por gerar denúncias contra a Coité FM.

Outras entidades encontram-se ligadas à associação mantenedora da Coité FM. Na entrevista, foram citadas a Acaec (entidade mantenedora do Divino Mestre) e a Câmara dos Dirigentes Lojistas-CDL, que não participam da rádio com programas, mas, esporadicamente, através dos comunicadores, realizam a exposição de suas atividades na através da rádio.

Em Tucano, a rádio comunitária, quando em funcionamento, possuía programas de igrejas evangélicas, como também do STR e da Cooperativa - Copertucano. Além disso, havia uma parceria com a Escola Cantoro, que participava diretamente da programação da emissora.

Em Araci, a participação das entidades se materializa através da elaboração de programas que são gravados em CD e enviados à rádio comunitária. A Cultura FM revelou um maior grau de organização no que tange à distribuição de espaços na grade de programação, organização expressa em um procedimento definido para tentar equilibrar a divisão de horários entre as entidades.

Os sindicatos têm, toda semana, um programa aqui na emissora. O Movimento de Mulheres tem um programa. A Apaeb e a CDA – Central de Desenvolvimento de Associações – têm. Isso só a parte de associações. Então nós temos cinco dias por semana, cada dia da semana uma associação tem um programa pra dar informação das suas ações internas dentro da associação. Nós temos igrejas, desde a Católica até as evangélicas. Nós temos dez. Ora, não poderíamos abrir todo dia um programa para as igrejas, senão seriam dez igrejas e eu transformaria essa rádio numa Igreja Evangélica. Então o que nós fizemos: nós abrimos um espaço, todos os dias de seis horas da noite até seis e quinze, que as igrejas têm o seu espaço. A lei garante isso. Então a Igreja Católica escolheu dia de sábado, nós fizemos um sorteio. Também não entregamos

o microfone nem ao pastor nem ao padre. Então eles mandam a mídia direitinho e aqui a gente bota. Resolvemos esse problema, isso todo mundo aceitou direitinho – as igrejas – e abrimos espaço para as igrejas (ENTREVISTADO CULTURA FM, 2004).

Foram ainda citadas na entrevista realizada na Cultura FM como instituições que possuem programas na rádio: a Embrapa, a Associação de Pescadores, além da veiculação, no turno da manhã, do pronunciamento do Governador.

Em Nordestina, como nas outras rádios, o STR e as igrejas – tanto as Evangélicas como a Católica – elaboram e apresentam programas de sua autoria. Além disso, como foi verificado também em Tucano, há a parceria com instituições de ensino, a saber, as escolas Família Agrícola e Monte Santo, que esporadicamente levam seus alunos para participar de alguns programas.

A participação de entidades e representantes de órgãos na programação da Rádio Queimadas FM se dá de forma direta, por meio da presença na rádio ou do envio de programas por eles construídos. Fazem uso da rádio, conforme exposto na entrevista, representantes do poder judiciário, órgãos diversos – como a vigilância sanitária, prestadores de serviços – a exemplo dos médicos veterinários, assim como partidos políticos, a Pastoral da Criança, o Unicef – que mensalmente envia material de combate ao trabalho infantil – e, mais uma vez, o STR e as Igrejas.

Na Valente FM, algumas entidades estão solicitando espaços na programação da rádio, como é o caso das Igrejas e dos Alcoólicos Anônimos, programas que estão em fase de negociação de horários. A Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia em Valente – Apaeb-Valente possui um programa diário para divulgação de suas atividades, com duração inferior a dez minutos, de acordo com as informações expressas nos depoimentos.

A Apaeb-Valente é responsável pela sustentação da Valente FM que, graças a essa vinculação, tornou-se a rádio melhor estruturada na região sisaleira. A Valente FM possui uma grade de programação bem organizada, uma estrutura física equivalente à de rádios comerciais, assim como um alto nível de profissionalização da sua equipe. Tal relação entre a Apaeb-Valente e a rádio suscita questionamentos acerca de possíveis influências dessa entidade na programação da Valente FM. Os entrevistados, entretanto, foram incisivos ao defender que a rádio busca a objetividade jornalística.

Nenhum diretor da Apaeb nunca chegou pra pressionar qualquer um da gente. A gente já fez matérias – inclusive, Cléber que é o chefe de Jornalismo do programa “rádio comunidade” pode reforçar isso – a gente já botou matérias contra a própria Apaeb, pessoas reclamando de alguma coisa que não tá legal na indústria, de alguma matéria contra um diretor, a gente já colocou isso no ar (ENTREVISTADO VALENTE FM, 2004).



É essencial pontuar, ainda, no que tange a participação de entidades na programação, a importância do trabalho conjunto das rádios com instituições como o MOC e o Unicef, na luta pelos direitos das crianças e dos adolescentes e pelo desenvolvimento do Território do Sisal. Constitui parte fundamental da programação destas emissoras a veiculação de campanhas do MOC e do Unicef. Além disso, as ações do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Peti e as campanhas de conscientização da população com relação a esta questão compõem as principais pautas das FMs comunitárias da região atualmente.

Como se pôde notar, apesar das semelhanças, existem distinções importantes nos níveis, graus e formas de participação das entidades nas programações das rádios comunitárias da região sisaleira, como também, diferenças na quantidade e natureza das organizações que participam. Em algumas emissoras, conflitos e condições materiais inibem um maior envolvimento das instituições na programação e atrapalham um maior equilíbrio na distribuição de espaços e horários entre as diversas entidades. No entanto, de maneira geral, as rádios buscam a participação dos movimentos sociais e instituições mais atuantes na região, até como uma forma de garantir a pluralidade exigida por lei, que assegura o perfil comunitário da emissora.

### **Participação popular**

No que concerne à população não associada diretamente às rádios, as entrevistas revelam que dois níveis de participação na programação são mais frequentes. O primeiro diz respeito à participação durante a veiculação dos programas, a partir de mecanismos de interatividade, como cartas, bilhetes e telefonemas, ou presencialmente, denunciando ou relatando fatos. Na Rádio Água Fria FM, os pesquisadores puderam presenciar a participação de um ouvinte que, tendo chegado à rádio, teve seu pedido prontamente atendido e foi posto no ar para fazer uma denúncia.

Esse tipo de prática se repete em outras rádios comunitárias, sendo que algumas reservam horários específicos em sua programação para a participação de populares, como ocorre em Araci, Retirolândia e Queimadas: “Aqui nós temos um horário pra comunidade específico, né? Seria o horário de 12 até 1 hora pra comunidade fazer qualquer apelo, fazer manifesto, fazer denúncia...” (ENTREVISTADO QUEIMADAS FM, 2004). É, de fato, recorrente a preocupação de ceder espaços para que o povo fale diretamente ou mande recados. Há, entretanto, certo grau de controle da participação por parte dos agentes e grupos que coordenam as rádios, que varia a depender dos perfis mais centralizadores ou mais democráticos.

Nós temos aqui um aparelho pra botar o ouvinte no ar. Quando o tema é muito polêmico eu convido a população para que também discorde. Discorde até do que eu tô dizendo. A rádio tem que servir nesse aspecto democrático de conscientização da população. Agora, tenho problemas, porque nem todo mundo que telefona, que pede pra botar no ar, está em condições. Às vezes querem dizer uma coisa até pelo sentimento do ódio, da vingança, é complicado isso. Então eu faço uma triagem (ENTREVISTADO CULTURA FM, 2004).

É [...] um espaço aberto para todo mundo... Só que a diretoria ela achou interessante que a pessoa envie um projeto [...] do programa que ele quer apresentar, ou então a rádio também tem um espaço [...], por exemplo, Juventude Cidadã é um espaço feito por jovem assim para jovem, mas [...] todo mundo participa assim... Só basta agendar o horário... Marcar um horário, qual assunto vai ser discutido né? Como será discutido, se vai ser entre o locutor e uma pessoa de um grupo, ou uma pessoa da comunidade, representante de alguma associação ou cooperativa, enfim (ENTREVISTADO SANTA LUZ FM, 2004).

O segundo nível contempla a participação na avaliação da programação, na maioria das vezes feita informalmente, a partir de conversas na rua, e em alguns casos, através de algumas sondagens. A Arcos FM de Retiroândia, a Cultura FM de Araci e a Valente FM buscam informações relativas à audiência em associações e já realizaram algumas pesquisas formais de opinião.

Nós temos acesso a todas as comunidades através das associações. [...] O pessoal sempre dá opinião: “ah, isso aqui precisa melhorar, isso aqui precisa melhorar”. E também foi feita algumas pesquisas, graças a Deus, a nossa rádio aqui no município, à vista das comerciais, e tudo, não somos as piores, né? (ENTREVISTADO ARCOS FM, 2004).

Na maioria das rádios pesquisadas, todavia, a interação cotidiana com os membros da comunidade é o principal – quando não o único - meio de coleta de opiniões acerca da programação e das demais atividades da rádio. A esse respeito, os depoentes, de maneira geral, afirmaram que as opiniões coletadas são, na medida do possível, levadas em conta.

Cada um tem seu direito de achar de que a programação tá boa ou tá ruim. E tem aqueles que fazem as críticas, mas vêm: “eu gostaria que fosse feito dessa outra forma, pela forma que vocês estão fazendo alguma coisa não me agrada”. Então isso procuramos acatar e ser discutido, nós não vamos dizer que nós é que estamos certo, claro que o ouvinte tem a preferência. E quanto àqueles que nos aplaudem, claro, nós procuramos sempre fazer com que eles permaneçam nessa idéia. Se eles estão gostando, que eles gostem mais ainda (ENTREVISTADO BARREIROS FM, 2004).

### **Programação jornalística**

A pesquisa realizada levou à constatação de que os membros do movimento de rádio comunitária concebem a *informação* como um instrumento fundamental para a conscientização da população, reconhecendo assim a importância da programação jornalística.

[...] quando a gente tá no jornal que entra um caso polêmico, todo mundo participa pelo telefone. Tem dias de jornal aqui demorar 2 horas, 2 horas e meia... Porque a prioridade é informativa, né? O quadro musical está sempre após o informativo... Se tiver alguém, por exemplo, como a gente fala aqui todos os dias: senhora juíza, senhora promotora, senhora delegada, senhora prefeita, né, o padre... Qualquer hora, interrompe qualquer programação... A gente já deixa toda comunidade ciente, eles ciente de que eles podem [...] entrar no ar a qualquer hora de uma necessidade... A gente interrompe a programação [...] pra informar a comunidade (ENTREVISTADO QUEIMADAS FM, 2004).

Entretanto, as rádios comunitárias encontram, na prática, alguns empecilhos para estruturar e colocar no ar programas jornalísticos. Estes exigem certo grau de capacitação por parte da equipe, no que diz respeito ao tratamento dado às informações coletadas e à busca de uma maior objetividade, entre outros aspectos, além de demandar recursos para a compra de equipamentos e veículos que permitam uma maior agilidade na captação de notícias e cobertura de eventos.

Por conseguinte, muitas rádios não possuem um programa jornalístico específico. É o caso da Barreiros FM, onde, como exposto anteriormente, notícias, informações e avisos são intercalados na programação musical a qualquer momento do dia, e não há uma posterior sistematização dos fatos em um espaço informativo característico. Esta é também a situação da rádio comunitária Nordestina FM. As informações não deixam de ser dadas, contudo, a cobertura de determinados eventos fica limitada e a reflexão mais profunda sobre os fatos acaba igualmente prejudicada.

[...] estamos sem jornalismo, estamos sem informação... A gente passa informação, só que não tem o horário específico, né? A gente passa assim, à solta... Em qualquer programa, aconteceu tal notícia a gente registra... [...] Cada qual chega “vou dar uma informação de tal aqui” e vai lá e dá no seu programa... No programa dele, né? (ENTREVISTADO NORDESTINA FM, 2004).

A falta de meios financeiros não é o único entrave ao desenvolvimento de conteúdos jornalísticos. A Rádio Barreiros FM, malgrado suas limitações, consegue produzir um programa esportivo, que possui duração de uma hora e inclui cobertura de eventos, entrevistas e comentários, contudo não possui programas jornalísticos. Muitos participantes de rádios comunitárias confessaram que se sentem despreparados para veicular informações ou denúncias que possam desagradar determinados grupos e gerar represálias para as rádios.

Portanto, para além dos percalços financeiros, se colocam como razões basilares da inexistência de programas jornalísticos em algumas emissoras – em prejuízo da livre circulação de informações – o temor do embate e a insegurança na relação com os poderes públicos, conseqüências da tradição política da região do semi-árido que ainda possui fortes traços de clientelismo e coronelismo entranhados na cultura local.

Já nas rádios que possuem programas jornalísticos, estes parecem ter a preferência da população e costumam gerar grande mobilização. A estrela da programação da Rádio Água Fria é o *Água Fria Notícias*, programa que vai ao ar das 13:00h às 14:30h, e conta com a participação popular. As evidências apontam, pelas reações presenciadas e pelas informações expressas durante a entrevista, que este é o programa de maior repercussão da Rádio.

Os jovens comunicadores entrevistados em Coité afirmaram igualmente que é o “programa jornalístico mesmo que é o mais interessante, acho que faz diferença na vida do povo” (ENTREVISTADO COITÉ FM, 2004). Igualmente o depoimento coletado em Queimadas revelou que a população ouvinte da rádio dispensa especial atenção aos programas e momentos jornalísticos. As coberturas de eleições e eventos religiosos geraram repercussão positiva para a rádio:

Nós compramos um sistema aqui de um telefonezinho que ele pega a 20 km, nós fizemos a cobertura nesse período político da rua, de todos os fatos que estava se dando na rua, pegava legal, foi muito aplaudido. Inclusive a chegada da imagem de Nossa Senhora Aparecida aqui em Queimadas foi toda narrada, a chegada, o percurso que ela fez na cidade foi narrado ao vivo foi muito aceito pela comunidade, foi muito aplaudido... (ENTREVISTADO QUEIMADAS FM, 2004).

A Cruzeiro FM, quando em funcionamento, levava ao ar programas informativos entre sete e oito horas da manhã, privilegiando a área rural, as políticas públicas, as notícias do município e a divulgação de assembléias; a Cultura FM de Araci, também possui o seu *Patrulha da Cidade*, levado ao ar às sete horas da manhã, que constitui “um programa que não toca música, são só notícias do município” (ENTREVISTADO CULTURA FM, 2004).

Como estas, as demais FMs pesquisadas destinam em sua programação espaços para a veiculação de informações relevantes sobre a vida política, social e cultural das comunidades nas quais estão inseridas. Em alguns casos, como foi visto, não há a definição de programas específicos, mas permanece a preocupação e a consciência da importância desse tipo de trabalho.

Os maiores obstáculos ao cumprimento da função informativa das rádios comunitárias estão relacionados a carências na capacitação dos comunicadores e a recursos para manutenção da equipe e dos equipamentos necessários à captação de informações, fatos e depoimentos capazes de subsidiar as cobranças da população, além do medo provocado pela permanência de tentáculos do coronelismo na cultura política sisaleira.

## Relações com o poder público

Aliada à cobertura jornalística, aparece como forte preocupação dos homens e mulheres envolvidos no movimento de rádios comunitárias o papel destas no controle do poder público e na conscientização política da população. Tal preocupação se reflete nas programações das rádios, freqüentemente dotadas de espaços para reclamações, denúncias, pronunciamentos do poder público, debates com representantes de órgãos públicos e candidatos a cargos políticos, etc.

Evidentemente, a depender da estrutura da rádio, do grau de organização da diretoria, da qualidade do relacionamento com os ocupantes de cargos públicos, da existência ou não de vínculos políticos, dentre outros fatores, isso ocorre em maior ou menor intensidade. O fato é que tal tipo de programação é sempre bem acolhido pela comunidade, que acaba se apropriando e participando destes espaços.

Nas recentes eleições para prefeito, algumas rádios da Região Sisaleira se mobilizaram para a promoção de debates e para a cobertura da votação. A Rádio Queimadas FM, por ocasião da campanha eleitoral de 2004, cedeu espaços equivalentes para que os partidos políticos pudessem defender suas idéias, em intervalos com duração de tempo maior que o horário político convencional.

Porque a rádio era comunitária a senhora juíza deixou [a decisão] à disposição da rádio e nós fizemos um tempo maior do que o normal, do [horário político] nacional, para que as pessoas tivessem mais tempo para se expressar, mas a juíza aceitou, todos os partidos aceitaram numa boa, então todos participaram do horário político de uma forma diferente, mas com direitos iguais (ENTREVISTADO QUEIMADAS FM, 2004).

Em Coité, o acompanhamento do processo eleitoral e da contagem dos votos gerou repercussão positiva para a rádio. “Na eleição agora mesmo a gente fez a cobertura da eleição, e na hora que o povo mais esperava, o resultado das urnas mesmo, o povo queria ligar pra parabenizar pelo trabalho que a gente tava fazendo” (ENTREVISTADO COITÉ FM, 2004).

Algumas emissoras organizaram debates, como a Santa Luz FM, que também fez a cobertura das discussões preparadas por outras entidades, como escolas. Entretanto, as rádios comunitárias que encabeçam tais iniciativas ainda se ressentem da ausência de alguns candidatos em tais eventos, indícios da reprodução de valores e posturas antidemocráticas por parte dos aspirantes aos cargos políticos.

Além disso, alguns representantes de rádio comunitária não se sentem preparados para esse tipo de intervenção política, como ficou claro na entrevista realizada na Nordeste FM, que realizou debates com vereadores, mas não com os candidatos a prefeito, segundo depoimento, devido ao receio de alguma possível represália.

Apesar das limitações, de maneira geral, tanto a população como os agentes ligados às rádios comunitárias avaliam positivamente a contribuição destas no processo eleitoral da região sisaleira. Mas o acompanhamento da vida política das comunidades pelas emissoras pesquisadas não se restringe ao período eleitoral. Muitas delas possuem programas que se configuram em espaços para denúncias políticas, cobranças ao governo e discussão de políticas públicas, de cidadania, de direitos e deveres.

Programas como *Água Fria Notícias*, *Patrulha da Cidade* (Cultura FM), e *Rádio Comunidade* (Valente FM), trazem em sua concepção a preocupação em cobrar dos poderes públicos a administração coerente dos recursos da prefeitura, e cobrar das instituições que exerçam bem seus papéis, atendendo às demandas da comunidade. Funcionam, desse modo, como canais para a expressão de necessidades e insatisfações da população, mas também difundem a idéia de cidadania vinculada à participação política, que não se restringe ao ato de votar.

[...] o programa rádio comunidade, que é um dos mais ouvidos, badalados aqui na comunidade. Porque é essa forma que Toni coloca, é de denúncia, é de chegar e apertar o prefeito mesmo, o vereador, o porquê não foi feita as ações, de chegar e apertar o sindicato, a Apaeb, enfim, ou até mesmo as associações. Então a rádio tem o seu caráter lá, comunitário, que não tá atrelado a político, nem à associação, nem a sindicato e nem a nada, tá fazendo o seu papel que é de botar as informações com transparência, com responsabilidade, mostrando as duas visões: a que tá errada e a que deveria está sendo feita certa (ENTREVISTADO VALENTE FM, 2004).

Em Queimadas, o programa *A Voz da Câmara*, que transmite na íntegra o conteúdo das Assembléias da Câmara Municipal, possibilita à população um efetivo acompanhamento da atuação dos vereadores do município. FMs comunitárias em outros municípios tentaram aderir à idéia, tendo sido barradas pelos vereadores locais que vetaram a transmissão, privando a população do direito à informação sobre as discussões e ações de seus representantes.

Mais uma vez a imaturidade política dos ocupantes de cargos na região sisaleira se faz manifesta. Em virtude da cultura política vigente, os prefeitos e vereadores se negam a dar depoimentos, se recusam a prestar contas e compreendem a veiculação de notícias e cobranças políticas como ofensas pessoais, retaliando com ataques também pessoais aos comunicadores comunitários, que, por sua vez, nada mais fazem do que cumprir seu papel de informar a população.

Em sua atuação política, a Rádio Queimadas também inclui em sua programação a leitura e discussão de leis e estatutos, e acompanha a implantação de programas sociais de iniciativa das instâncias governamentais, buscando a justa aplicação dos recursos e estimulando a comunidade a reivindicar seus direitos.

[...] inclusive quando dá onze horas, nós pegamos o estatuto do idoso, o estatuto da rádio, o estatuto do adolescente, a lei orgânica do município, [...] o código de postura de saúde do município... Tudo... Um grupo de leis que a gente já leva pro estúdio, a gente senta, começa a fazer o jornal [...].

.....

Como nós agora estamos vivendo o período do programa do governo [...] O programa Fome Zero, o cartão bolsa única, [...] seria o cadastro único. Você tem muitas pessoas aqui que têm 40 horas na prefeitura, ensina, [...] tem carro, tem moto, tem casa própria e tá recebendo do governo federal, tá participando do programa. Nós estamos denunciando. É o assunto do momento aqui. Inclusive nós conseguimos através da rádio obrigar a câmara municipal, chamar o assessor da ação social do município pra denunciar, ler o nome das pessoas que estão recebendo dinheiro e nós vamos transmitir ao vivo pra comunidade. [...] Inclusive nós estamos fazendo campanha pra que todos os pais pobres e desempregados que tenham filhos que não fazem parte de nenhum programa do governo venha pra frente da câmara pra aparecer pra comunidade, né? Pra ver se a gente consegue inserir essas pessoas num programa que tem na cidade, que as pessoas que tem condição, dono de sapataria, dono de supermercado, estão ganhando, né? (ENTREVISTADO QUEIMADAS FM, 2004).

Esse tipo de atitude expressa nos programas das rádios comunitárias da região sisaleira, apesar do perfil antidemocrático de alguns gestores públicos e da repressão sofrida pelas rádios, acaba por se disseminar entre os membros da comunidade, gerando a médio e longo prazo uma perceptível mudança na postura política da população.

A gente via que Água Fria era uma cidade, assim, aos escuros em informação e notícia. Se chegava uma verba do poder público, ninguém sabia de nada. Se acontecia alguma coisa na cidade, ninguém sabia. E o objetivo nosso era exatamente ensinar a essas pessoas, principalmente da zona rural, os seus direitos, os seus deveres como cidadão, saber qual o papel do prefeito, do vereador, do comércio, das igrejas das associações, e graças a Deus, a gente conseguiu muito essa participação do povo. Eu digo a você que conseguiu, porque eles escrevem, porque eles apelam pra rádio... que graças a Deus a gente conseguiu já muita coisa (ENTREVISTADO ÁGUA FRIA FM, 2004).

[...] a comunidade conta com a rádio. Ela sabe que pode ligar pra reclamar que tá faltando água, que a rua está esburacada, que não sei o que... Individualmente as pessoas sabem, elas têm essa consciência de que existe essa defesa que a rádio faz da comunidade. Isso é importante, isso é marcante, porque não tinha isso antes aqui, o pessoal não cobrava e tal... Isso muda muito, eu acho que politicamente até... Nos últimos seis anos houve mudanças na comunidade por conta da atuação da rádio. E isso é uma coisa que fica silencioso, né? A gente não consegue medir, dimensionar, quanto é de influência que a rádio exerce (ENTREVISTADO VALENTE FM, 2004).

A atuação política das rádios comunitárias acaba por gerar alguns conflitos com as instâncias de poder e instituições diversas, haja vista o desfavorável cenário político que ainda persiste na região sisaleira. Conflitos que compõem a base das denúncias contra as rádios para a Anatel. “Mas quando nós abre a rádio, a gente fala que pode ser fechada

quantas vezes for, agora a verdade pra comunidade a gente vamo sempre continuar falando” (ENTREVISTADO ARCOS FM, 2004).

### **Utilidade pública**

Uma outra característica que permeia a programação das rádios comunitárias da região sisaleira é o caráter de utilidade pública destas emissoras, aqui entendido tanto como a utilização da rádio para comunicação de programas do governo e alterações em serviços públicos, como também sendo o uso da rádio pela população, a qualquer momento do dia, para fazer anúncios de desaparecidos e emitir avisos diversos.

Vamos supor, no interior o pessoal tem um enterro, né? Aí precisava sair um carro de som na rua avisando... Na rádio, não. Tinha o espaço, o pessoal não pagava, e o trabalho era esse mesmo (ENTREVISTADO CRUZEIRO FM, 2004).

As emissoras pesquisadas prestam importantes serviços à população. Complementam o trabalho dos correios, ao ajudar a localizar o destino de determinadas correspondências através do anúncio na rádio; colaboram com avisos de pagamento de programas e benefícios como Bolsa-Escola, Fome Zero, Peti, aposentadorias, dentre outros. Além disso, divulgam e estimulam a participação em campanhas e mutirões, quer sejam organizados pelo governo, por organizações sociais, quer sejam de iniciativa popular.

Você vê, a gente já conseguiu benefício, através da rádio, para a construção de uma casa de uma senhora que tinha caído numa chuarada. A gente botou no ar pediu apelo, ele saiu aí, Augustinho, pedindo para as pessoas colaborar com cem blocos, cinquenta blocos. Conseguimos reerguer a casa dessa família. A gente já conseguiu, com a rádio comunitária, encontrar vários animais do pessoal da zona rural sem cobrar um centavo. Documento de pessoas, que aí manda pra rádio e aí a gente tem esse trabalho, tem esse prazer de ajudar. Sem essa vontade do fim lucrativo, que é a diferença das rádios comerciais (ENTREVISTADO ÁGUA FRIA FM, 2004).

### **Valorização da cultura local**

Expressa de forma recorrente nas entrevistas e relacionada à concepção de programação das rádios comunitárias pesquisadas, a busca da valorização da cultura local é reconhecida como uma das principais funções de uma emissora de caráter comunitário. Falando genericamente, as rádios tentam incorporar essa perspectiva em sua programação através da veiculação de programas voltados para o homem e a mulher do campo, da abertura de espaços para artistas da terra, da divulgação de eventos e acontecimentos locais, da restrição à reprodução exacerbada de músicas já consagradas no circuito comercial.



A programação da rádio, hoje, nós temos diversos programas tipo: *Acorda Água Fria*, que é voltado mais para a cultura do município [...]. Agora, recentemente, houve, aí, o convênio com a Embrapa – o programa *Prosa Rural* – onde é um programa gravado pelo pessoal da Embrapa que nos envia o CD. Então é um programa bastante sugestivo onde passa informações para as pessoas da zona rural, que casou muito bem com o programa *Acorda Água Fria*, onde ele [Jairo] coloca o samba, ele coloca o forró... Então, um programa bastante interativo com as pessoas da zona rural e também da zona urbana. [...] e, das dezoito às dezenove, o *Forrozão da 102 FM*, onde a gente preserva, também, a cultura do município dando oportunidade aos artistas da terra (ENTREVISTADO ÁGUA FRIA FM, 2004).

Nós aqui começamos a divulgar o trabalho, as raízes da nossa cidade, locutores pequeno, cantores pequeno, que começou sua arte e não teve como crescer porque não teve oportunidade. Nós temos programações voltadas para as pessoas da terra, onde os cantores vêm, faz seu programa ao vivo, cada semana vem um, faz um... Então isso fez com que se acordasse pras nossas raízes no município e também na região, pra quem ouça... (ENTREVISTADO ARCOS FM, 2004).

A fala do Sr. Manoel Messias revela que a criação da Rádio Barreiros contribuiu para o aumento do interesse das pessoas da comunidade em realizar trabalhos artísticos, visto que, a partir de então, o povoado passou a ter um espaço em que tais trabalhos poderiam ser divulgados e valorizados. Apesar disso, a população local ainda dá preferência aos sucessos consagrados em rádios comerciais.

Essa é uma problemática que se repete nas demais rádios. Como exemplo, na Valente FM, os entrevistados afirmaram haver preocupação por parte da equipe da rádio no que diz respeito ao papel de valorizar as manifestações do samba-de-roda e divulgar o trabalho de pequenos grupos de artistas locais. Tal preocupação foi expressa em todas as rádios comunitárias visitadas, entretanto, o contato constante da população com a cultura de massa às vezes dificulta a aceitação de trabalhos não reconhecidos pelo circuito comercial.

Eu acho que a verdadeira rádio comunitária é aquela que busca os anseios culturais da comunidade, não aquelas... Claro que tem que ter outras informações, outras culturas, mas a verdadeira rádio comunitária é aquela que tá no dia-a-dia, vivendo as necessidades da comunidade. [...] Então, a verdadeira rádio comunitária é aquela que tá buscando falar a linguagem da comunidade, buscando viver os momentos culturais da comunidade – a cantiga de roda, o bumba meu boi –, enfim, tudo aquilo que tá dentro da nossa região e não apenas pegando aquelas coisas de outras regiões (ENTREVISTADO VALENTE FM, 2004).

### **Relações com a comunicação de massa**

As rádios comunitárias, como verificado em muitas entrevistas, nascem a partir de anseios de ruptura com o sistema de comunicação de massa excludente e opressor. Na dinâmica das rádios comerciais, marcada pela presença de vozes autorizadas e de uma

estrutura institucional complexa voltada para a obtenção do lucro, há pouco ou nenhum espaço para a participação popular, para a expressão das demandas e desejos do povo.

E aqui o pessoal não tinha vez na Rádio Sisal, não tinha voz, e a Rádio Sisal é do prefeito, né? E por essa precisão e a necessidade que tinha se pensou em fazer a rádio. Foi isso. E aí se procurou professores, e queria mesmo ter vez e voz... [...] E algumas pessoas acho que se sentiam meio que oprimidas por esse lado de ter uma rádio que alguns tem voz e a maioria não tem. Aí foi nessa questão que se pensou na rádio comunitária (ENTREVISTADO COITÉ FM, 2004).

Assim, a rádio comunitária nasce do desejo de oposição à exclusão promovida pelas rádios comerciais. Entretanto, a relação das emissoras comunitárias com a comunicação de massa é bastante complexa. A partir das entrevistas realizadas e de algumas reflexões, emergem problemáticas concernentes a esta relação.

Em primeiro lugar, as rádios comunitárias não possuem uma linguagem própria. A maioria dos formatos e apelos utilizados na programação da rádio comunitária é extraída da comunicação de massa. Alguns representantes do movimento, entretanto, entendem que tais emissoras devem desenvolver uma linguagem peculiar, um estilo próprio de comunicação.

É, como se trata de rádio comunitária, a legislação pede que nós tentemos fazer a programação usando a linguagem local o máximo que puder. Quando você entende por linguagem local justamente os costumes locais, enfim, aquilo que o povo, lá na base, tem o seu desejo, que é falar de uma forma não como uma rádio comercial, que usa mais uma linguagem técnica, né? Nós temos que fazer um trabalho mais voltado pra aquilo que o povo tem conhecimento que é uma linguagem mais localizada (ENTRE-VISTADO BARREIROS FM, 2004).

Eu quero enfatizar essa parte da formação, eu acho que as rádios comunitárias tinham que ter uma linguagem própria, porque elas tendem a imitar as rádios comerciais. Não tem nenhuma diferença. Você vai ver é a mesma música, o mesmo estilo de programação, ou seja, música o dia inteiro como todas as FM são. [...] Acho que isso era preciso tentar desenvolver. Vamos tentar formar uma linguagem própria de rádio comunitária. Porque a rádio comunitária tem essa liberdade de fazer do jeito que ela quiser, e não exerce na prática esse direito. Acaba ficando limitada, como são as rádios FM comuns. Adotou... Esse é o padrão, esse é o modelo e o modelo das FM não pode ser o modelo para as rádios comunitárias. É completamente fora da proposta do ideal de rádio comunitária (ENTREVISTADO VALENTE FM, 2004).

Em segundo lugar, a própria relação da população com a rádio comunitária sofre a interferência da comunicação massiva, visto que as pessoas estão em constante contato com os meios de comunicação comerciais. Isso se reflete nos pedidos dos ouvintes para veicular na emissora comunitária trabalhos de artistas de sucesso no circuito comercial e ritmos modistas, a despeito do papel educativo e de valorização da cultura local que esta deve observar.

Inclusive tinha um pessoal lá que gostava de botar essas músicas bregas, de duplo sentido. E aí às vezes eu mandava tirar logo do ar, né? Porque ficava chato... Aí me chamavam de enjoado... Mas eu dizia: “não, se é comunitária, pra educar, pra que essas músicas? Deixa a comercial tocar...” Era o “tapa na bundinha”, essas coisas [...] (ENTREVISTADO CRUZEIRO FM, 2004).

A gente aqui acha que ainda precisa melhorar muito, e a comunidade ainda tem uma cultura – até mesmo porque vem com essa cultura de ouvir a música da moda há muito tempo –, quando a gente toca um cantor aqui da gente, uma música de um grupo de qualidade como o Quinteto Violado, por exemplo, tem gente que diz: “pôxa, olha a música que tá tocando”. Aí acaba mudando porque quer ver Lairton, quer ouvir Zezé... A gente tem essa dificuldade (ENTREVISTADO VALENTE FM, 2004).

O receio de perder parcelas de sua audiência leva integrantes de rádios comunitárias a atenderem aos pedidos dos ouvintes, muitas vezes reproduzindo músicas que dominam as emissoras comerciais, mas de qualidade e conteúdo musical duvidoso. Alguns dos entrevistados confessaram que ainda se sentem despreparados para resolver o dilema das solicitações da audiência *versus* a necessidade de veicular músicas de qualidade e valorizar a cultura local.

No entanto, há rádios que já esboçam possíveis soluções para a questão, promovendo democraticamente o diálogo com a comunidade. Segundo relato de um representante do MOC, nas rádios comunitárias de Retirolândia, Santa Luz e Valente, discussões e debates prévios com a comunidade legitimaram a suspensão da execução de músicas de conteúdo considerado depreciativo e ofensivo, configurando uma atitude respaldada coletivamente, e não um ato de censura.

Embora encontrem alguns obstáculos, as rádios comunitárias estão sempre buscando abrir espaços em sua programação para os excluídos pela comunicação massiva, quer sejam os artistas da terra, quer sejam os pequenos comerciantes que não tem condições de anunciar em redes convencionais de radiodifusão, ou até mesmo a população em geral que anseie por ouvir sua própria voz em um pequeno aparelho de rádio. Há a necessidade, entretanto, de buscar mecanismos que assegurem que essa participação seja cada vez mais intensa e reconhecida pelos próprios membros da comunidade.

Comunitária: comunidade, então através da comunicação diminui o espaço, tem como chegar a mais pessoas. Então, abrindo a voz pra comunidade, acima de tudo, é o povo falando e reivindicando seus direitos, é o povo se expressando, buscando melhorias... É o cara que tem um mercadinho, que não pode pagar um comercial pra uma rádio comercial, chega na rádio comunitária, contribui com quinze reais vai ter o mercadinho dele sendo divulgado, quem sabe até crescendo com essa divulgação (ENTREVISTADO COITÉ FM, 2004).

## Pluralidade

As rádios comunitárias procuram garantir a pluralidade de sua programação através da participação de entidades diversas, da tentativa de manter um equilíbrio entre a cultura local e a cultura de massa, da busca de veiculação de diversos gêneros musicais, e das tentativas de inclusão na programação dos diversos grupos e segmentos sociais.

Uma rádio comunitária, eu vejo ela, quando é rádio comunitária mesmo, aonde tem a participação de toda a comunidade. Sem exigir cor, partido político e nem Igreja e nem religião. Se é que é uma rádio comunitária, tem que ter a participação de todo mundo (ENTREVISTADO ARCOS FM, 2004).

Para a concretização desse ideal as emissoras enfrentam uma série de desafios, que passam pelas condições materiais de preparar e colocar no ar programas que contemplem essa diversidade e pelo grau de mobilização e de interesse em participar das rádios pelos potenciais agentes dessa pluralidade. Talvez por isso em poucas rádios foram encontradas programações específicas para idosos e mulheres, por exemplo.

No que diz respeito a questões da infância, pode-se citar Queimadas, Santa Luz e Retirolândia como rádios que se voltam mais intensamente para a defesa dos direitos das crianças e adolescentes, promovendo, além da veiculação de campanhas e informações de projetos que contemplam este público, a participação infantil através da apresentação de programas específicos.

Nas demais FMs comunitárias pesquisadas, foi também detectada a preocupação com a problemática infanto-juvenil, expressa na veiculação de programas do Peti, do MOC, do Unicef e da Pastoral da Criança. Entretanto, nestas rádios a participação infantil em programas é ainda incipiente, freqüentemente pelo desconhecimento de meios e formas operacionais para aumentar o envolvimento de crianças na rádio.

No que toca a inserção juvenil nas emissoras deve-se destacar a importância da parceria entre o Projeto de Comunicação Juvenil do MOC e as rádios comunitárias. Os comunicadores e comunicadoras formados pelo Projeto atuam intensamente em muitas das rádios pesquisadas, preparando e apresentando programas que procuram observar e criticar a realidade local e contemplar a discussão da cidadania e das políticas públicas. Tais programas direcionam-se especialmente para o público juvenil, mas seus conteúdos são relevantes para os diversos segmentos etários e sociais.

A inserção dos jovens nas rádios comunitárias, como nas demais entidades da Região Sisaleira, é um processo que vem sendo fomentado pelo MOC, mas que enfrenta algumas barreiras devido à persistência de um modelo cultural em que a juventude não é vista como sujeito da cidadania, ainda havendo preconceito por parte de alguns adultos.

Entretanto, o excelente trabalho dos jovens comunicadores e das jovens comunicadoras vem se destacando e contribuindo para modificar este quadro.

Além dos programas de rádio, os comunicadores e comunicadoras estão aptos a lidar com diferentes mídias e produzir instrumentos diversos de comunicação. Desta forma, contribuem para a melhoria do processo de divulgação das ações nas organizações sociais aos quais estão vinculados, além de otimizar o fluxo de informações e intensificar a vida política do Território do Sisal. A atuação dos jovens comunicadores e das jovens comunicadoras foi destacada nas entrevistas como uma grande contribuição para as emissoras comunitárias.

A pluralidade também se expressa na religiosidade do povo da região sisaleira, sendo que a atenção à diversidade religiosa se faz presente nas tentativas das rádios em conciliar horários e trabalhar programas em conjunto com as igrejas. Todavia, congregar tais entidades na programação das emissoras comunitárias não constitui tarefa fácil, especialmente pelos choques doutrinários e por outras questões de caráter prático, tais como a indisponibilidade de horários.

Além disso, pode-se notar que outras manifestações de caráter religioso, tais como o candomblé e o espiritismo ainda não encontram espaços nas emissoras comunitárias da Região Sisaleira. Se tais manifestações fizerem parte da bagagem cultural e religiosa das comunidades da região, é coerente que tenham espaço no sistema comunicacional representado pelas rádios comunitárias.

Finalizando a análise da Programação, evidencia-se que os elementos aqui apresentados podem contribuir para esboçar uma identidade – ainda embrionária – das rádios comunitárias da região sisaleira, a partir do conhecimento do perfil de suas programações, dos princípios que as regem e dos desafios que são encontrados para adequação de seus conjuntos de programas e conteúdos aos objetivos e ideais das emissoras de caráter comunitário.

# CAPÍTULO 3

---

## DESAFIOS E PERSPECTIVAS

---

### DESAFIOS

---

#### Fortalecimento da diretoria

As associações mantenedoras, entidades exigidas por lei para a existência legal das rádios comunitárias, desempenham uma série de funções essenciais à sobrevivência e ao fortalecimento destas emissoras. Os resultados da pesquisa realizada apontam, contudo, que a maior parte das associações foi criada unicamente para conferir personalidade jurídica às rádios em estudo, existindo apenas em documentações e escritos.

Na prática, as diretorias das associações encontram dificuldades para atuar de forma mais intensa na resolução e planejamento das questões das rádios. A começar pelos obstáculos que os membros destas entidades encontram para se reunir, o que estorva o andamento das atividades da rádio. Essa situação foi verificada em oito dentre as dez FMs comunitárias visitadas, a saber: Arcos, Barreiros, Coité, Cultura, Cruzeiro, Nordestina, Queimadas e Valente.

Pra falar a verdade, a dificuldade deles [os diretores] se reunirem é tremenda. A gente, a galera de comunicador, que faz os programas, que bota pra frente, já tentou várias vezes fazer uma assembléia geral, pra tentar, se for o caso, até mudar a diretoria, se os cara tiver interessado mesmo, a gente vê, vamo abraçar e fazer parte da diretoria e botar pra

frente. Mas hoje mesmo não vejo atuação da diretoria quase nenhuma... (ENTREVISTADO COITÉ FM, 2004).

Geralmente a gente se reúne de dois em dois meses, quando não dá, de três e tudo... Porque é uma dificuldade essa questão de muitos parceiros, que cada entidade tem suas responsabilidades e fica difícil pra mandar um representante... A gente sente uma dificuldadezinha nessa parte aí... A última reunião mesmo que teve, vai fazer o que, quase dois meses, com poucas pessoas porque as entidades cada uma tava com compromissos de uma coisa e outros tava com compromisso de outra, né? (ENTREVISTADO NORDESTINA FM, 2004).

Em Tucano, o diretor da Rádio Cruzeiro FM revelou ter que utilizar alguns artifícios para convencer os demais membros a participarem das reuniões da diretoria: “São doze diretores, é difícil a gente colocar os doze juntos. [...] Às vezes, precisa até a gente inventar uma mentira, dizer: ‘não, vai ter um aniversário’, uma coisa pro pessoal ir...” (ENTREVISTADO CRUZEIRO FM, 2004).

Nem mesmo a Rádio Valente FM – detentora de uma estrutura física equivalente a de emissoras comerciais de médio porte e possuidora de uma equipe de locutores e repórteres com um bom nível de profissionalização – constitui exceção no que diz respeito à desarticulação das entidades-membros de sua diretoria:

Como Glauco coloca, vocês mesmo notaram que não tá havendo uma participação maior dessa diretoria, isso reeleito recentemente, eu acho que tem agora dois ou três meses, e a gente vai tentar botar com que esses diretores participem diretamente da rádio. [...] Teve tempo que a rádio, no início da organização da rádio, a diretoria era mais atuante, tinha a Igreja, tinha o Sindicato, algumas associações, outros segmentos da sociedade de interesse, que tinha mais participação. Agora, não. Ninguém sabe o motivo, mas parece que as lideranças começaram a se ocupar mais e começaram a esquecer um pouco mais da rádio comunitária (ENTREVISTADO VALENTE FM, 2004).

A articulação da diretoria – através da busca de uma maior integração entre seus membros e da regularização das reuniões – emerge, a partir da análise dos depoimentos, como uma das grandes lutas assumidas pelos participantes das rádios comunitárias.

Quando questionados acerca dos possíveis motivos que inibem a interação em prol da rádio, muitos entrevistados indicaram principalmente as atividades paralelas desenvolvidas pelos diretores. É comum que os membros das diretorias das emissoras comunitárias participem simultaneamente de diversas entidades e movimentos sociais, possuindo, em virtude da quantidade de compromissos assumidos, pouca disponibilidade de tempo para as atividades das rádios.

Quando eu tenho problemas que eu não posso resolver sozinho, eu reúno a diretoria da rádio. Mas veja bem, eu tenho uma diretoria que eu diria assim: é *pro forma*, é uma coisa emprestada, os nomes dos diretores são nomes emprestados. Por quê? Um diretor é secretário de educação do município, não tem tempo pra vir pra cá. O outro é comerciante, o outro vende tijolo,

supermercado, o outro é dono de farmácia, o outro vende frango... Então esse povo não tem tempo pra cuidar da rádio. Como eles confiam no presidente, que sou eu, então eu procuro um de cada vez: “olha a situação é essa, posso tomar a decisão?” “Pode”. A coisa funciona desse jeito, porque se você fizer uma convocação, uma assembléia, pra amanhã... não vem ninguém. Porque ninguém tem tempo, essa é que é a realidade (ENTREVISTADO CULTURA FM, 2004).

Esse tipo de comentário se repetiu na fala de outros entrevistados, em Barreiros, Nordestina, Valente, e outros locais visitados. “Por aí você já vê que há uma sobrecarga das pessoas que fazem parte [da diretoria]... Todas são assim: participam de um monte de coisas” (ENTREVISTADO VALENTE FM, 2004).

Em alguns casos, as deficiências na participação dos membros favorecem a concentração de atribuições na figura de um dos diretores. Em Araci, a estrutura da rádio comunitária é quase completamente sustentada pelo presidente da associação mantenedora. Este, além da manutenção financeira, assume as atividades e diversas responsabilidades concernentes à emissora.

Em Queimadas, configura-se uma situação similar. As decisões das questões relativas à rádio parecem se concentrar nas mãos do diretor-presidente, havendo sobrecarga e acúmulo de funções. Assim também ocorre na Cruzeiro FM, de Tucano, que completa a lista. Nas demais emissoras da região sisaleira a situação não é muito diferente, visto que, na maioria delas, a rádio sobrevive a partir da luta de um pequeno número de pessoas.

Então eu me prontifiquei a ficar na frente de tudo, e nessa estou até hoje. Quatro anos vai fazer agora no dia 20 de dezembro. [...] Mas eu não sabia que seria levado tão a sério, que haveria aceitação a tal ponto, que eu ia sofrer com as conseqüências, que as pessoas, que o pessoal da comunidade ia jogar toda a responsabilidade em mim, de querer que eu ficasse a frente da rádio, o pessoal não quer que eu saia (ENTREVISTADO QUEIMADAS FM, 2004).

E o pior é que às vezes eles [os outros diretores] ficam questionando: “Ah, mas [...] é só fulano?” Eu digo: “rapaz, eu penso que a gente faz a parte que vocês não querem fazer...” [...] Eu disse até: “óí, eu vou até sair, deixar mais, pra ver se vocês tomam a frente”. Porque às vezes isso concentra, né? Acham que tudo é a pessoa que tem que viajar, tem que pagar a passagem do bolso pra ir pra os encontros, né, participar.... (ENTREVISTADO CRUZEIRO FM, 2004).

Algumas rádios, por sua vez, encontram-se mais intensamente vinculadas a uma instituição. É o caso da Coité FM, rejeitada pelas Igrejas Evangélicas por ter nascido e se desenvolvido sobretudo a partir da contribuição da Igreja Católica. Esta ligação ainda hoje se manifesta na dinâmica da rádio, especialmente na grade de programação, formada predominantemente por programas musicais e católicos. Apesar disso, os entrevistados não concebem a Coité FM como uma emissora de interesses católicos.



[...] E o motivo da Igreja Católica estar ligada é o espaço, os aparelhos, que fez a Igreja Católica que fez esse pedido. Não foi um pedido em nome da Igreja Católica, mas foi pessoas ligadas diretamente á Igreja, deu a oportunidade pra gente, ensinou como fazer, por isso que há uma ligação maior com a Igreja Católica, não dizer que a rádio é católica. (ENTREVISTADO COITÉ FM, 2004).

A relação entre a Valente FM e a Apaeb-Valente é mais um elemento para a análise da relação de dependência entre instituições e emissoras. A Valente FM nasce da vontade institucional da Apaeb-Valente em constituir uma emissora de rádio, portanto mantém, desde sua origem, estreitas relações com esta entidade. Os entrevistados asseguraram que este vínculo não se traduz em nenhum tipo de limitação à programação. Não se pode negar, contudo, que a Apaeb-Valente é responsável pela sustentação da rádio Valente FM e por todas as conquistas em termos de estrutura e profissionais que esta emissora obteve até o momento presente.

Quando uma rádio encontra-se fortemente atrelada a uma instituição ou pessoa compromete-se, além de seu caráter comunitário, a sua sustentabilidade, na medida em que se cria uma dependência financeira. Em um cenário ideal, a rádio comunitária pertence à comunidade, no sentido de que as responsabilidades relativas à sua gestão, sustentação, estruturação e controle são divididas, da forma mais equilibrada possível, entre todas as entidades locais.

Na prática, entretanto, verifica-se que a situação é mais complexa. Levando em conta as informações coletadas na pesquisa, há que se considerar que, na realidade de carências da região semi-árida, as contribuições de pessoas físicas e instituições – mesmo quando em regime de semi-exclusividade – foram e continuam sendo essenciais para a sobrevivência e o desenvolvimento de muitas rádios comunitárias.

Sem dúvida, as emissoras que alcançam melhores resultados em suas atividades são aquelas em que a diretoria é mais articulada e atuante. Em Água Fria, a entidade mantenedora da rádio é uma associação comunitária de existência anterior à da emissora, que incluiu entre os seus objetivos registrados estatutariamente, o serviço de radiodifusão. Assim, a dinâmica de funcionamento da associação se manteve, o que facilita as reuniões entre diretores para discussão das questões da rádio e da comunidade de forma mais ampla.

A Rádio Santa Luz FM somente conseguiu contornar a situação precária em que se encontrava após o fortalecimento da diretoria. Após mobilização das entidades e uma série de reuniões e discussões, a diretoria da associação mantenedora da emissora foi reestruturada, dando prioridade àqueles agentes que dispunham de tempo e motivação para ocupação de cargos e para o efetivo desempenho das atribuições destes.

Os resultados desta trajetória foram apresentados por Edisvânio Nascimento<sup>7</sup> na III Jornada Avaliativa de Projetos Econômicos, Educativos e Sociais-JAPES, organizada pelo MOC, e ilustram o papel fundamental que a diretoria assume para o fortalecimento de uma rádio comunitária. Após a reorganização, Edisvânio relatou que as dívidas foram sanadas, a programação rediscutida e a documentação da rádio regularizada, a fim de dar andamento ao processo de legalização. Estes e outros progressos suscitaram um maior interesse da população e um maior envolvimento das entidades locais com a Santa Luz FM.

Eu acho o fortalecimento da diretoria, das entidades que compõem a associação. O caminho é esse. [...] Eu acho que o caminho é organizar a diretoria, ver quem tem atividade, as entidades que fazem parte da associação, o caminho eu acho que é esse, e se unir, e a gente captar recursos, a partir daí... (ENTREVISTADO COITÉ FM, 2004).

### **Captação de recursos**

Um outro grande desafio das rádios comunitárias, como das instituições sem fins lucrativos de maneira geral, é ter que conviver com a escassez de recursos financeiros e humanos. Eis uma questão que se apresenta intrinsecamente relacionada ao grau de organização das diretorias das rádios: destas dependem o planejamento estratégico e o estabelecimento de ações para angariar fundos.

Os entraves financeiros atingem as emissoras em suas necessidades mais básicas. Deles se originam inúmeras outras dificuldades que interferem no andamento regular dos trabalhos da rádio, afetando a sua sobrevivência, e conseqüentemente, o cumprimento de seu papel comunitário.

Situação que obriga os agentes envolvidos com a rádio comunitária, em uma atitude motivada por dimensões práticas e afetivas, a cobrirem despesas com recursos do próprio bolso. Depoimentos coletados nas rádios Água Fria, Cruzeiro e Cultura traduzem essa realidade. “Brigas não se tinha, mas discussões com minha esposa em casa se tinha porque eu deixava de comprar alguma coisa pra minha casa pra poder investir nesse projeto” (ENTREVISTADO ÁGUA FRIA FM, 2004).

Esse prédio aqui eu fiz, eu diria, com recursos próprios, mas tem alguns amigos que me ajudaram no piso, no ar condicionado, no telefone... alguns amigos me ajudaram muito aqui.[...] A nossa rádio, eu quero até que você me perdoe a falta de modéstia, 90% dos equipamentos que vocês estão vendo aqui me pertencem. Porque é uma associação, nós não temos dinheiro. Pra vocês terem uma idéia, a nossa associação, que está ligada ao centro cultural, nós temos 84 sócios, os sócios não pagam a mensalidade de R\$ 2,00 (dois reais), não vêm pagar, eu não tenho tempo também de sair cobrando, porque para arrecadar R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) é melhor eu tirar do meu bolso e cobrir as mensalidades. (ENTREVISTADO CULTURA FM, 2004).

<sup>7</sup> Locutor e membro da direção da rádio Santa Luz FM.

Apoiando-se nos testemunhos, pode-se concluir que a participação no movimento de rádio comunitária está sujeita a algumas limitações. Sendo este um trabalho voluntário, o tempo dispensado às atividades da rádio é restrito, visto que os locutores e diretores dedicam parte de seu tempo livre ao trabalho formal, visando garantir sua própria sobrevivência.

Olha, nossa dificuldade chama-se: financeira. Um dos carros-chefes pra você continuar uma luta dessa [...]. Primeiro você tem que ter muita garra, vontade de ver o resultado desse projeto funcionar, e a outra parte é a financeira, porque pra você manter uma rádio funcionando você tem despesas e o comércio da nossa cidade, da nossa região, não tem como você botar. Você vai fazer um comercial uma divulgação, a lei de rádio comunitária não permite que você faça comercial, tem que ser uma ajuda, um apoio cultural, e a gente consegue dez reais em um, vinte no outro, mas pra você disponibilizar o tempo de uma pessoa como o dele que fica de oito da manhã ao meio dia, você tem que remunerar uma pessoa dessa. Ele vai viver de quê, como é que você vai remunerar essas pessoas, pra você também motivar essas pessoas? Como é que você vai se deslocar daqui pra ir pra um curso, pra uma reunião, e participar e aprender? (ENTREVISTADO ÁGUA FRIA FM, 2004).

À exceção da Valente FM, em que os comunicadores recebem um auxílio financeiro, nas demais rádios o trabalho dos locutores não recebe qualquer tipo de remuneração, quer seja bolsa-auxílio ou salário. Por esse motivo, a Rádio Coité FM funciona apenas aos fins de semana, quando os jovens comunicadores utilizam seu o tempo disponível para levar à frente a programação da rádio.

Pra essa entrevista aqui, eu tive que dar um recado ali, que eu vim aqui, mas tô no horário de trabalho, então eu vim correndo... É uma coisa que a gente quer, tá lutando, mas com muita dificuldade. Se a gente fosse olhar as barreiras já tinha parado (ENTREVISTADO COITÉ FM, 2004).

Rotineiramente, os integrantes do movimento de radiodifusão comunitária se vêem às voltas com um sem-número de despesas. Destacam-se, em primeiro lugar, os custos concernentes ao processo de legalização, especialmente àqueles ligados ao pagamento de taxas, regularização de equipamentos e elaboração do projeto técnico, como já discutido no tópico “Processo de Legalização”.

No que toca a estrutura física, algumas rádios sequer possuem uma sede própria, como é o caso da Água Fria FM, que está instalada em uma edificação alugada, cuja proprietária, em um ato de solidariedade com a rádio, abdicou de seu direito de cobrar o aluguel; e da Cruzeiro FM, cuja sede funciona na casa do diretor-presidente da associação, em um cômodo que outrora era utilizado como oratório pelas tias do mesmo.

Somam-se a isso preocupações decorrentes das obrigações relativas às despesas de luz, água, telefone, etc: “Hoje a gente já está dando pra ir com muita dificuldade ainda, por causa do aluguel, telefone, água, luz, essas despesas da rádio e aparelhos... Mas ainda

tamos numas condições muito precárias...” (ENTREVISTADO NORDESTINA FM, 2004). Além da dispendiosa manutenção dos equipamentos específicos de uma emissora de rádio:

Você pega um equipamento desse que queimou, a rádio saiu do ar por problemas técnicos, você pra trazer um técnico pra cá pra consertar, você tem uma despesa de mais de mil reais, pra trazer de Salvador ou de Feira pra cá. Você colocar um equipamento desse no sedex pra levar para São Paulo, Minas Gerais, pra uma fábrica pra consertar é muito dinheiro. Aí sim, existe a dificuldade (ENTREVISTA ARACI FM, 2004).

Diante de tais obstáculos, os integrantes do Movimento de Rádio Comunitária reclamam que a legislação dificulta ainda mais a obtenção de meios pecuniários, na medida em que não esclarece as questões relativas ao “apoio cultural” e limita as possibilidades de arrecadação de fundos.

Nas rádios em que a diretoria encontra-se desarticulada, a mobilização para planejar ações e eventos visando o acúmulo de reservas financeiras praticamente inexistente, agravando o quadro. A maioria das emissoras recorre ao apoio de pequenos comerciantes locais para sanar suas dificuldades.

Alguns integrantes de rádios comunitárias chegam a abandonar o movimento para ocupar cargos em empresas ou órgãos públicos capazes de lhes conferir uma melhor remuneração, muitas vezes após terem sido capacitados às expensas da emissora ou de entidades associadas.

Uma outra coisa é a questão financeira, as rádios comunitárias passam por dificuldades financeiras muito grandes e acabam treinando, capacitando os locutores e perdendo para as rádios comerciais, porque ela não oferece uma estrutura de pagar um bom salário ou uma boa remuneração. A saída pra isso, deveria ver essa questão dos apoios culturais, projetos pra apoio estrutural da rádio... Acho que isso poderia resolver parte disso. E essa questão da gente tá capacitando locutores e perdendo para as comerciais é muito complicado. A gente tem exemplos muito claros aqui. Um companheiro nosso aqui que é muito bom, o Léo, teve que ir pra uma rádio comercial porque aqui não sustentava na verdade (ENTREVISTADO VALENTE FM, 2004).

De maneira geral, entretanto, os integrantes de rádios comunitárias possuem em suas entranhas a força e a perseverança comuns aos homens e às mulheres do sertão, e não esmorecem diante dos obstáculos. Assim, estes agentes buscam, a despeito das limitações enfrentadas, manter as emissoras funcionando, muitas vezes utilizando a criatividade e o carisma na luta pela sobrevivência.

### **Estratégias de sobrevivência**

As rádios comunitárias da região sisaleira se mantêm funcionando basicamente a partir do apoio cultural fornecido por comerciantes da região – que pagam pequenas quantias para terem suas marcas citadas durante os programas – e das contribuições

oferecidas por entidades que participam da programação e/ou da diretoria da associação mantenedora, tais como Sindicatos e Igrejas.

A rádio sobrevive hoje das ajudas dos parceiros. Nós temos o Sindicato, que tá doando o prédio, que a rádio não tem condições de fazer, ele doou o prédio. Uma hora precisa de uma luz, de pagar a energia, não tem, o Sindicato está aí ajudando também... Nós temos aí a Câmara de Vereadores, que de vez em quando faz a divulgação, então tá aí colaborando também. A própria comunidade, sentamos com os comerciantes, e falamos com eles a importância de uma rádio até no comércio, fortalecendo, alguns estão também fazendo esse trabalho com a gente... (ENTREVISTADO ARCOS FM, 2004).

[A rádio vem sobrevivendo] Apenas de apoio cultural, de pessoas do comércio, de associações como a Abrac, que é uma entidade parceira nossa que sempre nos dá apoio. Enfim, os amigos, quando querem divulgar suas mensagens, eles sempre vêm aqui, pagam alguma coisa, então com isso nós vamos sobrevivendo (ENTREVISTADO BARREIROS FM, 2004).

Tem, hoje tem duas entidades que mantém a rádio [...] Não são três, que uma cooperativa que é ligada à rádio, né? Que ela mantém pagando [...] um valor mensal por um anúncio [...]. Tem uma igreja também, que paga... mensal, um valor mensal pelo programa que é apresentado diariamente... de segunda a sexta [...]. E também tem um sindicato, que paga também, que faz um programa semanalmente (ENTREVISTADO SANTA LUZ FM, 2004).

Além disso, há as doações de pessoas físicas, quer sejam os integrantes da equipe da rádio que tiram dinheiro do próprio bolso para cobrir as despesas, quer seja a comunidade que se mobiliza em ocasiões específicas para ajudar a emissora a alcançar um objetivo determinado.

Eu tenho o apoio cultural do comércio. [...] Mesmo assim eu não consigo arrecadar R\$800,00 (oitocentos reais) por mês, porque, mesmo assim, a inadimplência é muito grande. [...] Eu pago aqui telefone, água, energia, pago meio salário pra uma menina me ajudar aqui de manhã, pra receber os telefonemas na hora do meu programa e, quando falta dinheiro, eu chego ali com meu cheque e cubro as despesas da rádio (ENTREVISTADO CULTURA FM, 2004).

Tivemos uma dificuldade, mas foi sanada pela própria comunidade que seria pagar o valor de um mil e quinhentos reais [...] [então a própria comunidade que] se mobilizou... 20 centavos, um real, cinco, cinqüenta. Recebemos dinheiro aqui de todo valor. Em menos de 2 horas de uma campanha que fizemos, conseguimos o valor (ENTREVISTADO QUEIMADAS FM, 2004).

Algumas rádios procuram desenvolver outras estratégias para sua manutenção. Na Rádio Água Fria FM, festas e bingos estão sendo realizados com a finalidade de arrecadar recursos para a construção de uma sede própria. Além disso, esta emissora desenvolve o Projeto "Ouvinte Cadeira Cativa". O ouvinte interessado adquire um talão constando doze mensalidades, cada uma no valor de cinco reais, passando a ter prioridade em anúncios,

recados, na solicitação de músicas, nos lembretes de aniversário, entre outros itens da programação.

No entanto, é alto o índice de desistência no pagamento das mensalidades, segundo os entrevistados: “Nós abrimos aí, me parece, com setenta e poucas pessoas começaram pagando cinco reais. Aí hoje nós temos vinte e três pagando. Quer dizer, é a dificuldade” (ENTREVISTADO ÁGUA FRIA FM, 2004).

A Rádio Cruzeiro está fora do ar, mas o diretor-presidente declarou que vislumbra algumas possibilidades para a captação de recursos quando a emissora voltar a funcionar. Entre as alternativas cogitadas, encontram-se o estabelecimento de parcerias, a realização de eventos como bingos e festinhas, a busca de um maior número de sócios, além de um livro de ouro para arrecadar doações dos possíveis contribuintes.

Algumas rádios cobram mensalidades ou solicitam contribuições aos associados - a exemplo da Cultura FM e da Queimadas FM - mas tais subsídios não chegam a gerar uma receita significativa devido ao alto índice de inadimplência.

### **Processo de legalização**

A adequação às prescrições legais e a ulterior obtenção da outorga são alvos constantemente perseguidos pelos participantes das instituições comunitárias de Radiodifusão. O trajeto para alcançar o status de emissora autorizada é assaz longo e acidentado. A morosidade do Ministério das Comunicações no que diz respeito à tramitação de solicitações e processos é notória, conforme testemunhos colhidos nas FMs Água Fria, Cruzeiro e Arcos:

Rapaz, a dificuldade que nós vemos é a morosidade do Ministério, né? Você vê aí, nós demos entrada na rádio em 98 [...] então não tem uma definição de quando vai ser autorizada. Nós já fizemos mobilização, já fomos à Brasília, o ministro teve aí em Alagoinhas, mandamos vários representantes, sempre tamos junto. A gente só parou mais esses dias porque os recursos são escassos. Tamos com ela no ar porque Deus é bom e nós temos a força e a coragem de tá lutando. Mas, é difícil (ENTREVISTADO ARCOS FM, 2004).

O conjunto de exigências burocráticas erige outra pedra no caminho da legalização. Os requisitos técnicos implicam a contratação de profissionais e empresas, para realizações de medições e feitura de plantas e projetos. Além disso, existem as taxas e custos atrelados à regularização das documentações. O quadro se agrava quando a diretoria da associação encontra-se desorganizada e, por conseguinte, o acesso à documentação e a reservas para viabilizar o andamento dos processos torna-se mais complicado.

Nós tivemos sorte, quando tivemos em Brasília, de conhecer uma advogada lá e ela que tá acompanhando nosso processo. A gente ligava pra tirar a

dificuldade... mas é tanta papelada que desanima muito. Se você não tiver coragem, é tanta exigência com a rádio que parece que não é comunitária. Eu não sei se uma rádio comercial tem tanta dificuldade pra você conseguir uma outorga como é com uma rádio comunitária. Porque você tem que ter... Pra eu conseguir aqui as coordenadas geográficas, onde é que eu achava isso? Eu sem saber, bate pra cá, bate pra lá, o pessoal informou que era no IBGE. Lá vai eu pra Feira de Santana, peço o IBGE pra conseguir isso pra você mandar. Se você não mandar exato, daqui a pouco quando chega, o lugar tá errado, não vai conseguir pra você poder fazer. E foi uma luta muito grande (ENTREVISTADO ÁGUA FRIA FM, 2004).

A burocratização e a morosidade não se restringem ao Mincom, se estendendo às demais instâncias de tomada e execução de decisões do governo, a exemplo do Congresso Nacional e do Gabinete da Presidência. Há inúmeros relatos de projetos que somem neste trajeto e não mais conseguem ser encontrados. Apesar dos esforços relatados no Balanço de Atividades do Mincom do ano de 2004, a situação parece não ter melhorado, conforme foi exposto na seção “Processo de Legalização”.

Se você ver a nossa conta telefônica... As ligações que eu dou pra Brasília – que esse processo a cada passo que deu lá, a gente sabia onde é que tava – que a gente não esperava que eles ligassem pra gente não. Ligava: “onde é que tá? Eu quero saber meu amigo!”. Essa semana mesmo eu ia procurar saber do deputado Zezéu – eu liguei pra ele um dia meio zangado aí – dizendo a ele que eu queria saber se ele era situação ou oposição. Se ele faz parte do governo, é situação, como é que um processo tá lá só para a assinatura do presidente e passou nove meses? Quer dizer, o que é que tá sendo feito? Não tem alguém que... [diga]: “pôxa tem que pegar isso aqui e tem que olhar”. Nove meses aguardando o presidente assinar pra mandar pro congresso (ENTREVISTADO ÁGUA FRIA FM, 2004).

Um outro ponto que se sobressai nas análises dos depoimentos diz respeito à influência das componentes políticas, também já discutidas na seção de Legalização. Os embates com sujeitos do poder político e econômico local são comuns, especialmente pela função de cobrança e denúncia exercida pela rádio comunitária.

A perseguição e repressão da Anatel e da Polícia Federal, que usualmente tem como estopim denúncias de políticos, empresários, e outros agentes locais, constituem elementos cruéis da realidade das rádios comunitárias. Todas as emissoras que compuseram o universo da pesquisa já foram visitadas por agentes da Anatel e da Polícia Federal, sendo que, na maior parte delas, a ação repressora se repetiu por mais de uma vez. Há inclusive casos, como o da Valente FM, em que se relata violência moral e física contra os participantes da rádio por ocasião destas visitas.

A perseguição arbitrária parece prosseguir mesmo após a obtenção da outorga. Os depoimentos coletados em Água Fria e em Valente levantam e endossam essa hipótese. Evidentemente, deve existir a fiscalização, entretanto, esta não deve ser realizada de forma arbitrária ou violenta, e nem ser utilizada a favor de poderes políticos e/ou econômicos, e sim, da manutenção do papel comunitário das rádios.

E, apesar da fiscalização depois de legalizada, eu acho também que o pessoal não deixa de nos perseguir. Eu tenho essa visão comigo. Porque o pessoal da Anatel vive em torno dos poderosos, das rádios comerciais e ainda vem pra cá. Você tem que gravar toda a programação e se resolver pegar no seu pé, mesmo depois de legalizada, você tem que cumprir, se não vai ter que fechar (ENTREVISTA ÁGUA FRIA FM, 2004).

E esse é um fator, outro, relacionado com essas fiscalizações da Anatel: as tentativas de fechar a rádio não pararam até no momento em que se conseguiu a outorga. Esse ano eles vieram aqui no mês de Junho ou Julho fazer uma fiscalização aqui, que deve fazer mesmo em todas as rádios, é feita em todas as rádios... E queimaram um transmissor que a gente tinha aí... E pra mim não foi sem querer, não deve ter sido sem querer, não pode ter sido sem querer, que dois técnicos não sabem usar um aparelho e queimam o transmissor... Eles queimaram o transmissor. Instalaram lá o negócio sem tomar as precauções devidas, a gente comentou na hora: “tá um cheiro de queimado”, eles também: “é”, “é mesmo”, e pronto. São pessoas que tão há anos fazendo isso. No mesmo dia eles foram em outro lugar, parece que foi em Tucano, e também um transmissor foi queimado, porque a pessoa que consertou o nosso disse que recebeu, naquele mesmo dia, um transmissor que eles tinham queimado também. De repente é uma nova tática da Anatel (ENTREVISTADO VALENTE FM, 2004).

### **Estruturação da programação**

A estruturação da programação se apresenta como um ponto crucial, na medida em que é através dos programas e conteúdos veiculados que as emissoras podem concretizar seus ideais, princípios e objetivos. Algumas variáveis interferem na configuração de uma programação adequada às rádios de natureza comunitária, tais como a situação financeira da associação e o grau de preparo por parte da equipe da emissora.

A programação jornalística, por exemplo, pressupõe a cobertura de fatos e a captação de depoimentos em tempo real. Para conseguir atender a este princípio, é necessária uma rádio devidamente equipada, com o número apropriado de aparelhos e linhas telefônicas, gravadores, computadores com acesso à internet, microfones, dentre outros, além de veículos aptos ao transporte da equipe de jornalismo.

Tais equipamentos subsidiam a participação popular na programação da rádio, aumentando o nível de interatividade e viabilizando a realização de entrevistas, a coleta de opiniões, o envio de mensagens, etc. Além disso, permitem maior agilidade na cobertura de fatos e eventos de interesse da população, e tornam possíveis reportagens mais aprofundadas e de melhor qualidade.

Na entrevista da Coité FM, a falta de recursos é apontada como empecilho para o desenvolvimento de uma programação mais interativa e jornalística. Embora os programas informativos da rádio gozem de boa repercussão na comunidade, os entrevistados ressentem-se da inexistência de equipamentos que permitam uma maior agilidade na



apreensão e transmissão das notícias e de mecanismos que viabilizem um maior diálogo com a comunidade.

Essa questão financeira é ligada muito à busca do interesse da população porque, no caso, a gente tá fazendo uma entrevista, a gente leva um professor, leva um médico pra fazer uma entrevista, a gente quer a participação do povo e só tem uma linha telefônica. Aí um dá opinião, outro quer ligar também pra dar, mas naquele momento tá ocupado, então aquilo já corta a metade. [...] No caso, se a gente tivesse internet, ponto pra internet lá, a gente buscaria notícias novas pra informar o povo, pra dizer o que é que tá acontecendo no momento. Só que a gente não tem isso (ENTREVISTADO COITÉ FM, 2004).

Porque equipamentos... a gente necessita muito disso. Porque a gente vai transmitir, por exemplo, um jogo de futebol é muito forte aqui na região... É muito freqüente aqui as ocorrências de torneios de futebol, tanto na zona rural como aqui também na zona urbana, né? Sobre as sessões na câmara municipal, sobre transmissão de missas das igrejas [...] A gente não tem equipamento e a gente não pode fazer porque os equipamentos são caros. Sobre gravação de programas, vinhetas, antenas, torres, enfim... Às vezes a gente tem que dar manutenção e a gente não tem recurso (ENTREVISTADO SANTA LUZ FM, 2004).

Não apenas a falta de recursos, mas as próprias limitações da região constituem entraves à programação jornalística. Na Região do Sisal, a dificuldade de acesso à Internet e a impressos de grande circulação no país prejudica a sistematização de informações importantes para a composição dos espaços jornalísticos. Neste ponto, merece um parêntese a questão da potencial relação das rádios comunitárias com as novas tecnologias, cujo maior expoente é a Internet.

As novas tecnologias se configuram como ferramentas que podem auxiliar o crescimento das rádios comunitárias, na medida em que oferecem às emissoras uma série de possibilidades, tais como: a captação de notícias e informações em tempo real, a nível local, nacional e internacional, enriquecendo a programação jornalística; a divulgação das atividades, questões e princípios das emissoras através da construção de homepages institucionais; a discussão de questões importantes para o Movimento de Rádios Comunitárias e as trocas de informações – contribuindo para o fortalecimento das rádios e para a integração em rede – através da interação em fóruns, chats e comunidades; a expansão de canais e experimentação de novos formatos, como a rádio web, dentre outras.

É necessário salientar que para que este potencial seja aproveitado deve haver por parte dos poderes públicos e organizações sociais esforços no sentido de promover e aproveitar programas e projetos de inclusão digital. É necessário que o público prioritário das rádios comunitárias disponha de locais onde se possa acessar livremente a Internet, e que esteja também apto a manipular as máquinas e operar os programas de navegação. Vê-se que mais uma vez há a dependência de meios financeiros para concretizar a possibilidade de expansão digital das FMs comunitárias.

A ausência de recursos impede ainda uma programação musical mais plural, na medida em que obsta a aquisição de um maior número de CDs. A pobreza do acervo é um dos fatores que dificultam a elaboração de uma programação musical rica e de qualidade, que contemple satisfatoriamente a diversidade de gêneros e gostos musicais, limitando o repertório das rádios que, muitas vezes, lançam mão da repetição dos poucos CDs que possuem.

Além disso, as emissoras comunitárias sisaleiras, a despeito dos esforços para garantir a pluralidade que concerne a um veículo de comunicação desta natureza, parecem encontrar alguns obstáculos para garantir, na prática, a diversidade na participação de entidades e segmentos sociais na programação. As razões para isso passam pelo desconhecimento de mecanismos que viabilizem esta participação, pelas dificuldades em gerir e organizar horários e programas conduzidos por diferentes atores e, em boa parte dos casos, há também o desinteresse da própria comunidade em ocupar os espaços que estão à sua disposição na emissora.

Por último, porém, de fundamental importância, se faz necessária a superação dos obstáculos políticos enfrentados pelas rádios comunitárias. Como já foi pontuado anteriormente, o semi-árido ainda sofre com a herança política deixada pelos coronéis. O clientelismo está presente nas relações políticas e com as instituições. Os ocupantes de cargos públicos se revestem de posturas antidemocráticas, cerceando o direito à informação da população. Os grupos políticos empreendem perseguições pessoais àqueles que apenas cumprem o dever de informar o povo.

Neste quadro, é comum que homens e mulheres que fazem comunicação comunitária sintam-se ameaçados e/ou despreparados para lidar adequadamente com as possíveis reações das figuras políticas. Isso se reflete na programação de algumas rádios, em que o caráter de cobrança aos poderes públicos fica comprometido ou limitado. Constitui, portanto, um importante desafio contornar a imaturidade política daqueles que se negam a reconhecer a importância do controle da administração pela Sociedade Civil.

### **Participação popular**

Os meios de comunicação comunitários inscrevem-se, idealmente, em um cenário de desejo de democratização. Nesse contexto, às rádios comunitárias é atribuído o importante papel de, enquanto expressões da Sociedade Civil, dotá-la das informações suficientes para a adoção de posicionamentos políticos, além de, na via inversa, constituir o canal de reivindicações e cobranças ao poder público, contribuindo para um exercício governamental que atenda às reais demandas e necessidades da comunidade.

A participação democrática se baseia em canais institucionais. Em primeiro lugar, de informação: não há participação popular sem informação qualitativamente pertinente e quantitativamente abundante sobre os problemas, os planos e os recursos públicos. Em segundo lugar, canais de consulta. Em terceiro lugar, canais de reivindicação e de protesto. Esses canais têm que ser visíveis, de amplo e fácil acesso e de contato freqüente (BORDENAVE, 1994, p.98).

A lei que regulamenta o Serviço de Radiodifusão Comunitária estabelece como uma das suas principais finalidades permitir aos cidadãos o exercício do direito de expressão, da forma mais acessível possível. Concepção que se alia aos depoimentos colhidos nesta pesquisa: dentro de tais discursos foi recorrente o uso da expressão “dar voz ao povo” ao referir-se aos objetivos de uma rádio comunitária.

Assim, considerando a rádio comunitária como uma possível instância de participação social e expressão dos membros de uma comunidade, merecem ser alvo de atenção as formas e níveis de participação popular nas rádios comunitárias da região sisaleira. A abertura concedida aos populares pelas rádios constitui um passo importante para a apropriação destes meios de comunicação pelo povo, para o acesso deste a um canal de reivindicação e para a expressão de interesses e demandas da comunidade. Igualmente, a avaliação da programação pelo ouvinte é um ponto-chave no funcionamento de qualquer rádio e, quando levada em conta na concepção da programação, constitui uma importante forma de participação.

Existem, porém, maneiras outras de participar. Bordenave defende que a participação popular deve ser mais intensa, ou seja, se dar em níveis mais elevados dentro de uma organização, através de uma intervenção mais direta no processo decisório. Mecanismos de participação popular devem ser criados para que o povo se aproxime cada vez mais de esferas de decisão mais elevadas, tais como a formulação da doutrina e da política da instituição, a determinação de objetivos, o estabelecimento de estratégias e projetos, e a alocação de recursos e administração das operações, extrapolando os níveis de execução e avaliação das ações.

Assim, pode-se vislumbrar para as rádios comunitárias uma maior participação popular também no que diz respeito à concepção e planejamento. Entretanto, existem condições práticas que dificultam tal participação. Em algumas entrevistas, como no caso da Rádio Coité FM, revelam-se dificuldades para efetivar o ideal de “dar voz ao povo” de forma plena no cotidiano das rádios. A entrevista na Valente FM também confirmou esta problemática. Inclusive, depoimentos coletados informalmente pontuam que a instalação da TV Valente acarretou alguns reflexos na rádio, promovendo um maior distanciamento da população.

A maior participação popular não diminui a importância do grupo gestor, ou seja, da diretoria da associação e da equipe que comanda a programação. Pelo contrário, evidencia-se mais uma vez a necessidade de uma coordenação, uma gestão que possibilite uma atenção constante às questões da rádio, e que viabilize os mecanismos para essa maior participação dos interessados, através de uma programação feita não apenas para a comunidade, mas também pela comunidade.

### **A mediação dos conflitos**

Como ocorre em qualquer entidade, independentemente de sua natureza jurídica, quer seja pública, privada ou não-governamental, os conflitos permeiam algumas das relações internas e externas das rádios comunitárias. É natural que eles existam, visto que uma organização constitui uma intrincada rede de relações, e administrar contempla também mediar possíveis conflitos que venham a ocorrer na trajetória da instituição.

Os conflitos com políticos e empresários da comunicação fazem parte da história das instituições que prestam serviço de radiodifusão comunitária. Como também os conflitos com outras entidades e, em alguns casos, atritos pessoais que acabam gerando represálias para a rádio.

O caráter de cobrança do poder público, de denúncia e de conscientização política da rádio comunitária traz como consequência direta o incômodo dos poderes estabelecidos. As entrevistas revelam que essa é uma realidade comum a todas as rádios, suscitando, como já foi dito, diversos tipos de perseguições e resultando em processos, prisões e ameaças aos integrantes do movimento.

Eu mesmo já fui até preso, porque me chamam de nego ousado, atrevido. Porque no momento que você vai questionar, vai denunciar as coisa errada, é atrevido, é moleque, é malandro, é tudo. [...] A semana passada mesmo eu recebi um recado. [...] E sabe o recado que me deram? Um menino que trabalha na outra rádio me disse: “não, essa rádio aqui [a Cruzeiro FM] se abrir o pessoal vai ligar lá pra Salvador pra mandar o grupo de ACM fechar”. (Respira fundo) Quer dizer, olha o que eles fazem, né? (ENTREVISTADO CRUZEIRO FM, 2004).

É porque cidade pequena, a maioria das pessoas acaba tendo alguma dependência política e aí não se agrada quando a população fala alguma coisa que vai de encontro aí a quem tá no poder. [...] Aí começaram a dizer que a rádio tá fazendo confusão, tá batendo na administração... Mas na verdade a rádio continua a mesma, só que os poderes vão mudando e aí as pessoas que estão no poder, quando tem alguma notícia que é o povo que fala e é a verdade, dói, e aí não gosta (ENTREVISTADO VALENTE FM, 2004).

Outra força opositora do movimento de rádios comunitárias são os empresários das emissoras comerciais. Sentindo-se prejudicados em sua audiência cativa após o surgimento da Radiodifusão Comunitária, estes procuram utilizar-se de seu poderio econômico e de sua

força política - através de *lobby*, inclusive - para minar o desenvolvimento e a legalização das emissoras comunitárias.

A dificuldade maior que eu vejo é que eu acho que o *lobby* deles, das organizações comerciais, persegue, e eles têm o meio e o poder de frear. Porque eles não querem rádio comunitária. A gente sente isso, né? Lá mesmo, da última vez, a gente soube que foi o pessoal da outra rádio que chamou a Anatel pra ir pra lá... Porque eles não querem a concorrência, né? E rádio comunitária é uma coisa que tira também a audiência deles e tira também os comerciais, porque, tudo bem que a gente não faz comercial pra empresa, mas aquele pessoal que tem o doce lá no fundo do quintal, o beiju, o que quer vender, tem um espaço na rádio comunitária que na comercial não tem, porque o cara não tem condições de pagar (ENTREVISTADO CRUZEIRO FM, 2004).

Existe uma intervenção da questão política pra não deixar a rádio comunitária sobreviver... Porque eles sabem que a sobrevivência da rádio... comunitária é a morte da rádio comercial. Eu garanto hoje, que aqui, se a gente tiver ruim, com a programação ruim, nós temos hoje uns 78% de audiência (ENTREVISTADO QUEIMADAS FM, 2004).

Em nível nacional, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – Abert se configura como uma grande força das rádios comerciais. Segundo matéria publicada no site Agência Brasil, chegam à Abert mensalmente cerca de 100 denúncias contra as rádios comunitárias. De acordo com o assessor jurídico da Abert, Rodolfo Moura, "dessas, algumas não têm condições de serem levadas adiante – por falta de dados – e nós fazemos aproximadamente umas 50 (denúncias), por mês, aos órgãos competentes do governo" (MOURA apud OFUGI, 2005).

Além disso, a Abert acompanha e cobra da Anatel o andamento dos processos. De fato, as emissoras que prestam o serviço de radiodifusão comunitária não possuem uma associação ou representantes com tamanho poder de barganha junto às autoridades públicas, e capazes de competir em pés de igualdade com o *lobby* da Abert.

Atritos de outras naturezas se incorporam ao cotidiano das rádios. Na Arcos FM, o entrevistado revelou que ex-locutores, suspensos pela diretoria por má conduta, são alguns dos autores das denúncias contra a rádio. Em Coité, a rádio comunitária carrega o estigma de estar ligada à Igreja Católica, o que dificulta as relações com membros de outras religiões. Em Tucano, um conflito pessoal entre o presidente da Cruzeiro FM e a presidente do STR motivou a suspensão dos recursos destinados por esta instituição à rádio comunitária.

Embora haja conflitos – alguns deles inevitáveis devido à atuação política das rádios, outros que podem ser atenuados a partir de algum tipo de mediação – as equipes das rádios comunitárias prosseguem corajosamente seu trabalho, sustentando-se em relações de cooperação e solidariedade estabelecidas com organismos, entidades e movimentos sociais da região, a exemplo do MOC.

## capacitação

Os entrevistados apontaram a existência de demandas por capacitação em alguns aspectos inerentes ao funcionamento da rádio e à sua programação. Foi citada a necessidade de capacitação dos locutores para estarem à frente dos programas das emissoras sisaleiras. Esse apelo parece se relacionar também à orientação acerca dos formatos e linguagens apropriados para as emissoras comunitárias.

Um segundo aspecto toca a avaliação da recepção, ou seja, os mecanismos utilizados pelas rádios para coletar opiniões e dimensionar a aceitação da audiência. “[Sobre o mecanismo de avaliação das opiniões do público] Nós estamos precisando disso, de uma orientação, de um apoio pra gente poder medir isso” (ENTREVISTADO QUEIMADAS FM, 2004).

Uma terceira necessidade sentida pelos integrantes do movimento advém das dificuldades em estruturar a programação, que em alguns casos se constrói com base no improvisado. Além disso, esta grade deve corresponder aos princípios de pluralidade, valorização da cultura local, informação e educação, dentre outros listados na lei 9.612. O ponto desafiador está justamente na transformação destes princípios em programas e conteúdos veiculados nas rádios.

Alguns entrevistados expressaram ainda a carência de um norte no que diz respeito ao tratamento de questões delicadas, como por exemplo, as cobranças às instâncias governamentais: “Mesmo porque não há um certo preparo por parte de alguns comunicadores pra se envolver no campo político. Porque pode dar uma conotação de que a rádio estaria priorizando, apoiando qualquer partido” (ENTREVISTADO CULTURA FM, 2004).

Algumas declarações revelaram igualmente certa insegurança, por parte dos integrantes do movimento, no que tange as denúncias relacionadas a personalidades locais, a condução do processo eleitoral, a veiculação de músicas consideradas ofensivas pelos movimentos sociais, dentre outros aspectos que implicam uma atuação unificada e um discurso homogêneo por parte das rádios comunitárias. Emerge daí, um outro importante desafio: a articulação destas emissoras.

A questão que a gente precisa se especializar mais... A gente tinha um grupo antes de jovens e desistiram de trabalhar com a questão da fiscalização do poder público, essa coisa toda, né... Que esses jovens eram daquele projeto dos jovens comunicadores... (ENTREVISTADO NORDESTINA FM, 2004).

Nós fomos a alguns encontros do MOC e lá e eles disseram que podíamos promover alguns debates, essa coisa toda... Só que o que eu senti que nossa equipe, por mais que a gente vá no MOC e tudo, a equipe é pequena

e não temos a formação suficiente... Eu fiquei sinceramente na presidência com medo, né? Com medo de constranger... Se a gente fosse agradar um lado ia desagradar ao outro... E na hora do debate e tudo podia [...] quebrar certa coisa e iam se vingar da emissora... (ENTREVISTADO NORDESTINA FM, 2004).

Também com relação à programação na rádio, à programação. Que tipo de música, que tipo de programa pode ir ao ar, não é? Sobre o processo político eleitoral, como é que se deve ser discutido? Se pode haver ou não debate político? E como é que deve ser conduzido esse processo... e outros assuntos também... (ENTREVISTADO SANTA LUZ FM, 2004).

Por fim, na medida em que todas as rádios são estruturas organizacionais às quais se alia a função comunicativa, estas demandam, para o andamento normal de seus trabalhos, certo grau de conhecimento em administração por parte de seus integrantes. Na III JAPES, o grupo de Gestão de Organizações Sociais considerou como uma das prioridades para as entidades a busca de capacitação em gestão. Diante das variáveis analisadas até aqui, parece se configurar como um dos desafios também das emissoras comunitárias a preparação para gerência destas entidades.

### **Articulação**

Percebe-se que para a superação dos inúmeros desafios que se apresentam nas instituições comunitárias de radiodifusão, faz-se necessária a interação entre estas entidades, possibilitando a troca de experiências, a busca conjunta de soluções e a construção coletiva do conhecimento. Enfim, um maior grau de articulação emerge como uma das principais problemáticas para o fortalecimento das emissoras comunitárias.

O MOC vem tendo uma atuação fundamental neste sentido, conclusão extraída dos depoimentos coletados. A promoção de encontros e seminários para as entidades, de cursos de capacitação para comunicadores, além do oferecimento de algum suporte financeiro, são citadas como importantes contribuições para a estruturação das rádios comunitárias.

Em um plano ideal, o principal espaço de encontro e troca de experiências para as emissoras comunitárias ora em estudo seria representado pela Associação de Rádios e Televisões Comunitárias do Território Sisaleiro, conhecida como Abraço-Sisal por ter nascido como uma sub-regional da Abraço Estadual (Associação Brasileira de Rádios Comunitárias no Estado da Bahia). A Abraço - Sisal foi fundada com o objetivo de congregar e fortalecer a radiodifusão comunitária na Região Sisaleira.

No entanto, alguns depoimentos levam a constatar que a atuação desta associação tem sido insuficiente frente às demandas que o movimento de rádios comunitárias da Região Sisaleira vêm apresentando, especialmente no que diz respeito à viabilização de

espaços de discussão, articulação, capacitação e assessoria para as rádios comunitárias, necessidades expressas de forma patente nos testemunhos examinados.

A Abraço, inclusive em reuniões, eu fazia parte... Cheguei até a fazer parte da diretoria da Abraço, e sugeri o seguinte... Porque é uma entidade que tem tudo pra dar certo. Como tudo pra dar certo? Porque se eu tô querendo adquirir conhecimento com isso, tô querendo organizar a minha rádio, eu tenho que ter alguém lá na frente que vai lutar por mim. Como? A Abraço precisaria conseguir puxar mais cidades pra orientar... O que faltou na Abraço, pra resumir, tá no MOC. E seria o quê? Um apoio pra dar cursos, um apoio pra reunião, pra poder explicar pra você o que é rádio comunitária, saber com quem você tá lidando, saber os critérios... (ENTREVISTADO ÁGUA FRIA FM, 2004).

Apesar das vontades e esforços dos integrantes do Movimento de Rádios Comunitárias, a falta de recursos e a ausência de espaços e eventos voltados para congregar as emissoras em prol de suas questões e problemáticas fazem com que a articulação entre estas entidades ainda esteja em um estágio elementar. Existe de fato um imenso potencial de articulação – ainda latente, mas perceptível pela motivação e persistência apresentada pelas equipes das rádios comunitárias – que necessita de meios e espaços institucionais para se concretizar.

O presente texto buscou sistematizar as principais potencialidades e fragilidades das rádios comunitárias, apontando caminhos e indicando prioridades. Assim, as perspectivas vislumbradas para as emissoras comunitárias da região sisaleira serão construídas a partir dos desafios aqui expostos.

## **PERSPECTIVAS**

---

No item Desafios, foi apresentada uma série de dificuldades que as rádios comunitárias da região sisaleira vêm enfrentado no que diz respeito à organização de uma associação mantenedora e a composição de sua respectiva diretoria e do conselho comunitário. É bem provável que essas dificuldades apresentem-se como questões centrais a serem solucionadas, uma vez que suas conseqüências implicam em uma série de outros problemas que afetam diretamente o funcionamento das rádios – por exemplo, a escassez de recursos por conta de uma associação mal articulada ou os problemas com a documentação no processo de legalização. De fato, os motivos e as conseqüências de tais dificuldades são diversos, tendo sido expostos de forma cuidadosa anteriormente.

No decorrer deste estudo, foram investigadas, com maior atenção, cerca de dez experiências com rádios comunitárias em diferentes municípios da região. De modo geral, essa investigação permitiu perceber que entre essas rádios existem não só aspectos



semelhantes, mas também aspectos singulares – nem todas as associações das emissoras enfrentam ou enfrentaram os mesmos conflitos, tendo algumas delas encontrado meios de lidar com certas dificuldades. Então, o objetivo aqui é, a partir dessas experiências positivas, apresentar alguns caminhos possíveis que permitam lidar com as questões centrais para o funcionamento das rádios.

### **A relação entre associação e rádio comunitária**

Um primeiro aspecto a ser levado em conta diz respeito à natureza da relação que se estabelece entre a associação mantenedora e a rádio comunitária. Segundo a Lei 9.612/98, que regulamenta o serviço de radiodifusão comunitária, a emissora deve estar vinculada a uma entidade comunitária, que entraria com o pedido de outorga<sup>8</sup>. Na região, de modo geral, as rádios não surgiram ligadas a uma entidade em particular, e as tais associações mantenedoras começaram a surgir após a busca pela legalização. Ou seja, surgem primeiro as rádios comunitárias e, para que estas possam ser legalizadas, são criadas as associações mantenedoras. A impressão que se tem é que as associações pertencem às rádios e não o contrário. Nessa perspectiva, a emissora torna-se o principal objetivo a ser alcançado – fala-se muito na diretoria da rádio – e a associação é entendida como uma mera formalidade.

No entanto, essa lógica precisa ser invertida. A idéia é que a rádio pertença à associação comunitária, e por extensão à comunidade. Uma associação comunitária é uma entidade que deve surgir para atender às necessidades de uma comunidade, desenvolvendo ações que contribuam para o desenvolvimento dela. A associação por si só possui uma missão e objetivos e é a diretoria desta associação que irá garantir que sejam cumpridos. A rádio comunitária surge então como uma ação da entidade a fim de suprir as carências da comunidade e de outros movimentos sociais. Parece simples, mas de fato não o é. Tudo isso implica afirmar que, antes da rádio funcionar, quem deve estar funcionando é a associação; assim como, antes da rádio ser legalizada, a associação é que deve estar legalmente constituída. Concretamente, não importa quem surge primeiro – se a rádio ou a associação – contanto que esta concepção esteja clara entre seus idealizadores.

Uma vez dito isso, cabe aqui uma observação. De maneira alguma, as afirmações anteriores devem ser entendidas como uma redução da importância das rádios comunitárias. No capítulo 1 – Memória, já foi exposta a importância que o rádio de um modo geral e a rádio comunitária especificamente tiveram e ainda têm na cultura brasileira, além

---

<sup>8</sup> Art 1º Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.

da necessidade crescente dos movimentos sociais em expressarem suas opiniões. É indiscutível a contribuição que as rádios da região oferecem aos movimentos sociais na divulgação de suas atividades, no controle de políticas públicas, no resgate da cultura popular, na educação da comunidade etc.

O que está posto em discussão encontra-se na relação entre associação e rádio comunitária, não no grau de importância de um ou de outro. Uma vez compreendida esta relação, percebe-se que a associação é a base sobre a qual serão erguidos alguns pilares que sustentaram a comunidade – entre eles, a rádio comunitária. Isso quer dizer que, uma entidade cujo objetivo seja o apoio à comunicação comunitária, uma vez possuindo uma rádio consolidada, pode voltar-se para outros meios de comunicação, tais como jornais impressos, TVs ou até mesmo a internet (tele-centros). A rádio deixa de ser a finalidade última e passa a ser um passo inicial.

Um exemplo concreto pode ser extraído da experiência do município de Água Fria, onde a rádio comunitária surgiu vinculada a uma entidade que já realizava outras atividades junto à comunidade, a Associação Comunitária de Água Fria e Barra. Por conta disso, uma dificuldade tal como a escassez de reuniões entre membros da diretoria foi superada, uma vez que as reuniões da associação, que acontecem mensalmente, são utilizadas para discutir uma série de questões, onde a rádio é apenas uma delas. Isso implica que a associação já possuía um funcionamento regular – sua diretoria encontrava-se comprometida com a entidade – e a rádio foi uma extensão desse processo. É essa idéia apresentada pelo modelo de Água Fria que precisa ser transmitida para as demais rádios.

### **A composição da diretoria e do conselho comunitário**

O segundo aspecto a ser considerado diz respeito à composição da diretoria e do conselho comunitário, ambos fundamentais para o funcionamento das associações e, por extensão, das rádios. De modo geral, no momento da fundação das associações mantenedoras, optou-se por compor a diretoria com representantes das diversas entidades do município. Quase todas as associações estudadas foram constituídas dessa forma, contudo, apesar de parecer democrática, essa opção não tem sido muito eficaz. Acontece que, por conta dessa pluralidade de entidades, alguns membros de diretorias não conseguem encontrar horários em comum para se reunirem e outros acabam dedicando-se às outras entidades. A impressão aqui é de que as diretorias são constituídas *pro forma*, apenas para suprir a documentação exigida pela Lei.

De fato, a Lei em si não exige em nenhum momento que a diretoria da associação seja composta por representantes das diversas entidades do município – esta é uma exigência reservada ao conselho comunitário – sendo mesmo uma opção dos idealizadores.

No entanto, a experiência da cidade de Santa Luz tem revelado um caminho mais promissor. Após muitas discussões e reuniões, a diretoria da associação mantenedora foi reestruturada dando prioridade àqueles que dispunham de tempo e interesse em ocupar cargos e efetivamente desempenhar as atribuições destes. Segundo Edisvânio Nascimento<sup>9</sup>, após a reorganização as dívidas foram sanadas, a programação rediscutida e a documentação da rádio regularizada, a fim de dar andamento ao processo de legalização.

A proposta aqui, então, é de que a diretoria seja composta por aqueles que de alguma forma se identifiquem com a missão e os objetivos da associação e a ela queiram dedicar tempo e esforço – lembrando sempre que a entidade possui dimensão mais ampla que a rádio em si. Os locutores envolvidos com a rádio potencialmente podem vir a compor a diretoria, mas esta tarefa também não fica restrita a eles. O que quer dizer que, ainda assim pessoas vinculadas a outras entidades podem vir a fazer parte da diretoria da associação mantenedora, desde que concordem com a proposta acima.

Formar uma diretoria com pessoas dedicadas à associação garante também, ao que tudo indica, resolver uma outra questão: a capacitação dos diretores. Frequentemente, as entidades têm reclamado que capacitam seu pessoal e alguns acabam atuando fora do movimento. Muitos são os motivos que conduzem a essa situação. No entanto, a presença de pessoas identificadas com a causa, dedicadas ao movimento, oferece alguma segurança a mais quanto ao investimento em capacitações, que são indiscutivelmente necessárias – desde a capacitação referente a assuntos jurídico-administrativos das entidades, conteúdos políticos (controle de políticas públicas, por exemplo), até noções de produção e execução de atividades em meios de comunicação comunitária.

Se a diretoria for composta por membros da comunidade que se dediquem à associação mantenedora, como garantir a participação das diversas entidades na organização da associação e na programação da rádio? A resposta parece apresentar-se de duas maneiras: a primeira seria compor o conselho fiscal da associação com membros representantes de outras entidades do município. Desse modo pode ser garantida a pluralidade na entidade mantenedora, sem exigir excessivo tempo e dedicação de quem não dispõe, uma vez que o conselho fiscal não precisa se reunir com tanta frequência. A segunda solução é apresentada como exigência da própria Lei:

Art 8º A entidade autorizada a explorar o Serviço deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º desta Lei (BRASIL, 1998)

---

<sup>9</sup> Locutor e membro da direção da rádio Santaluz FM.

19.4. A entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por, no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local ou, nos casos enquadrados no subitem 13.5, da área urbana da localidade, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º- da Lei n.º 9.612, de 1998.

19.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente, sempre na data de aniversário da outorga, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação considerando, entre outros aspectos, o atendimento dos objetivos estabelecidos no subitem 19.4.

19.4.2. A entidade deverá manter disponível e atualizado, para qualquer solicitação ou inspeção do Ministério das Comunicações, o ato que estabeleceu a composição do Conselho Comunitário (BRASIL, 2004).

Segundo a legislação, é o conselho comunitário que deve garantir a participação das diversas entidades da comunidade e a ele é atribuída a função de fiscalizar a programação e o caráter comunitário da rádio. Inclusive o conselho possui o poder, através de seus relatórios, de fechar a rádio comunitária. É aqui que obrigatoriamente a pluralidade está garantida. No entanto, os conselhos comunitários têm independência em relação à diretoria da associação mantenedora (e vice-versa), podendo possuir um calendário próprio de reuniões. Isso quer dizer que o funcionamento da rádio não será prejudicado, caso os membros do conselho não consigam um horário em comum para se reunirem. Mas, o que de fato deve existir é uma comunicação dialógica entre os membros da diretoria e os do conselho, a fim de que seja garantido o caráter comunitário que a associação e a rádio devem possuir.

Tendo em vista esse último aspecto, o do estabelecimento de uma comunicação dialógica, é importante que a associação sempre busque expandi-lo o máximo possível. Isso implica não só manter o diálogo com as diferentes entidades envolvidas nos movimentos sociais, como também as instituições do poder público local e as instituições do comércio. Essa perspectiva pressupõe não só o caráter comunitário da associação, mas também o caráter democrático, além de ampliar seu potencial de articulação na região.

## **CAPTAÇÃO DE FUNDOS: algumas estratégias possíveis**

É evidente que a questão da organização da associação e do fortalecimento dos laços entre os seus membros constituem-se, ambos, na pedra fundamental para que a rádio comunitária seja mantida no ar e possa cumprir os seus papéis sociais, culturais e

políticos. Contudo, há outras questões que assumem importância fundamental para assegurar o seu funcionamento. Entre essas, a captação de fundos exige atenção especial porque dela depende a sua sustentabilidade material. É óbvio que desde o momento da aquisição dos equipamentos básicos, preparação de um espaço físico onde possa ser instalada a rádio e mesmo a viabilização das conexões que devem existir entre a rádio e suas comunidades, vão surgindo também despesas que necessitam de fundos para cobri-las.

Como a rádio pertence à associação, por exigência da própria lei 9.612, ela não tem personalidade jurídica por si só. Deste modo, é a associação que, em última instância, deve ser responsável tanto pela geração dessas despesas, como pela captação dos fundos necessários para cobri-las. Este é o sentido da existência de um diretor tesoureiro integrando a diretoria da associação. Se os membros da rádio fazem coleta de qualquer fundo sem o devido registro na tesouraria da associação, poderá haver o funcionamento de dois caixas, coisa desaconselhável, porque, sendo a rádio de propriedade da associação e conseqüentemente pertencente à Comunidade, estabelece-se uma exigência ética no sentido de que todos os fundos recolhidos, assim como os seus respectivos usos pela rádio, sejam de conhecimento de todos os que contribuem.

Toda e qualquer arrecadação deve ser depositada em conta bancária aberta em nome da associação e ser devidamente registrada, assim como o seu uso para conhecimento público. Isso aumenta consideravelmente a confiabilidade da associação e da rádio junto aos associados e ao público em geral, assim como junto aos colaboradores tanto eventuais, como permanentes. O zelo com o qual se administra os recursos advindos da comunidade constitui-se num indicador fundamental para se avaliar o grau seriedade e de compromisso de uma determinada instituição perante os seus membros e a sociedade mais ampla. Qualquer descuido nesse particular pode gerar suspeitas e sérios danos, talvez até irreparáveis à imagem tanto da rádio, como das instituições que a apóiam. Além do mais, uma ausência de controle sobre as diferentes formas de arrecadação dos fundos, assim como seus desembolsos podem dar ocasião a abusos de pessoas de pouco escrúpulo.

Em resumo, deve-se deixar claro que a rádio é um serviço da associação comunitária dentro da sua área de abrangência. Assim ela não se deve constituir como uma entidade a mais, além da associação comunitária. Desse modo, dentro do planejamento anual e estratégico que venha a ser feito pela associação, a rádio será um dos pontos centrais, mas não o exclusivo. Como se trata de uma associação voltada para a comunicação comunitária, ela deve preocupar-se com o desenvolvimento social, cultural e político da comunidade à qual serve. Diante disso, o seu planejamento deverá contemplar atenção especial às manifestações culturais da comunidade, seminários dentro da

comunidade sobre o papel da comunicação no fortalecimento da democracia e da convivência harmoniosa entre as diferentes pessoas e outros temas dessa natureza.

Reitera-se aqui a necessidade de que todas os problemas, encontrados pela rádio e sua respectiva associação, devem ser analisados por elas para que as suas soluções também possam emergir dessa reflexão conjunta. Desse modo nem os problemas surgidos devem ser repassados somente à reflexão dos outros, tampouco as respostas para eles devem vir de fora. Isso não significa dizer que não se deva contar com o apoio e assessoria externos à comunidade. Há que se considerar que tanto os apoios, como as assessorias externas, se são praticados de forma dialógica, podem contribuir em muito para o fortalecimento da base de sustentação da rádio, da associação e dos movimentos sociais em geral. Diante dessa consciência é que serão sugeridas, a seguir, algumas possíveis estratégias de captação de fundos. Além das sugestões abaixo, muitas outras formas podem e devem emergir:

- **Apoios culturais.** Estes já estão previstos na própria lei 9.612, em seu Artigo 18 que assim dispõe: “As prestadoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária poderão admitir patrocínio, sob a forma de apoio cultural, para os programas a serem transmitidos, desde que restritos aos estabelecimentos situados na área da comunidade atendida”. Do mesmo modo estabelece o apoio cultural, em seu artigo 32, o Decreto 2.615 de 03/06/1998 que aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
- **Contribuições sociais** – Estabelecer contribuições mensais em Assembléias Gerais dos Sócios da Associação Comunitária responsável pela rádio, cuja arrecadação deverá cobrir ao menos as despesas regulares como luz, telefone, água, assinatura de provedor e aluguel de sede.
- **Parcerias** – Uma vez conhecidos certos custos extraordinários decorrentes da aquisição de equipamentos, despesas com instalações, reformas e outros gastos eventuais, podem ser estabelecidas parcerias com outras entidades da Comunidade, repartindo-se o custo em cotas a serem cobertas por cada um dos parceiros.
- **Atividades lúdicas** – Podem ser promovidas periodicamente Festas Beneficentes, Leilões com doações realizadas pelos membros da própria comunidade, além de Bingos com o propósito de arrecadar fundos para a manutenção da Rádio, tanto na sede municipal, como nos distritos do interior.
- **Pedidos às empresas estatais** – Periodicamente, os Bancos do Brasil, do Nordeste e Caixa Econômica Federal e estatais como a Petrobrás, trocam

seus mobiliárias, adquirem computadores mais atualizados e, na maioria das vezes, esses descartes estão em boas condições de uso e podem ser doados à associação comunitária que, com eles podem ampliar os serviços à comunidade também na área da comunicação criando, por exemplo, telecentros ampliando assim os espaços de participação da comunidade e sobretudo de jovens e adolescentes.

- **Projetos de apoio** – Podem ser apresentados projetos bem fundamentados às Fundações das empresas estatais ou mesmo às particulares como a Fundação ABRINQ que se dispõem a apoiar causas sociais. Nesse sentido devem também ser lembradas as possibilidades de apresentar projetos às Agências internacionais de apoio solidário.

## **PROCESSO DE LEGALIZAÇÃO**

Os dados da pesquisa mostraram a importância da normalização jurídica das rádios para o fortalecimento dessas entidades junto às suas comunidades e melhor empreendimento de suas atividades. Assim, é importante o constante incentivo à legalização e a elaboração de estratégias para a concretização desse objetivo. São muitas as dificuldades que vão desde o conhecimento dos procedimentos para inscrição no Ministério das Comunicações à captação de recursos para o custeamento das etapas da legalização como o projeto técnico e a aquisição de equipamentos.

Notou-se uma grave escassez de orientação e acompanhamento do processo de legalização, necessitando do desenvolvimento de estratégias de ação para a implementação e acompanhamento desse processo bem como de uma contínua assessoria jurídica junto às rádios. A assessoria jurídica deve não somente fornecer informações sobre o processo de legalização como contribuir com o fortalecimento das rádios quanto aos seus direitos e poderes legais – como apelo à população – em caso de embate com a Anatel ou Polícia Federal.

A Abraço como associação responsável pelo conjunto das rádios deve ser a principal entidade responsável por essa assessoria. É necessária uma sistematização no processo de legalização onde todas as fases sejam acompanhadas e esclarecidas às rádios interessadas. Assim a rádio apta à legalização deve conhecer os procedimentos a serem seguidos evitando atrasos quanto aos prazos de entrega da documentação e falhas no preenchimento, pois esses problemas foram identificados como freqüentes tornando moroso o trâmite para a legalização.

Antes do encaminhamento ao Ministério das Comunicações, toda a documentação deve ser acompanhada pela assessoria da Abraço e deve-se orientar a reprodução em três vias sendo uma para o Ministério, outra para a Abraço e uma última para a entidade inscrita pretendente à legalização. Esse procedimento deve facilitar o acompanhamento do processo e evitar dúvidas quanto à documentação enviada, outro problema freqüente identificado durante a pesquisa.

Observamos que o acompanhamento e orientação quanto à legalização deve acontecer em todos os estágios, evitando que se perca alguma fase o que comprometeria o processo. Assim, faz-se necessário também o acompanhamento junto ao Ministério das Comunicações relatando o andamento dos processos e estabelecendo uma comunicação contínua com as rádios e suas entidades representativas para dar brevidade ao processo de outorga.

Essa assessoria poderia ser feita das seguintes formas:

- **Em parceria com parlamentares representantes da região em Brasília.** Esse deve ser um acordo firmado entre os representantes e as entidades regionais e não somente um contrato verbal como comumente acontece. O parceiro deverá entregar um relatório mensal – ou quinzenal – apresentando a situação dos processos de legalização das rádios inscritas na parceria.
- **Em parceria com a CONTAG, em Brasília,** para que através de sua Assessoria de Comunicação possa fazer um acompanhamento mais efetivo dos processos que são encaminhados ao Ministério das Comunicações. Essa idéia encontra apoio no fato de que os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais invariavelmente estão entre os principais interessados na regularização das rádios, além de serem membros fundadores das associações de radiodifusão comunitária.
- **Em parceria com a Pastoral da Comunicação em Brasília.** A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, tem, desde sua criação, uma forte atuação junto aos movimentos populares do Brasil. Desta forma, poderiam ser desenvolvidas gestões no sentido de que a própria Pastoral da Comunicação, em Brasília, pudesse acompanhar esses processos junto ao Ministério das comunicações.
- **Com a contratação de uma empresa especializada em rádios comunitárias.** Em pesquisa por Internet foi localizada no Mato Grosso do Sul a empresa *Boaventura Advogados Associados* com bons resultados naquela região. O site para maiores informações é:



<http://www.advocaciaassociada.com.br/boaventura/> . Apesar do custo com um serviço terceirizado, uma empresa especializada e conhecedora dos trâmites pode contribuir com sua experiência, agilizar os processos além de fornecer assessoria para os demais assuntos jurídicos referentes às rádios.

No que diz respeito ao projeto técnico, poderia ser estabelecida uma parceria com a Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, que através do Observatório Antares, que dispõe de reconhecida capacidade técnica instalada para desenvolver os estudos necessários para localização das coordenadas onde devem atuar as rádios, elaboração dos arruamentos com imagens de satélite, e outros requisitos técnicos e legais. Como se trata de organizações comunitárias sem fins lucrativos, é provável que possa ser celebrado um convênio que implique em custos mais reduzidos.

Outro item relevante diz respeito às orientações para o funcionamento das rádios enquanto corre o processo no Ministério das Comunicações. O Movimento de Organização Comunitária-MOC tem orientado sobre as atitudes a serem tomadas caso a Anatel ou a Polícia Federal optem pelo lacramento ou apreensão do equipamento, porém a pesquisa apresentou dados mostrando que nem todos conhecem a legislação e nem estão preparados para essa situação. Assim, faz-se necessária uma melhor orientação quanto ao preparo das rádios comunitárias para lidar com a Anatel e com a Polícia Federal, e a disponibilidade de telefones – possivelmente as parcerias citadas antes – para que possam solicitar ajuda jurídica neste momento.

Por fim, deve ser incentivada a criação de documentos/propostas reforçando a campanha para a alteração da Lei 9.612/98 nos aspectos prejudiciais ao movimento de rádio comunitária. Esses documentos podem ser endossados pelas comunidades atendidas através de campanhas de comoção social onde podem ser esclarecidas à população as dificuldades enfrentadas pelas rádios devido à Lei. Esses documentos podem conter relatos e experiências das rádios como demonstração de pleno conhecimento e interação com o movimento comunitário e com a Lei. Podem ser anexados também a esse documento relatos de especialistas, juristas e técnicos, condenando os aspectos negativos da Lei. Essa campanha deve ser a mais ampla possível representando um movimento unido em prol dessas alterações. Juntamente a essa campanha poderão ser feitas parcerias com outros movimentos de rádios comunitárias ou entidades brasileiras que têm se dedicado ao desenvolvimento de projetos para a alteração dessa Lei.

## **PROGRAMAÇÃO**

---

É através da sua programação que uma emissora comunitária tem a possibilidade de concretizar seus ideais e atender aos princípios de valorização da cultura local, pluralidade, educação, informação, utilidade pública, arte e integração da comunidade, todos atrelados por uma concepção ética e democrática da comunicação. Por isso, a estruturação da programação se apresentou, durante a pesquisa realizada, como uma questão merecedora de especial atenção, diante dos desafios constatados.

Indubitavelmente, a programação das FMs em estudo deve privilegiar os interesses comunitários. Assim, deve-se fortalecer a perspectiva de valorização da cultura local. Já existem algumas iniciativas nesse sentido, mas é necessário que esta concepção se dissemine por todas as rádios e que sejam criados mecanismos para garantir, além de uma maior participação de artistas e grupos locais na programação, uma maior ênfase à importância das manifestações culturais regionais.

A realização de pesquisas acerca da história, da economia e da cultura do município é um primeiro passo para que as rádios atinjam um nível satisfatório de informação sobre o cenário local. O trabalho conjunto com Escolas e Unidades de Jornada Ampliada - UJAs em cada cidade configura-se como uma estratégia para a captação e até mesmo divulgação destas informações. Sugere-se que, através de parcerias das associações com escolas e UJAs, os estudantes – supervisionados por professores – realizem pesquisas sobre as características da região em que vivem, e socializem os conhecimentos daí resultantes através de momentos específicos na programação das emissoras. O que certamente implicará também um maior envolvimento de professores, estudantes e pais com as rádios comunitárias.

A cobertura de eventos relativos às manifestações artísticas e culturais da região e do município deve constar como um ponto prioritário da pauta das emissoras. Nestas ocasiões, as FMs comunitárias podem promover concursos de textos (poesias, contos, matérias, etc.) e desenhos sobre a manifestação cultural ou evento em andamento. Além disso, as rádios podem organizar premiações de artistas locais, destinando à comunidade a função de júri, já que a participação da população é fundamental para que esta possa sentir-se também incluída no que está se chamando de “cultura local”.

A relação com a comunicação massiva foi diagnosticada como uma das questões problemáticas das rádios comunitárias. Principalmente porque a população ouvinte sofre influência da chamada cultura de massa e, muitas vezes, apela para que a emissora

comunitária reproduza músicas de sucesso nas rádios comerciais, mas de teor considerado ofensivo. No entanto, algumas experiências, especialmente da Rádio Santa Luz FM, da Arcos FM e da Valente FM delineiam possíveis caminhos a serem percorridos. Estas rádios promoveram debates com a comunidade para a discussão dos conteúdos das canções e conseguiram, através de um processo democrático no qual as soluções são construídas em conjunto, legitimar a não veiculação deste tipo de música.

Conseqüentemente, se faz necessário que as emissoras da região sisaleira promovam instâncias de maior interação com a comunidade, não apenas para a discussão dos conteúdos musicais, mas para a avaliação de todos os demais aspectos da programação. Uma destas instâncias já está legalmente instituída. Trata-se dos Conselhos Comunitários, que devem ser fortalecidos, na medida em que constituem organismos de representação das entidades da comunidade e possuem o importante papel de fiscalizar e sugerir alterações no quadro de programação a fim de tornar funcional o objetivo comunitário da rádio. Deve-se então criar meios de efetivação dos Conselhos Comunitários nas associações mantenedoras das emissoras.

Também as festas e eventos realizados para a captação de recursos podem representar situações oportunas para o debate dos princípios que regem a programação da rádio, de que forma eles tem sido colocados em prática, além de buscar soluções para possíveis problemáticas, como por exemplo, a questão da perseguição política suscitada pelos programas jornalísticos e pelo caráter de controle público expresso na programação.

A fiscalização, a avaliação e a cobrança dos poderes públicos devem começar (ou continuar) a serem fortes diretrizes da programação das rádios. Na contramão das ações de represália contra comunicadores e diretores, deve ser articulado um movimento para o fortalecimento da consciência política da população e o encorajamento dos locutores e membros das emissoras de maneira geral. A perseguição aos membros do movimento de Rádios Comunitárias é suscitada pela permanência, no imaginário da população do semi-árido nordestino, de aspectos tradicionais do coronelismo, do clientelismo e do mandonismo. Ou seja, trata-se de uma questão cultural; e sabe-se que o processo para mudar este quadro não se completa de um dia para o outro.

Assim, a persistência dos integrantes de movimento comunitário no que diz respeito à cobrança do poder público se faz essencial para contornar a cultura política local, em um trabalho gradativo e constante, mas que certamente trará resultados importantes para o desenvolvimento do Território Sisaleiro e para a emancipação de sua população. As rádios comunitárias devem prosseguir firmemente em sua luta para transmitir as sessões das Câmaras de Vereadores, divulgar e avaliar as ações das Prefeituras e informar sobre o

andamento das atividades nas Comarcas. Sua conduta deve ser norteadada, obviamente, pela ética e pela defesa dos interesses da comunidade, não sendo expressão da parcialidade ou simpatia por determinados partidos ou figuras políticas. Os próprios integrantes do movimento devem atentar para estas questões e interagir entre si buscando cumprir estes princípios.

Alguns requisitos basilares para que esta função política das emissoras comunitárias possa ser cumprida são: a articulação das rádios entre si e com outras entidades, visando seu fortalecimento; a sensibilização da comunidade, formando em nível local uma forte base de apoio e esclarecendo frequentemente que a atuação da rádio como meio de acompanhamento e cobrança do poder é essencial a uma sociedade democrática; uma assessoria jurídica, para que os perseguidos possam se defender utilizando apropriadamente os instrumentos legais existentes; a capacitação, para utilização de uma linguagem apropriada e para lidar adequadamente com as reações do poder público; a captação de recursos para aquisição de equipamentos que viabilizem a programação jornalística. Estes aspectos estão sendo melhor desenvolvidos em tópicos específicos.

Com relação aos citados programas jornalísticos, uma perspectiva que se levanta é a criação de uma agência comunitária de notícias, que poderia estar vinculada à entidade de apoio regional – Abraço, com pessoal devidamente capacitado e munida de equipamento mínimo necessário, um computador com acesso à Internet, com endereço a ser disponibilizado para as diversas comunidades, assim como uma linha telefônica com pelo menos dois canais para serem disponibilizados ao público. Além disso, pode-se articular em cada comunidade um agente de comunicação que possa produzir informações, em âmbito local, a serem difundidas pelas rádios.

Do mesmo modo, na programação em geral, e especialmente na programação jornalística, sugere-se um melhor aproveitamento do potencial da Central Cyberela, integrando e intensificando a atuação em conjunto com as rádios comunitárias. Agência de Comunicação formada por jovens do Programa de Comunicação Juvenil do MOC – e apoiada pelo Unicef, pelo Instituto Credicard e pela ONG Cyberela Studio & CEMINA (Comunicação, Educação e Informação em Gênero), do Rio de Janeiro – a Central Cyberela é responsável pela coordenação da coleta das reportagens do Informativo Giramundo, publicação mensal com tiragem de 5 mil exemplares, distribuída em 55 municípios baianos.

A agência de notícias poderia ainda coordenar a edição de um programa informativo a ser transmitido diária ou semanalmente. Mais uma vez se faz necessária a capacitação, pois há que se ter uma boa estratégia de apuração das notícias, de modo especial aquelas de áreas mais distantes e que possam implicar em possíveis comoções e

desagregações. Essa própria agência poderia realizar a clipagem dos jornais de Salvador, da Região ou dos Municípios, além de auxiliar a edição de programas temáticos para a juventude, para a infância, para as mulheres, ou mesmo sobre temas como saúde preventiva e outros.

Toca-se aí em uma outra perspectiva decisiva para a programação das rádios: é preciso fomentar a pluralidade que concerne a um meio de comunicação comunitário, através do estímulo à presença de mulheres, crianças, jovens, trabalhadores rurais, dentre outros agentes. Esse é um aspecto que exige certo grau de preparo por parte da equipe da rádio. Além disso, como já foi ressaltado, é fundamental a promoção de momentos de encontro com a comunidade e de eventos que despertem a atenção para a rádio, fortalecendo-a simbolicamente, tais como concursos (que podem ser voltados para mulheres, idosos, crianças, etc.) e processos seletivos para locutores. As rádios podem obter êxito neste desafio principalmente através de uma maior interação com entidades que são a expressão da pluralidade e da identidade, a exemplo dos grupos de jovens e de movimentos de mulheres. Parcerias com escolas infantis e projetos infanto-juvenis ou voltados para públicos específicos também são importantes para o reforço do caráter plural das emissoras.

Por fim, uma rádio comunitária tem o compromisso de contribuir com a melhoria das condições sociais de sua comunidade. Dessa forma deve ser entendida como meio de transformação do espaço social e canalizadora de forças para a conscientização e formação crítica da sociedade. Como indicado na Lei 9.612/98, a rádio comunitária deve “dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade”; “oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social”; deve “prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário”; “contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente”; e “permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível”. Assim ela deve desenvolver um comportamento político construtor não só repassando informações, mas também criando alternativas transformadoras e refletindo sobre questões de interesse da comunidade. Essa idéia de um comportamento crítico e transformador deve ser difundida entre as rádios, funcionando como um princípio norteador da programação e se refletindo nas transformações sociais locais.

## **PARTICIPAÇÃO POPULAR**

---

A participação popular nas rádios comunitárias, numa perspectiva ideal, precisa ser fomentada desde o momento de sua criação, visto que estas emissoras devem nascer a partir de uma ampla mobilização da comunidade. É coerente com a concepção de participação que, tanto nos episódios cotidianos, como em situações extraordinárias da trajetória da comunidade, seja sempre discutida e enfatizada a importância da rádio comunitária, seja para aproximar as pessoas, seja para tornar mais efetiva a voz do povo, seja para promover a valorização da arte, do conhecimento, do trabalho que ali se desenvolve, ou a valorização da cultura de uma forma mais ampla, como fator de desenvolvimento para todos. Faz-se necessário que haja uma sensibilização da população, não só para que a rádio se configure efetivamente como um instrumento comunitário de comunicação, mas também para que ela se fortaleça e assegure a sua manutenção e sobrevivência.

Assim, para o fortalecimento do movimento na região e no local, sugere-se a promoção de uma campanha de conscientização da população, esclarecendo os objetivos e a importância da rádio para o crescimento da comunidade. Essa campanha deve evidenciar o caráter comunitário das emissoras, demonstrando sua aplicação na cultura, educação, política e, sobretudo, na construção da democracia. O esclarecimento à sociedade sobre os serviços da rádio comunitária poderá ampliar sua inserção na comunidade, além de motivar um maior número de agentes a colaborar com este ideal. Possibilita, ainda, uma melhor compreensão do real papel de um meio de comunicação de cunho comunitário, transformando ouvintes em potenciais fiscalizadores da atividade da rádio, para que ela se mantenha sempre em conformidade com os interesses da comunidade.

Segundo depoimento coletado na Rádio Valente FM, existe nas pequenas cidades um processo de acomodação quanto ao convívio com a imprensa. Neste sentido, a campanha deverá buscar elucidar as comunidades quanto papel transformador e democrático das FMs comunitárias, sugerindo a utilização do serviço de imprensa para ampliar a voz dessa comunidade. Recomenda-se que a campanha tenha alcance regional, saindo do perímetro local e ganhando força em todo o território. Para tanto deverá ser criado um único slogan que possa representar todas as rádios por ela contempladas. Pode-se, inclusive, realizar um concurso, prevendo algum tipo de premiação para o ouvinte que inventar o slogan mais criativo e em conformidade com os objetivos da campanha. Eis aí também um outro espaço para a participação dos jovens comunicadores e das jovens comunicadoras.

Realizadas ações no sentido de sensibilizar e esclarecer a comunidade, seguindo a perspectiva apontada por Bordenave, é necessário ainda fazer com que a população participe nas instituições em níveis decisórios cada vez mais elevados, para que a democracia deliberativa se efetive. Isso significa que a população, de maneira geral, deve ter acesso às decisões tomadas pelos gestores da entidade-rádio, assim como ter vistas às prestações de contas e relatórios desta e até, quando houver interesse, colaborar no processo de planejamento coordenado pela diretoria da associação mantenedora. Tal objetivo pode ser viabilizado através da promoção, pelas associações mantenedoras da rádio, de seminários de discussão, de participação aberta, nos momentos de elaboração do planejamento estratégico da emissora. Utilizando metodologias de dinâmica de grupo, coordenação de reuniões e planejamento participativo, os diretores das rádios poderão assim coletar sugestões vindas da própria comunidade – incluam-se aí participantes e não participantes de entidades; moradores da zona urbana e da zona rural; pessoas de diversas faixas etárias, etnias, origens e gêneros – sobre os diversos aspectos relativos à gestão e à programação das emissoras.

Do mesmo modo, as ações que privilegiam a participação popular e que já se encontram em andamento devem ser preservadas e fortalecidas. É essencial que as emissoras mantenham em suas grades os espaços em que a população participa diretamente da programação, divulgando suas idéias, denunciando e fazendo ouvir sua voz através da rádio. Além disso, as rádios também devem prosseguir com a avaliação de sua programação pelos ouvintes, acrescentando à avaliação informal mecanismos formais de pesquisa de opinião e de pesquisa de audiência. Para domínio destas técnicas, propõe-se a viabilização de capacitação específica através da busca de parcerias com instituições de ensino ou institutos de pesquisa. Seria também interessante que os jovens comunicadores estivessem aptos a prestar este serviço, pois eles poderiam realizar a sistematização das informações e a socialização dos resultados, tanto individualmente (no que tange cada rádio), como construindo um panorama mais amplo da audiência da rádio comunitária do Território Sisaleiro, em nível regional.

A pesquisa realizada pôde constatar que a abrangência das rádios se estende para muito além de seu município-sede. Por conseguinte, a promoção de uma maior participação popular não pode negligenciar o fato de que grande parte da audiência das emissoras comunitárias situa-se em povoados localizados na zona rural. Esta população também deve ser contemplada pela atuação transformadora das emissoras e pela possibilidade de participação nestas. Deste modo, o mapeamento da audiência da zona rural de maneira alguma deve servir apenas a fins estatísticos, e sim, deve subsidiar uma maior aproximação da diretoria da associação mantenedora e da equipe de comunicadores da rádio com estes

ouvintes, possivelmente através da organização gradativa de um calendário de visitas a estas regiões, quando possível, com realização de eventos e reuniões.

[...] a frustração da necessidade de participar constitui uma mutilação do homem social. Tudo indica que o homem só desenvolverá seu potencial pleno numa sociedade que permita e facilite a participação de todos. O futuro ideal do homem só se dará numa sociedade participativa (BORDENAVE, 94, p. 17).

## **ASSESSORIA E CAPACITAÇÃO**

---

Através das iniciativas do MOC – Movimento de Organização Comunitária e da Abraço-Sisal, que vêm organizando plenárias de discussão de assuntos comuns às rádios e cursos de aperfeiçoamento, o movimento de rádios comunitárias da região sisaleira tem se fortalecido. Entretanto, as entrevistas realizadas revelaram que as rádios comunitárias do semi-árido ainda apresentam carências de capacitação no que tange aspectos importantes para a expansão do movimento. Logo, as perspectivas aqui levantadas incluíram sugestões de possíveis assessorias e cursos que atingem as demandas detectadas na pesquisa.

Recomenda-se que o principal agente organizador das assessorias e promotor destas capacitações seja a entidade congregadora / representativa – a Abraço – que, estruturada apropriadamente, deve buscar recursos e parcerias com organizações que fomentem o desenvolvimento e apoiem a causa das rádios comunitárias. O MOC, que já desenvolve excelentes trabalhos neste sentido, aparece como uma das principais entidades apoiadoras, assim como o Unicef e outras organizações que possuem histórico de atuação na região sisaleira.

Dentre os pontos merecedores de capacitação, destacam-se inicialmente as questões técnicas e jurídicas. A legislação que rege a radiodifusão comunitária impõe, para a autorização do funcionamento das emissoras, o atendimento a um sem-número de requisitos técnicos. Na tentativa de cumprir tais exigências, as emissoras da região sisaleira passam por inúmeras dificuldades, muitas vezes contratando engenheiros em Feira de Santana, em Salvador ou até em outros estados, a custos altíssimos, tendo em vista a realidade financeira das associações mantenedoras. **Uma assessoria técnica vinculada à entidade congregadora / representativa das rádios comunitárias** poderia garantir um acesso facilitado e menos custoso às medições e projetos necessários à obtenção da outorga, bem como aos serviços de manutenção e reparo dos equipamentos das emissoras.

Ao lado disso, **tem-se evidenciado a necessidade de uma assessoria jurídica** que promova, junto àqueles que necessitam, um maior conhecimento dos pormenores da



legislação, e que, principalmente, viabilize uma pronta intervenção junto às instâncias competentes em defesa de locutores, lideranças comunitárias ou quaisquer pessoas que venham a ser indiciadas pela Polícia Federal como contraventores, e mesmo para o resgate dos aparelhos apreendidos, danificados ou lacrados pela Anatel. Essa assessoria também atuaria no que diz respeito às represálias e processos sofridos pelas rádios comunitárias no exercício de sua função informativa e jornalística.

**Além das assessorias técnica e jurídica, torna-se necessária também uma assessoria educacional e cultural** que se encarregue tanto da formação continuada de todo o pessoal envolvido com a operação das rádios – como locutores, produtores e dirigentes – como do desenvolvimento de pesquisas sobre a cultura local, com os fins de difundi-la e valorizá-la como elemento necessário ao desenvolvimento comunitário. Essa assessoria poderia atuar em parceria com outras organizações como o MOC, Unicef, Centros Culturais, Universidades – através das áreas de arte e cultura.

Além de contemplar a formação de locutores e a valorização da cultura local, **a assessoria educacional e cultural poderia abranger ainda as demais temáticas relativas à estruturação da programação.** Incluiria, assim, o suporte ao desenvolvimento de programas jornalísticos, habilitando os comunicadores a oferecerem o tratamento adequado às notícias e informações, além de subsidiá-los para uma atuação crítica e para a devida fiscalização do poder público, dentro dos parâmetros éticos e legais. No que toca a programação, destaca-se ainda a preparação das rádios para planejar e avaliar mecanismos de sondagem de audiência e promover pesquisas de avaliação da recepção.

Por fim, foram **verificadas demandas de capacitação e assessoria no que diz respeito à gestão**, haja vista que as emissoras comunitárias estão vinculadas a uma entidade mantenedora que, como qualquer organização, possui diversas funções que devem ser devidamente administradas, a exemplo dos processos burocráticos, financeiros, comunicacionais e as questões relativas aos recursos humanos, além da definição da missão, da visão, dos valores e princípios éticos que norteiam a rádio comunitária enquanto organização e enquanto meio comunitário de comunicação.

Outros cursos, capacitações e assessorias devem ser providenciados a partir das demandas que forem sendo apresentadas pelo movimento de rádios comunitárias em seu desenvolvimento. **A vinculação das rádios com as novas tecnologias**, através da possível ligação aos telecentros, da constituição de fóruns virtuais de discussão e da adesão ao formato *rádio web* constitui uma perspectiva para a expansão digital do movimento. Entretanto, implicará na adequada capacitação de diretores, locutores e lideranças – que

devem estar aptos a manejar tais ferramentas tecnológicas – como também da comunidade de maneira geral, público prioritário das FMs comunitárias.

É importante frisar que as questões aqui relatadas como merecedoras de capacitação não devem ser motivos de dependência permanente. Ou seja, as emissoras devem preliminarmente buscar a capacitação, mas esta, por sua vez, deve contemplar também mecanismos que tornem as rádios relativamente independentes de técnicos e especialistas, oferecendo elementos para que elas possam, em interação com seus parceiros e através da construção coletiva do conhecimento, descobrir as soluções para seus próprios problemas.

Assim, em um primeiro momento, é necessária a participação das emissoras em espaços de capacitação – por técnicos e especialistas – que contemplem as questões acima relatadas. É importante que esta capacitação seja sistemática, dialógica e contínua, envolvendo o maior número possível de integrantes do movimento de radiodifusão comunitária. **Estas capacitações devem ser capazes de gerar *multiplicadores***, isto é, os próprios integrantes das rádios devem ser capazes de socializar os conteúdos e conhecimentos adquiridos em suas comunidades e para os outros membros do movimento, gerando, assim, novos multiplicadores e diminuindo a dependência de uma capacitação institucionalizada.

Em um segundo momento, **é necessário que os membros do movimento estejam aptos a promover, por sua própria conta, espaços de encontro com a comunidade e com os representantes das diversas rádios e organizações sociais**, para a resolução conjunta de possíveis problemáticas relativas à gestão e à programação, bem como para a troca de experiências e conhecimento. Os integrantes da rádio devem ser capazes, portanto, de organizar reuniões, coordenar discussões e sistematizar conclusões e propostas, estimulando a participação coletiva através de técnicas específicas. Deste modo, sugere-se, que as assessorias e capacitações promovidas possam embasar os dirigentes da associação mantenedora, locutores da rádio e lideranças comunitárias para que eles mesmos possam realizar seus próprios encontros e eventos de capacitação. Neste sentido, **o aprendizado e a socialização de técnicas de dinâmicas de grupo, planejamento participativo e condução dinâmica de reuniões se apresenta como uma perspectiva interessante**, para que, a partir de seus debates e reflexões, a comunidade, os representantes de rádios e de outras entidades possam criar e concretizar suas próprias soluções, sendo agentes da sua sustentabilidade.

Paralelamente, a entidade de articulação regional deve dispor das assessorias já citadas para oferecer o suporte e auxílio necessários ao fortalecimento do movimento de

rádios comunitárias do território sisaleiro, estimulando a *articulação* destas emissoras, ponto que constitui o objeto de atenção do próximo tópico.

## **ARTICULAÇÃO**

---

Para todas as perspectivas expostas até aqui, a articulação se coloca como alicerce, como condição essencial de concretização. Somente atuando em conjunto com outras emissoras e com entidades parceiras, as rádios comunitárias conseguirão superar os desafios que se colocam ao pleno crescimento e fortalecimento do movimento, otimizando assim o funcionamento em suas localidades e servindo de espelho para outras iniciativas em radiodifusão comunitária no país.

É requisito basilar que as FMs comunitárias estejam fortalecidas primeiramente pela própria conexão entre elas. Assim, se faz essencial analisar os espaços institucionais para a integração e o diálogo entre estas emissoras. O Movimento de Organização Comunitária - MOC, no cenário atual, vem se configurando como a principal instância de apoio e interação das rádios comunitárias da região sisaleira, e de outras consideradas exteriores aos limites do Território do Sisal. Examinando a trajetória do MOC, ao longo de seus mais de 30 anos de existência, a instituição tem-se caracterizado pelo estímulo à mobilização e organização comunitária, nos municípios da região sisaleira, em busca de diferentes causas, tais como o acesso e a melhoria do sistema municipal de ensino, apoio à pequena produção familiar agrícola, desenvolvimento de tecnologia adaptável ao semi-árido, apoio aos sindicatos dos trabalhadores rurais, tanto na área educacional como na luta dos atingidos pela barragem de Pedra do Cavalo, apoio á luta pela erradicação do trabalho infantil, programas de comunicação, dentre outros.

Na medida em que as diversas organizações vão-se consolidando com o apoio do MOC, vão também se tornando autônomas e passando a atuar, a certa altura dos acontecimentos, como parceiras desta instituição. Desenvolvem linhas específicas de trabalho, criam as suas próprias condições de sustentabilidade, mas continuam unidos, não somente com o MOC, mas com as demais organizações populares da região, no sentido de fortalecer os movimentos sociais em suas lutas por melhores condições de vida, de educação, de saúde, de trabalho e de participação social, econômica, cultural e política.

A atuação do MOC no que diz respeito às rádios comunitárias vem tendo destaque, não só pela sua atuação de apoio às rádios enquanto entidades populares, mas também porque o desempenho das entidades associativas das emissoras comunitárias tem sido

insuficiente frente às demandas que o movimento vem apresentando. De acordo com as entrevistas realizadas, a entidade estadual – Abraço-BA, não tem funcionado adequadamente, e a entidade regional, Abraço-Sisal, foi fundada recentemente e ainda se encontra em fase de estruturação. Ainda segundo os depoimentos colhidos, a Abraço-Sisal ainda não obteve a necessária consistência para assumir as funções de liderança, articulação, defesa e de afirmação social e política do movimento tanto perante o braço repressivo do Estado, como de suas potenciais bases, embora já venha marcando presença junto à Sociedade Civil. Ultimamente vem se delineando um trabalho conjunto entre o MOC e a Abraço-Sisal, uma iniciativa importante nesta fase de fortalecimento da entidade. Os dados colhidos sugerem que essa parceria, no que pese os resultados positivos obtidos até agora, poderá ser muito mais frutífera ainda, caso haja uma melhor definição de papéis.

Fica claro que, para contemplar os papéis que lhe cabem, especialmente no que toca a viabilização de espaços de discussão, articulação, capacitação e assessoria para as rádios comunitárias, a Abraço-Sisal deve buscar a adequada estruturação e expansão, conferindo força à sua organização interna. Deve, deste modo, agregar cada vez mais emissoras em suas reuniões e eventos. Isso é necessário para que a Abraço-Sisal se configure efetivamente como uma entidade de associação e de intercâmbio entre as FMs comunitárias do semi-árido. Os esforços neste sentido não devem partir apenas da diretoria da entidade, mas também de todos os integrantes do movimento, que devem conceber a Abraço como um espaço legítimo de interação, que deve ser apropriado e construído em conjunto pelos dirigentes das associações mantenedoras, produtores, comunicadores e lideranças comunitárias. Por isso, paralelo aos esforços da diretoria da Abraço-Sisal em se estruturar para melhor atender ao movimento, deve haver um empenho por parte dos integrantes das rádios em ocupar o espaço que lhe cabe na Abraço, assumindo cargos de forma responsável e, a despeito das conhecidas limitações, criando formas de intensificar a participação nas reuniões promovidas pela instituição.

Um instrumento essencial à estruturação da instituição e à consecução de seu papel enquanto entidade apoiadora do movimento de rádios comunitárias é o Planejamento Estratégico. Este permite, a partir do conhecimento da realidade, o estabelecimento de prioridades, o traçado de objetivos, além de indicar o modo pelo qual estes podem ser atingidos, indicando estratégias e ações, além dos recursos necessários para implementá-las. O Planejamento Estratégico funciona, assim, como um orientador das ações, permitindo uma melhor alocação de recursos e esforços para a resolução das questões prioritárias, além de conferir responsabilidades aos diversos agentes envolvidos. O processo de planejamento deve ser norteado pela concepção participativa que rege a dinâmica comunitária, construindo as metas e propostas de ações em conjunto com os agentes por

elas afetados, a saber, os próprios integrantes do movimento, e também em conjunto com as instituições parceiras e os movimentos e organizações sociais da região.

Fortalecida, a Abraço-Sisal, em um trabalho conjunto com seus parceiros, poderá implementar ações mais contundentes para o fortalecimento do movimento. A título de sugestão, como medida fomentadora do intercâmbio entre as rádios, recomenda-se a criação de um núcleo permanente de discussão contemplando todas as rádios comunitárias interessadas. As reuniões devem contar com a participação do maior número possível de rádios, e ser realizadas regularmente. As próprias rádios em conjunto definiriam as pautas, elecando as questões cruciais para o movimento, e as discussões girariam em torno da realidade da radiodifusão comunitária na região, fomentando reflexões e estimulando a construção de possíveis propostas e soluções diante do panorama vislumbrado.

Levando esta discussão também para um ambiente virtual, o que diminuiria possíveis custos com transporte, sugere-se a criação de um grupo de discussão via internet para discussão permanente sobre as questões relacionadas às rádios (Grupo RadCom - Sertão). Um grupo virtual possibilita a rápida veiculação de idéias e mantém, também, uma atualização das informações discutidas permitindo tempo integral para a alimentação e construção dessa discussão. O fato de algumas regiões ainda não disponibilizarem internet não invalida a iniciativa, uma vez que o resultado das discussões poderá ser divulgado por outros meios de comunicações disponíveis, como já vem sendo feito. A opção pela nomenclatura “Sertão” em vez de “Sisal” é um meio de fomentar neste grupo a inclusão de rádios que não estejam localizadas dentro dos limites da Região Sisaleira, mas que possam somar esforços para o trabalho comunitário no semi-árido baiano.

Passando a um outro nível de articulação, é fundamental, a despeito de possíveis divergências ideológicas, estabelecer canais de contato e aproximação com as entidades associativas de rádios comunitárias em nível estadual (Abraço-Estadual), nacional (Abraço-nacional) e internacional (Associação Mundial de Rádios Comunitárias-Amarc). O diálogo com tais instituições, possivelmente via entidade associativa regional, Abraço-Sisal, constitui em uma perspectiva importante para que as rádios comunitárias possam incrementar seu poder de pressão junto aos órgãos do Estado, atuando de forma mais sistemática e consistente na resolução de questões que atingem de forma análoga as rádios comunitárias de todo o país, tais como a legislação desfavorável, a repressão arbitrária e o *lobby* das rádios comerciais. No caso da Amarc, a interação pode resultar em pressão de organismos internacionais sobre o governo brasileiro, para que a questão das rádios comunitárias receba um tratamento adequado pelos gestores públicos.

Já existe uma considerável articulação do movimento de rádios comunitárias no que diz respeito aos movimentos e organizações sociais, tais como o MOC e o Unicef, e a outros agentes, a exemplo de lideranças sindicais, comunitárias, locutores, comerciantes, jovens comunicadores, párocos, pastores, integrantes do movimento de mulheres, membros de cooperativas, professores, estudantes e até crianças. Há que se estimular a intensificação e ampliação destas parcerias, além da participação em instâncias de articulação em nível local, regional e estadual, tais como Fóruns e o Codes-Sisal.

Além disso, para uma efetiva mobilização por mudanças na legislação e para um acompanhamento sistemático dos processos de outorga das diversas rádios, é necessário que existam representantes da causa comunitária em Brasília, devidamente aptos a contrabalançar o *lobby* das emissoras comerciais. Desta forma, a entidade associativa das rádios da região, via assessoria jurídica e/ou departamento de comunicação, poderia desenvolver parcerias com a Contag, em Brasília, para que esta, através de sua Assessoria de Comunicação pudesse fazer um acompanhamento mais efetivo dos processos que são encaminhados ao Ministério das Comunicações pelas Rádios Comunitárias e que ficam por lá sem o devido e célere encaminhamento. Em caso de inviabilidade do processo através da Contag, podem-se buscar parcerias com outras instituições que possuam a preocupação com a questão das rádios comunitárias, a exemplo de entidades vinculadas à Igreja Católica, instituição que sempre esteve no cerne da comunicação comunitária nos países latinos.

Por fim, considerando a natureza do presente trabalho, sugere-se também a articulação e parceria com Universidades e instituições de ensino diversas. Esta aproximação só será frutífera na medida em que houver a valorização do saber popular, do saber produzido pelos sertanejos e sertanejas, e a ele se unir, de forma harmônica e respeitosa, o conhecimento técnico-científico produzido na universidade, na busca conjunta de soluções criativas e inovadoras. Assim a Universidade nada mais estará fazendo do que cumprir a sua função essencial de socializar, interagindo com a comunidade, o conhecimento produzido em suas salas e laboratórios.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

Analisando a trajetória do rádio no contexto nacional brasileiro, através de diferentes períodos históricos, percebe-se como esse meio de comunicação, ao longo de seus mais de oitenta anos de existência e apesar de nos anos iniciais ter-ser caracterizado como privilégio das elites, incorporou-se definitivamente ao cotidiano do povo brasileiro, caracterizando-se a convivência com o rádio como um dos elementos da cultura contemporânea, independentemente de qualquer condição social, política ou econômica.

A incorporação do rádio à cultura nacional, entretanto, não tem expressado um aumento significativo dos espaços de participação social, de cidadania e de desenvolvimento cultural. Diferentemente do que foi preconizado pelos seus fundadores, ainda nos anos 20 do século passado, nos tempos atuais a radiodifusão tornou-se predominantemente comercial e refém dos interesses econômicos e políticos dos setores dominantes, exercendo francamente o cerceamento do direito à expressão dos setores populares organizados.

Essa convivência com o rádio e o reconhecimento de sua importância, no entanto, como meio de comunicação social, têm levado os setores populares, os movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores, associações de moradores, associações comunitárias, igrejas e setores mais democráticos da sociedade civil a buscarem o rádio como instrumento de ampliação da cidadania, de fazer crescer a ciranda dos que participam das decisões dos destinos do País e do seu povo, através da implantação das rádios comunitárias.

Desse modo, os setores populares afirmam o seu propósito de tornarem-se sujeitos do seu próprio desenvolvimento. Uma vez desprovidos dos recursos materiais necessários para ampliarem o seu potencial organizativo e agregador, esses setores populares encontraram nas emissoras comunitárias um meio eficaz e ao alcance de suas possibilidades de fazer valer os seus anseios por justiça, melhores condições de vida e de trabalho.

Os dados encontrados revelaram, no entanto, que vem sendo praticada uma sistemática repressão pelas autoridades federais, fundada em supostas denúncias realizadas por rádios comerciais que operam na região e em manifestações de interesses políticos regionais articulados às esferas estadual e federal. Isto se evidencia por declarações da própria Associação Brasileira de Rádio e Televisão-Abert, entidade que representa os interesses das emissoras comerciais de todo o Brasil.

As alegações para tal reprimenda são justificadas pelo próprio presidente da Anatel como uma exigência legal. Assegura ainda que a lei continuará a ser cumprida. Os elementos contextuais levantados na Região Sisaleira, no entanto, denotam que há questões mais profundas que a simples preocupação com o cumprimento da legislação ou não, dado que a própria legislação que institui o serviço de radiodifusão comunitária no Brasil está em franco desacordo com a realidade brasileira, conforme se pôde perceber pelos dados apresentados no presente trabalho.

Todo este cenário referente à legalização possui em seus bastidores motivações que se estendem para muito além do interesse em estabelecer critérios objetivos para estruturar e regulamentar o Sistema de Radiodifusão Comunitária. Uma complexa rede de relações e interesses políticos atravessa a suposta neutralidade que o instrumento jurídico deveria conferir. Como exposto em vários momentos do presente trabalho, o maior desafio das rádios comunitárias ora estudadas não é adequar-se à legislação, embora esta lhes seja manifestamente desfavorável, e sim, contornar as perseguições promovidas por ocupantes de cargos públicos e por sujeitos detentores do poder econômico em um contexto de inegável imaturidade política.

O tratamento conferido às comunicações é um dos parâmetros através do qual se pode avaliar o perfil democrático de uma sociedade. No que diz respeito ao cenário brasileiro, que ainda sofre com os resquícios do cerceamento às liberdades do indivíduo que se promoveu no período ditatorial, e no que diz respeito ao panorama específico da Região Sisaleira, no qual os traços culturais do coronelismo e as práticas clientelistas ainda permanecem como fantasmas a assombrar o imaginário coletivo, há que se avançar bastante para atingir-se um patamar democrático próximo ao ideal.

Em tal quadro, as emissoras de radiodifusão comunitária surgem como a voz de um povo que grita por uma sociedade mais justa e igualitária. Uma sociedade em que a expressão “direitos e deveres” deve extrapolar o texto de leis que não são respeitadas e os discursos demagógicos proferidos a todo o momento, para serem efetivamente perseguidos e concretizados, através do pleno exercício da cidadania. Na medida em que oferecem oportunidade de expressão e acesso à informação para os diversos membros e movimentos de uma comunidade, as FMs comunitárias contribuem para a conscientização de que a população deve reivindicar espaços não apenas nos meios de comunicação, mas nas esferas de decisão política da sociedade.

Assim, as rádios comunitárias indubitavelmente constituem, dentro da perspectiva defendida por Juan Diaz Bordenave – espaços e canais de inclusão popular e, simultaneamente, instrumentos para mobilizar a comunidade em prol de seus próprios



interesses, em um movimento que acaba por suscitar na população anseios por uma maior participação política e uma sociedade mais democrática. Daí a incontestável importância das rádios comunitárias para a democratização da comunicação e da sociedade.

O fortalecimento das rádios e de seu caráter comunitário traduz, deste modo, uma preocupação com o estabelecimento de um cenário de valorização e concretização dos ideais democráticos e participativos. Esta concepção norteou a construção das Perspectivas apresentadas neste trabalho. Estas, por sua vez, foram divididas em tópicos para melhor apresentação. No entanto, deve-se sublinhar que as sugestões oferecidas contemplam problemáticas intrinsecamente vinculadas e interdependentes, a exemplo das implicações que as questões financeiras e de articulação possuem no processo de obtenção da outorga. Por isso, as ações empreendidas no sentido de dar consistência ao movimento de rádios comunitárias devem ser guiadas por uma visão integrada dos desafios e das perspectivas para tais emissoras, procurando abarcar causas, relações e efeitos dos problemas percebidos.

As Perspectivas levantadas esboçam uma trajetória que, à medida em que for sendo percorrida, poderá trazer significativas contribuições para o fortalecimento do Movimento de Radiodifusão Comunitária em suas múltiplas dimensões. Em uma perspectiva geral, isso se efetivará através de posturas mais conscientes e ações mais contundentes no que toca o processo de legalização; através de uma maior integração e articulação, internamente, no que diz respeito à diretoria das associações mantenedoras da rádio, e externamente, no que toca a atuação da entidade associativa e as parcerias com movimentos sociais, organizações populares e órgãos públicos; e também por meio de uma programação mais adequada ao caráter comunitário das emissoras estudadas.

Prosseguindo neste sentido, o fortalecimento do movimento de rádios comunitárias sisaleiras poderá refletir-se em outras esferas do movimento de rádios comunitárias em nível estadual e nacional, contribuindo para a expansão deste. Além disso, a atuação mais contundente das associações mantenedoras das rádios comunitárias no Território do Sisal possivelmente auxiliará a intensificação da comunicação comunitária na região, estimulando a criação de novos meios de comunicação, a ampliação e aperfeiçoamento dos já existentes, além da experimentação de novas linguagens midiáticas a favor dos interesses da população sertaneja.

Espera-se, assim, que este trabalho tenha contribuído, a despeito das limitações enfrentadas, e através da exposição dos elementos históricos e conjunturais das rádios comunitárias, para uma melhor compreensão da incontestável importância destes meios de comunicação para a população do semi-árido baiano, nas dimensões de integração, de

informação, de conscientização e de emancipação, considerando também a relevância da relação afetiva do sertanejo com o rádio. Somam-se expectativas no sentido de que as perspectivas aqui apontadas possam configurar-se como elementos de apoio para este movimento, que se orienta no sentido de alimentar o processo participativo e articulador dos grupos populares e de promover uma sociedade mais voltada para a cidadania e a democracia.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

---

ANDRADE, Juliana. Número de rádios fechadas pela ANATEL aumenta 37% no primeiro ano do governo Lula. *Agência Brasil*, Brasília, 22 out. 2004. Disponível em: <[http://www.radiobras.gov.br/materia\\_i\\_2004.php?materia=204512&editoria=&q=1](http://www.radiobras.gov.br/materia_i_2004.php?materia=204512&editoria=&q=1)>. Acesso em: 13 jan. 2005.

BALANÇO de atividades 2004. *Brasília*: Ministério das Comunicações, 2004. Disponível em <[http://www.mc.gov.br/resumo\\_realizacoes/Balanco\\_de\\_atividades\\_2004.pdf](http://www.mc.gov.br/resumo_realizacoes/Balanco_de_atividades_2004.pdf)>. Acesso em: 11 jan. 2005.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. *O que é participação*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos; 95).

BRASIL. Lei nº 9.612 de 19 de fevereiro de 1998. Institui o serviço de radiodifusão comunitária e dá outras providências. Brasília, 1998. Disponível em: <[http://www.mc.gov.br/rc/lei/l\\_9612\\_19021998.htm](http://www.mc.gov.br/rc/lei/l_9612_19021998.htm)>. Acesso em 06 set. 2004.

\_\_\_\_\_. Norma complementar nº 1 de 23 de janeiro de 2004. Tem por objetivo complementar as disposições relativas ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, instituído pela Lei n.º 9.612/98. Brasília, 2004. Disponível em: <[http://www.redevivafavela.com.br/pdf/norma\\_complementar\\_comentada.pdf](http://www.redevivafavela.com.br/pdf/norma_complementar_comentada.pdf)>. Acesso em 06 set. 2004.

BURSZTYN, Marcel. *O Poder dos Donos: planejamento e Clientelismo no Nordeste*. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

CALLADO, Antônio. *Os Industriais da Seca e os Galileus de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

DUTRA, Daniel; ANDRADE, Juliana. Associações de rádios e especialistas defendem mudanças na legislação para emissoras comunitárias. *Agência Brasil*, Brasília, 22 out. 2004. Disponível em: <[http://www.radiobras.gov.br/materia\\_i\\_2004.php?materia=204520&editoria=&q=1](http://www.radiobras.gov.br/materia_i_2004.php?materia=204520&editoria=&q=1)>. Acesso em: 13 jan. 2005.

ENTREVISTADO ÁGUA FRIA FM: depoimento [out. 2004]. Entrevistadores: Anaéli Bastos e Jean Joubert. Água Fria, 2004. 1 cassete sonoro (60 min), estéreo. Entrevista concedida ao Projeto Rádios Comunitárias da Região Sisaleira da Bahia: Memória, Conjuntura e Perspectivas, do Movimento de Organização Comunitária – MOC em parceria com a Universidade do Estado da Bahia - UNEB.

ENTREVISTADO ARCOS FM: depoimento [out. 2004]. Entrevistadores: Anaéli Bastos e Jean Joubert. Retirolândia, 2004. 1 cassete sonoro (45 min), estéreo. Entrevista concedida ao Projeto Rádios Comunitárias da Região Sisaleira da Bahia: Memória, Conjuntura e Perspectivas, do Movimento de Organização Comunitária – MOC em parceria com a Universidade do Estado da Bahia - UNEB.

ENTREVISTADO BARREIROS FM: depoimento [out. 2004]. Entrevistadores: Anaéli Bastos e Jean Joubert. Barreiros, 2004. 1 cassete sonoro (45 min), estéreo. Entrevista concedida ao Projeto Rádios Comunitárias da Região Sisaleira da Bahia: Memória, Conjuntura e

Perspectivas, do Movimento de Organização Comunitária – MOC em parceria com a Universidade do Estado da Bahia - UNEB.

ENTREVISTADO COITÉ FM: depoimento [out. 2004]. Entrevistadores: Anaéli Bastos e Jean Joubert. Conceição do Coité, 2004. 1 cassete sonoro (45 min), estéreo. Entrevista concedida ao Projeto Rádios Comunitárias da Região Sisaleira da Bahia: Memória, Conjuntura e Perspectivas, do Movimento de Organização Comunitária – MOC em parceria com a Universidade do Estado da Bahia - UNEB.

ENTREVISTADO CRUZEIRO FM: depoimento [out. 2004]. Entrevistadores: Anaéli Bastos e Jean Joubert. Araci, 2004. 1 cassete sonoro (45 min), estéreo. Entrevista concedida ao Projeto Rádios Comunitárias da Região Sisaleira da Bahia: Memória, Conjuntura e Perspectivas, do Movimento de Organização Comunitária – MOC em parceria com a Universidade do Estado da Bahia - UNEB.

ENTREVISTADO CULTURA FM: depoimento [out. 2004]. Entrevistadores: Anaéli Bastos e Jean Joubert. Araci, 2004. 1 cassete sonoro (60 min), estéreo. Entrevista concedida ao Projeto Rádios Comunitárias da Região Sisaleira da Bahia: Memória, Conjuntura e Perspectivas, do Movimento de Organização Comunitária – MOC em parceria com a Universidade do Estado da Bahia - UNEB.

ENTREVISTADO NORDESTINA FM: depoimento [out. 2004]. Entrevistadores: Antônio Dias e Dilvan Azevedo. Nordestina, 2004. 1 cassete sonoro (45 min), estéreo. Entrevista concedida ao Projeto Rádios Comunitárias da Região Sisaleira da Bahia: Memória, Conjuntura e Perspectivas, do Movimento de Organização Comunitária – MOC em parceria com a Universidade do Estado da Bahia - UNEB.

ENTREVISTADO QUEIMADAS FM: depoimento [out. 2004]. Entrevistadores: Antônio Dias e Dilvan Azevedo. Queimadas, 2004. 1 cassete sonoro (45 min), estéreo. Entrevista concedida ao Projeto Rádios Comunitárias da Região Sisaleira da Bahia: Memória, Conjuntura e Perspectivas, do Movimento de Organização Comunitária – MOC em parceria com a Universidade do Estado da Bahia - UNEB.

ENTREVISTADO SANTA LUZ FM: depoimento [out. 2004]. Entrevistadores: Antônio Dias e Dilvan Azevedo. Santaluz, 2004. 1 cassete sonoro (35 min), estéreo. Entrevista concedida ao Projeto Rádios Comunitárias da Região Sisaleira da Bahia: Memória, Conjuntura e Perspectivas, do Movimento de Organização Comunitária – MOC em parceria com a Universidade do Estado da Bahia - UNEB.

ENTREVISTADO VALENTE FM: depoimento [out. 2004]. Entrevistadores: Anaéli Bastos e Jean Joubert. Valente, 2004. 1 cassete sonoro (60 min), estéreo. Entrevista concedida ao Projeto Rádios Comunitárias da Região Sisaleira da Bahia: Memória, Conjuntura e Perspectivas, do Movimento de Organização Comunitária – MOC em parceria com a Universidade do Estado da Bahia - UNEB.

FALCÃO, Iara. Municípios assumem responsabilidade por radiodifusão comunitária. *Agência Brasil*, Brasília, 06 jan. 2005. Disponível em: <[http://www.radiobras.gov.br/materia\\_i\\_2004.php?materia=212669&editoria=&q=1](http://www.radiobras.gov.br/materia_i_2004.php?materia=212669&editoria=&q=1)>. Acesso em: 13 jan. 2005.

FREDERICO, Maria E. B. *História da Comunicação: rádio e TV do Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

JAMBEIRO, Othon et alli. *Tempos de Vargas: o rádio e o controle da informação*. Salvador: EDUFBA, 2004.

MOC – Movimento de Comunicação Comunitária. Marco Zero: Rádios Comunitárias. PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO DO MOC, 2004.

OFUGI, Fabrício. Abert faz cerca de 50 denúncias por mês contra rádios sem licença. *Agência Brasil*, Brasília, 06 jan. 2005. Disponível em: <[http://www.radiobras.gov.br/materia\\_i\\_2004.php?materia=212672&editoria=&q=1](http://www.radiobras.gov.br/materia_i_2004.php?materia=212672&editoria=&q=1)>. Acesso em: 13 jan. 2005.

RADCOM : Radiodifusão Comunitária. Desenvolvido pelo Ministério das Comunicações, 2004. Contém informações sobre o serviço de Radiodifusão Comunitária. Disponível em: <<http://RadCom.mc.gov.br/>>. Acesso em: 01 dez. 2004.

RAMOS, Alba Regina Neves; NASCIMENTO, Antônio Dias. Características Culturais. *Resgatando a infância: a trajetória do PETI na Bahia*. Salvador: MOC/OIT/UNICEF, 2001.

---

## APÊNDICE

---

### **Apêndice A - O panorama organizacional das rádios comunitárias**

---

O panorama organizacional das rádios comunitárias demonstra de forma sucinta e objetiva a atual situação das rádios comunitárias contempladas nessa pesquisa. A observação no campo proporcionou o delineamento do perfil de organização comunitária presente nas comunidades pesquisadas e um melhor entendimento das necessidades inerentes a cada contexto.

Devido às especificidades de cada rádio e ao seu histórico de criação e manutenção, o perfil da organização comunitária apresenta-se diferenciado e por isso optou-se por descrevê-lo por rádio.

#### **Coité FM**

Em Conceição do Coité, os coordenadores da Coité FM têm tentado reunir a diretoria, mas sem sucesso. Os nomes existentes dos diretores nos documentos da associação são *pro forma*, de maneira que a diretoria não tem elaborado nem coordenado as atividades da rádio. Desta forma a responsabilidade quanto à programação e organização fica destinada a um pequeno grupo que direciona as atividades. Pela carência de um processo estruturado de ação comunitária, a Rádio, que é vinculada à Igreja Católica local, tem destinado a maior parte de sua programação à transmissão musical ou de programas religiosos. Segundo os entrevistados, existem poucas entidades envolvidas na

organização comunitária da rádio. Atualmente somente a Igreja Católica, a Acaec, os Alcoólicos Anônimos e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais têm maior presença na Radio comunitária. A Câmara de Diretores Lojistas – CDL, apesar de ser componente da diretoria não tem contribuído com o processo de construção da Coité FM. O formato predominantemente católico causa divergências locais com as igrejas evangélicas, o que tem impedido um trabalho em conjunto com essa parcela da comunidade. Também não há articulação com os poderes políticos regionais o que impede um trabalho mais amplo. A rádio conta atualmente com doze voluntários mas que, sem remuneração, não podem se dedicar ao serviço de radiodifusão. A falta de pessoal e de uma ação sistematizada gera uma programação instável, o que certamente influencia na produção de público. Sem um público cativo, a promoção de uma organização comunitária que vise congregar as entidades representantes da comunidade com ações efetivas sobre esta torna-se ineficaz. Baseados nos telefonemas dos ouvintes da Coité FM, os entrevistados acreditam que a comunidade tem acompanhado o funcionamento da rádio, mas nenhum mecanismo sistemático de medição foi utilizado. O conselho comunitário responsável pelo acompanhamento da programação também não está em funcionamento constando apenas na documentação.

### **Barreiros FM**

A Rádio Comunitária Barreiros FM tem sua origem no movimento de radiodifusão por cabo bem conhecido como serviço de alto-falantes. Esse serviço ainda está ativado em Barreiros e funciona paralelamente ao serviço de radiodifusão por onda, porém sem horários específicos. Somente há dois anos foi criada a associação mantenedora para a rádio comunitária por onda. Segundo componente da associação, a recente formação e a carência de reuniões impossibilita uma melhor atuação dessa entidade. A rádio apresenta particularidades quanto à organização comunitária. Não há nenhuma entidade na grade programação. Porém toda a comunidade tem seu espaço na medida em que os microfones são abertos para que a população se expresse. A programação funciona basicamente com música, esporte e notícia e os programas são, segundo o presidente da associação, montados em “improviso”. As fontes de informação são o MOC, as associações locais, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e os colégios. As igrejas evangélicas locais não participam da rádio. Pelo seu tempo de existência e por seu histórico de luta, a Barreiros FM se consolidou no local e tem papel fundamental na comunidade. Se por um lado ela é produzida, assim como em Coité, com pouco recurso pessoal e sem uma associação com funcionamento efetivo, por outro a experiência e o entrosamento adquirido junto à comunidade faz dela elemento necessário ao desenvolvimento local. A carência de

entidades envolvidas com a rádio pode ser explicada pela existência de poucas organizações sociais na comunidade. A opção por uma linguagem local permite, segundo os entrevistados, uma proximidade entre a rádio e a comunidade que se sente presente no conteúdo exposto. Não há, porém, conselho comunitário e nenhum mecanismo sistemático de medição da audiência.

### **Arcos FM**

A rádio comunitária Arcos FM, por seu tempo de atuação e por sua eficácia no trabalho, tem um papel importante na região de Retirolândia. Envolvida em grandes programas de transformação social como o Peti e por sua base amparada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ela se consolidou junto à comunidade. Segundo depoimentos dos componentes da Associação Retirolandense de Comunicação Social – associação mantenedora da rádio comunitária – a comunidade está bem representada na emissora, uma vez que várias entidades fazem parte do quadro da associação. A participação destas entidades limita-se ao fornecimento de informações que alimentam a programação da rádio, à exceção do STR e da Igreja Católica, que produzem e veiculam programas próprios na Arcos FM. Não há conselho comunitário e por isso há uma centralização nas decisões quanto ao direcionamento da programação. Há uma forte articulação com os poderes políticos regionais o que gerou um convênio com a prefeitura e a câmara de vereadores. Essa articulação parece favorecer a implementação de ações efetivas. Nota-se, porém que há um vínculo de dependência da rádio em relação ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o que pode dificultar a formulação de estratégias próprias e o desenvolvimento de uma campanha mais plural no que se refere aos problemas da comunidade. Segundo os entrevistados, algumas pesquisas de opinião pública já foram feitas e comprovaram um alto nível de audiência e participação da comunidade. Essas pesquisas não são regulares. Um grande diferencial da Arcos FM em relação a grande maioria das rádios comunitárias da Região Sisaleira da Bahia é a participação de crianças no quadro de programação, o que propicia o acesso e a sensibilização de uma faixa etária importante da população, além de, certamente, contribuir na formulação de projetos educativos para a comunidade.

### **Valente FM**

A rádio comunitária Valente FM foi uma das primeiras a se instalar na Região Sisaleira e por isso é referência para muitas outras rádios. Sua presença na comunidade e região é forte e muitas passeatas e movimentos de comoção local, realizados em prol da rádio, têm demonstrado isso. Seu funcionamento é mantido com recursos da Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia - Apaeb-Valente, e por esta razão sua



estrutura física bem como os custos com pessoal são problemas de menor tamanho para esta rádio. Segundo os entrevistados, a comunidade tem a rádio como um veículo de cobrança e vigilância quanto às atividades locais, porém não há uma participação efetiva da população com representantes sociais na sua programação. Em entrevista, o atual presidente, Claudionor Aquino, diz que associação passa por uma fase de estruturação e que pretende colocá-la em funcionamento. As reuniões da associação são mensais, embora questões emergenciais sejam resolvidas por um grupo menor que se reúne a cada necessidade. Divergências políticas locais têm dificultado o trabalho da rádio que, uma vez amparada pela Apaeb-Valente, é vista como rival dos opositores a esta. Isso demonstra que, se por um lado o apoio da Apaeb-Valente contribui para a manutenção da rádio, por outro ela desperta a insegurança de uma parcela da população que a vê como uma extensão da Apaeb-Valente. Essa visão fragiliza a rádio que, segundo depoimentos coletados, pretende mostrar uma imparcialidade a favor da verdade, sem controles externos.

Nota-se também, a partir dos relatos, que o funcionamento da Valente FM tem características de uma transmissão regional, apesar do enfoque local, com relatório jornalístico amplo e divulgação de notícias das cidades de São Domingos, Santa Luz e de Coité. Atualmente as igrejas não participam da programação, mas há uma negociação para sua integração. O conselho comunitário não funciona e desta forma não há um mecanismo de controle da programação, o que prejudica a organização comunitária uma vez que não garante a participação dos vários segmentos sociais da comunidade.

### **Água Fria FM**

Se na maioria dos casos de criação das rádios comunitárias a associação partiu do interesse da instalação da rádio, em Água Fria ocorreu o inverso. A rádio nasceu a partir do esforço de organização da Associação Comunitária de Água Fria e Barra, existente desde 1996. A associação modificou seu estatuto para o enquadramento da atual rádio comunitária. Esse elo entre rádio comunitária e uma associação mantenedora atuante e que se reúne regularmente faz da rádio FM de Água Fria um caso atípico quanto ao funcionamento de sua organização comunitária. As entidades participantes da grade de programação elaboram e apresentam seus próprios programas, propiciando uma diversificação na informação, descentralizando a formatação dos programas, que na maioria das rádios têm ficado a cargo de uma equipe interna. Segundo os entrevistados o conselho comunitário é vigilante e sempre sugere alterações na programação visando os interesses da comunidade. Foi possível observar, porém, que mesmo com uma associação atuante e a presença de várias entidades na programação, as atividades da rádio ficam sob a responsabilidade de apenas duas pessoas. A falta de pessoal e remuneração fragiliza o

trabalho comunitário que necessita de dedicação às atividades. Atualmente a Igreja Católica não faz parte da programação, mas está em negociação para retornar ao quadro. Há também um estreito envolvimento entre a rádio e a política local o que trouxe divergência com alguns vereadores da cidade. Apesar das divergências, a comunidade parece apoiar a rádio e demonstrou isso através de passeatas e contribuições financeiras para sua estruturação. Outra característica da Água Fria FM é o seu microfone aberto, onde a população tem a oportunidade de comentar os problemas de suas localidades. Segundo os entrevistados, várias enquetes são feitas discutindo temas de interesse geral da comunidade, proporcionando a presença da população local nas discussões dos temas propostos pela rádio. Não há uma pesquisa sistemática para avaliar a frequência da rádio somente as enquetes que também servem como elemento de medição.

### **Cultura FM**

A Rádio Comunitária Cultura FM, situada na cidade de Araci, foi fundada em 1998 e obteve a legalização para seu funcionamento no ano de 2004. Ela surgiu a partir da desativação da Rádio Comunitária de Araci – RCA. O presidente da rádio, natural de Araci e formado em telecomunicações, apresenta-se como idealizador e fundador da emissora e como a pessoa com conhecimentos técnicos para mantê-la em funcionamento. A Cultura FM possui boa relação com outras organizações sociais da região como sindicatos, associações de classe e de moradores, encontrando-se inclusive vinculada ao Centro Cultural de Araci. Para que a rádio pudesse ser oficializada, o Sr. Zé Socorro, como é conhecido, liderou a formação de uma associação, cuja diretoria, no entanto, carece de maior articulação, visto que as funções administrativas e de produção, em sua quase totalidade, recaem sobre o presidente. Segundo o Sr. Zé Socorro, os contatos com os diretores são feitos via telefone, individualmente, visto que a diretoria é formada por pessoas que exercem funções diversas em outras organizações, não possuindo, assim, tempo disponível para as atividades da rádio.

Segundo o entrevistado, não existe nenhuma filiação política entre a Cultura FM e os partidos locais. A política da rádio é manter-se afastada das disputas políticas e de filiações ideológicas. Como afirma o entrevistado: “[...] a rádio não é para fazer política [partidária], é para defender o interesse da comunidade” (ENTREVISTADO ARACI FM, 2004).

A rádio possui um conselho comunitário – formado por sete membros – responsável por observar e avaliar a programação da Cultura FM. As informações e sugestões vindas do Conselho são comunicadas ao presidente da rádio por um de seus membros, que faz a ligação entre o órgão e o Sr. Zé Socorro.

### **Santa Luz FM**

A Rádio Comunitária Santa Luz FM, situada no município de Santa Luz, entrou com pedido de legalização de sua função em 1998, porém ainda não obteve uma resposta do Ministério das Comunicações. A rádio possui boas relações com diversas organizações sociais da região, como o Centro de Apoio aos Interesses Comunitários - CEAIC, Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR, Cooperativas e associações, e com a Igreja Católica. A criação da rádio se deu a partir da discussão entre várias entidades do município de Santa Luz. Os programas eram produzidos pelas igrejas e apresentados na rádio, até o momento em que ela foi fechada pela atuação da Anatel. Após esse período de desativação, a rádio passou a contar com uma maior participação da comunidade e a grade de programação começou a ser desenvolvida em conjunto com outros movimentos e organizações do município.

As decisões da rádio são tomadas através de reuniões com os membros da diretoria, locutores e entidades que compõem a rádio. Existe na Santa Luz FM uma diretoria atuante que se reúne periodicamente para avaliar as ações e discutir assuntos importantes para o desenvolvimento da rádio.

A rádio possui três entidades mantenedoras: uma cooperativa, a Igreja e o Sindicato. O conselho comunitário da Santa Luz FM foi criado em 2004 e observa a atuação da rádio, certificando-se de seu posicionamento apartidário. Segundo membros da diretoria entrevistados, a rádio discute política, mas não faz politicagem; ela discute políticas públicas, educação, saúde, meio ambiente, geração de renda etc., mas não possui nenhuma orientação partidária.

### **Queimadas FM**

A Rádio Comunitária Queimadas FM iniciou suas atividades em 20 de dezembro de 2000. A princípio, foi fundada com interesses comerciais e particulares sem vínculo comunitário. Como afirmou seu diretor presidente, sem “nenhum tipo de responsabilidade com o social” (ENTREVISTADO QUEIMADAS FM, 2004). Após o início das atividades, surgiram discussões internas entre os representantes no que dizia respeito ao direcionamento das atividades e políticas da rádio. Segundo o depoente, as discussões buscavam definir o caráter social ou comercial dessa rádio comunitária. Em 2001, a rádio foi fechada pela Anatel e após ser reaberta teve seus objetivos completamente voltados para a comunidade local.

A organização comunitária da rádio se deu a partir da coligação com outras entidades sociais da região, sindicatos, igrejas, representantes do poder público e da

comunidade local. A associação mantenedora da emissora é a Associação Queimadense de Comunicação Cultural e Ação Social, composta por representantes das igrejas, sindicatos e da Pastoral da Criança.

Existe uma boa participação da comunidade na rádio, seja através de intervenções na programação por meio de ligações ao locutor ou em participação ativa como locutores da rádio. Um exemplo da abrangência da Queimadas FM dentro da comunidade foi a forma pela qual esta conseguiu arrecadar o capital necessário para a realização do projeto técnico, necessário à implementação da rádio junto ao Ministério das Comunicações. O projeto custou um mil e quinhentos reais, valor que foi integralmente conseguido através de doações dos ouvintes.

Existe um conselho comunitário, mas este não é plenamente atuante. Os entrevistados atribuem esta pouca atuação do conselho comunitário à boa aceitação que a rádio possui junto à comunidade. Nas palavras do entrevistado, a comunidade sente-se segura com o trabalho que vem sendo realizado pela Queimadas FM.

### **Nordestina FM**

A Rádio Comunitária Nordestina FM tem como associação mantenedora a Associação Nordestinense de Comunicação Social - ANCOS. Sua situação é muito semelhante à da rádio comunitária de Barreiros, onde as condições quanto à estrutura física e funcionamento da associação são precárias. Com um grupo que se reúne com pouca frequência – a cada dois ou três meses – uma pequena equipe fica responsável pelo desenvolvimento das atividades da rádio.

As entidades locais como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, as igrejas evangélica e Católica e a Prefeitura Municipal têm participado com programas próprios e em horários específicos, mas o restante da programação - e isso inclui as informações jornalísticas - acontece sem horários definidos, podendo ir ao ar a qualquer momento. O estatuto passa atualmente por reformulações e parece existir apenas no papel. O conselho comunitário é inexistente.

Por medo de repressão os locutores procuram não enfrentar as autoridades locais buscando uma neutralidade política que descaracteriza o papel transformador que se pretende de uma rádio comunitária. A organização comunitária, portanto, fica a cargo das próprias entidades que tentam desenvolver suas atividades segundo seus próprios interesses que, por vezes, estão desarticulados das necessidades gerais da comunidade. Não há nenhum mecanismo de medição da audiência.

## **Cruzeiro FM**

A Rádio Comunitária Cruzeiro Fm funciona desde meados de 1995. Fundada por iniciativa da Copertucano (cooperativa do município) a rádio foi lacrada por três vezes pela Justiça Federal e encontra-se hoje ainda fora do ar aguardando a outorga de funcionamento. Na criação da rádio houve a participação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e das Igrejas Batista e Evangélica. Atualmente a rádio rompeu com o sindicato, participando apenas as igrejas.

A rádio possui uma associação que regula suas atividades, a Associação de Rádio Comunitária Cruzeiro Fm. Esta entidade conta com doze membros, porém apenas cinco participam ativamente das reuniões (estes membros que participam das reuniões são, em sua maioria, os mesmos que “conduzem” a rádio, locutores, diretores etc.).

Foi relatado que quando a rádio estava operando existia participação popular através de um programa conhecido como “O povo no rádio”, momento aberto á comunidade para que esta fizesse reivindicações e críticas.

Observa-se que a organização comunitária da rádio esta muito desarticulada, porém, esta desarticulação parece estar fortemente ligada ao fato da rádio estar fora do ar, fato que, segundo o entrevistado da Associação de Rádio Comunitária Cruzeiro Fm, enfraquece a participação popular nas decisões de planejamento desta rádio.